

Cadernos IHU em formação

Movimento feminista

Desafios e impactos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 3 – Nº 18 – 2007

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta - Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Gilberto Dupas – USP - Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS - Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Laurício Neumann

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

As mulheres na origem da nova sociedade <i>Entrevista com Alain Touraine</i>	5
Crise nas relações de gênero: a busca por outra sociedade <i>Entrevista com André Musskopf</i>	7
Uma “balançada” na estrutura social <i>Entrevista com Adriana de Souza</i>	13
A mulher como sujeito de sua própria história <i>Entrevista com Fernanda Lemos</i>	16
“A crise do masculino se situa na falta de sua nova identidade” <i>Entrevista com Ivone Gebara</i>	21
“O homem e a mulher vêm se transformando ao longo do tempo e manifestam-se diferentemente conforme o contexto em que vivem” <i>Entrevista com Georges Daniel Janja Bloc Boris</i>	28
“O mundo com mais mulheres tem menos guerra, menos violência e menos corrupção” <i>Entrevista com Rose Marie Muraro</i>	32
O feminismo como um movimento de transformação social <i>Entrevista com Telma Gurgel da Silva</i>	35
A necessidade de luta pelo respeito aos direitos das mulheres <i>Entrevista com Clair Ziebell</i>	38
A família nunca será abolida <i>Entrevista com Elizabeth Roudinesco</i>	41
Família: única instância com que posso contar! <i>Entrevista com Valburga Schmiedt Streck</i>	45
“Na Europa, já não se sabe o que é família” <i>Entrevista com Paulo Vieira</i>	48

Religião, família e novas tecnologias de reprodução	
<i>Entrevista com Miriam Pillar Grossi</i>	50
“O masculino e o feminino não são questões ontológicas”	
<i>Entrevista com Diego Irrázaval</i>	54
A atualidade e a força dos estudos de gênero na academia e na sociedade	
<i>Entrevista com Joana Maria Pedro e Mara Coelho de Souza Lago</i>	57
A maternidade em discussão	
<i>Entrevista com Dagmar Meyer</i>	59
A mulher no mundo do trabalho	
<i>Entrevista com Maria Cristina Aranha Bruschini</i>	61
Reengenharia do tempo: uma proposta sobre o sentido da vida	
<i>Entrevista com Rosiska Darcy de Oliveira</i>	63
As mulheres no mundo do trabalho	
<i>Entrevista com Helena Hirata</i>	67
Violência de gênero	
<i>Entrevista com José Fernando Dresh Kronbauer</i>	72
Movimentos feministas e filosofia	
<i>Entrevista com Celia Amorós</i>	74
“Ousar pensar sem apagar a força do enigma”	
<i>Entrevista com Jeanne Marie Gagnebin</i>	76
A pobreza na América tem rosto feminino e negro	
<i>Entrevista com Maricel Mena-López</i>	78

As mulheres na origem da nova sociedade

Entrevista com Alain Touraine

Falar sobre o papel das mulheres na sociedade contemporânea não é missão difícil para o sociólogo francês Alain Touraine, autor do livro **Le monde des femmes** (Paris: Fayard, 2006), no qual ele fala da “sociedade de mulheres”, onde “o tema da sexualidade ocupa o lugar central, que era antes, na sociedade industrial, o trabalho”. O desafio é “compreender por que as mulheres estão na origem da nova sociedade e da nova cultura que se forma sob nossos olhos”. Segundo Touraine, “são as mulheres que inventaram uma sociedade situada além da separação dos homens e das mulheres”. Por essa razão, **IHU On-Line** entrevistou, por e-mail, o renomado autor de **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje** (Petrópolis: Vozes, 2006).

Touraine tornou-se conhecido por ter sido o pai da expressão “sociedade pós-industrial”. Ele acredita que a sociedade molda o seu futuro através de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais. O ponto de interesse vital da sua carreira tem sido o estudo dos movimentos sociais. Em seus escritos, Touraine aponta para as transformações pelas quais a sociedade moderna e industrial vem passando. Para Touraine, a sociedade pós-industrial, longe de acabar com os conflitos, generaliza-os. É autor de, entre outros, **A sociedade pós-industrial** (Lisboa: Moraes, 1970). Touraine concedeu entrevista exclusiva à **IHU On-Line** em 5 de março de 2007.

IHU On-Line – Como se deu a evolução do movimento feminista através da história e qual foi o papel e a função do movimento de mulheres na atualidade?

Alain Touraine – O movimento feminista foi inicialmente político, para obter o direito de voto

para as mulheres. A Grã-Bretanha foi o centro mais ativo dessas lutas. Em seguida, o objetivo principal se tornou a liberdade cultural da mulher, em particular naquilo que concerne ao seu corpo. Os sucessos obtidos foram consideráveis, por exemplo, na França, com as leis Neuwirth, da contracepção, e Veil, do aborto. Mais recentemente, o tom se tornou mais pessimista com as campanhas contra a desigualdade e, sobretudo, contra as violências sofridas pelas mulheres. Alguns economistas pensam mesmo que, em matéria profissional, a posição das mulheres recuou.

IHU On-Line – Quais são os principais impactos para a autonomia da mulher, como ser social, dos progressos da ciência e da tecnologia?

Alain Touraine – As descobertas da biologia permitiram, evidentemente, o controle da fecundidade. No entanto, é cada vez menos por referência ao feminismo que se desenvolve o debate sobre essas tecnologias da reprodução. Basta mencionar a oposição extrema da Igreja Católica.

IHU On-Line – Quais são os maiores anseios da mulher contemporânea? O que ela deseja mais fortemente?

Alain Touraine – Esta questão é bem-vinda, pois a gente não pode se satisfazer com uma visão puramente negativa, quer dizer, de uma luta contra os danos sofridos, que faz da mulher uma pura vítima. Os debates legislativos ou jurídicos não devem esconder o que me parece o essencial. As mulheres adquiriram hoje uma posição dominante numa nova posição da cultura. Elas já desfrutavam do papel principal no movimento por um desenvolvimento durável e na defesa do

meio ambiente (Cf. M. Brundtland¹). Mas, de maneira não-espetacular, porém durável, as mulheres desenvolvem uma nova visão para elas próprias e para os homens, a qual estes últimos não se opõem. Poder-se-ia falar de pós ou neofeminismo para falar destas mudanças que me parecem fundamentais. A sociedade dos homens tende a dar a prioridade à conquista do mundo. As mulheres envolvem totalmente a sociedade em direção a uma nova prioridade, a da construção de si própria. Mais precisamente, quando a sociedade masculina impulsionava ao máximo a polarização da sociedade entre uma elite e uma massa, as mulheres procuram reunificar os elementos que foram separados: vida pública e vida privada; sexualidade e espírito. É bem claro que são hoje as mulheres que tomam a palavra e que os homens ou se calam ou aprovam a linguagem das mulheres. O velho machismo desapareceu em grande parte, salvo em certos meios de alguns países, em particular da vida política.

IHU On-Line – Quais são as conseqüências sociais de uma mulher autônoma, independente do homem?

Alain Touraine – As mudanças em curso, na família como na vida sexual, não são, provavelmente, efeitos antes de tudo do feminismo. Mais exatamente, observa-se a separação da sexualidade e da vida cultural em geral e a construção propriamente social de um modelo de família e também de menor dominação masculina. Estamos apenas no início de uma evolução rápida que separará condutas sexuais sempre mais diversificadas e a construção da vida familiar, tomando, ela própria, formas muito diversificadas. A relativa facilidade com a qual se avança para o reconhecimento do casamento homossexual indica que as barreiras tradicionais se enfraqueceram consideravelmente.

IHU On-Line – Como se caracteriza a “sociedade de mulheres” da qual o senhor fala?

Alain Touraine – Quando eu falo de sociedade de mulheres, eu não faço nenhuma referência a nenhuma “feminilidade” ou a nenhum caráter psicológico próprio das mulheres, e falar de feminização da sociedade me parece absurdo. Quando eu falo de uma sociedade de mulheres, eu me refiro a um tipo de sociedade e de cultura caracterizada pelo desaparecimento acelerado de uma politização entre os dois sexos, com uma dominação masculina. Foram as mulheres que inventaram uma sociedade situada além da separação dos homens e das mulheres.

IHU On-Line – Qual é a contribuição do feminino para a sociologia contemporânea? O que há de diferente no “olhar” feminino sobre a vida?

Alain Touraine – A sociologia das mulheres é, aos meus olhos, uma parte essencial de uma sociologia geral. Já agora, uma grande parte dos debates da filosofia política e social e da sociologia é construída sobre os problemas postos pela situação e a ação das mulheres. Nossas sociedades modernas são dominadas pelo recentramento sobre o indivíduo, considerado em todas as suas funções e em seus direitos. Pode-se, também, dizer que o tema da sexualidade ocupa aí o lugar central, que era antes o do trabalho na sociedade industrial, e são as mulheres que escrevem as obras mais essenciais neste domínio. Não é preciso deixar-se limitar aos problemas da desigualdade. É preciso eliminar toda referência mais ou menos psicológica ao feminino. Em troca, é preciso compreender por que as mulheres estão na origem da nova sociedade e da nova cultura que se forma sob nossos olhos.

¹ Relatório Brundtland: É o documento intitulado Nosso Futuro Comum, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, no qual o desenvolvimento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. (Nota da **IHU On-Line**)

Crise nas relações de gênero: a busca por outra sociedade

Por André Musskopf

André Sidnei Musskopf, é teólogo luterano e professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia (EST) de São Leopoldo e estudioso das relações de gênero. André é também pesquisador na área de Teologias GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), Teoria Queer, Estudos de Gênero e Masculinidade. Graduado em Teologia, pela EST, é mestre em Teologia, também pela EST, com dissertação intitulada *Ministérios ordenados e Teologia gay – Retrospectiva e Prospectiva, sobre a ordenação de pessoas homossexuais*, e doutorando em Teologia na EST. É autor de **Uma brecha no armário – propostas para uma Teologia Gay** (São Leopoldo: Sinodal, 2002) e organizador, juntamente com Marga J. Ströher e Wanda Deifelt, do livro, **A flor da pele – Ensaio sobre gênero e corporeidade** (São Leopoldo: Sinodal, EST, CEBI, 2004). A **IHU On-Line** realizou uma entrevista com o teólogo André Musskopf, sob o título *Identidade masculina e corporeidade*, publicada na 114ª edição, de 6 de setembro de 2004, e outra entrevista na edição número 121, de 1º de novembro de 2004, sobre o tema *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – seus dilemas e possibilidades*, apresentado pelo professor Musskopf no **IHU Idéias** de 4 de novembro daquele ano. O texto está publicado no **Cadernos IHU Idéias** número 32, disponível para download no site do IHU (www.unisinos.br/ihu).

André escreveu um artigo especialmente para a **IHU On-Line**, a nosso pedido, em 5 de março de 2007, sobre *Crise nas relações de gênero: a busca por outra sociedade*, que publicamos a seguir. Ele concedeu também uma entrevista à **IHU On-Line**, sobre *Identidade masculina e corporei-*

dade, por ocasião do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, acontecido na Escola Superior de Teologia – EST –, em São Leopoldo, de 18 a 20 de agosto de 2004, na qual afirma que “Fala-se muito, hoje, na academia, mesmo na mídia ou nas publicações que circulam da ‘crise do macho’, da crise do masculino. Tenho a sensação de que essa popularização da crise do masculino é uma forma disfarçada de os homens continuarem em cena”. Segundo André, não necessariamente os homens estão em crise, mas o modelo hegemônico de masculinidade, e os diversos movimentos contemporâneos, especialmente movimentos feministas e de homossexuais vão influenciando para novas formas de pensar a questão de gênero.

É impossível pensar a “condição da mulher” na atualidade sem considerar a história do Movimento Feminista, e de todos os “movimentos sociais de libertação” das últimas três décadas. Nos campos teórico e acadêmico, a reflexão feminista questionou epistemologias metafísicas ao introduzir o corpo e o cotidiano nas discussões, com todas as implicações práticas que esta abordagem pressupõe e implica. No campo do movimento social de mulheres, a luta política por reconhecimento e desenvolvimento de uma agenda de direitos e proteções garantiu um novo espaço de atuação para as mulheres. Isso revolucionou as formas de pensar e conviver nas relações de gênero. No entanto, no decorrer da história do Movimento Feminista, mudanças e deslocamentos significativos foram influenciando tanto os desenvolvimentos teóricos quanto as perspectivas políticas assumidas pelo Movimento. Estas mudanças e deslocamentos certamente precisam ser compreendidos dentro de um contexto histórico-político-econô-

mico-cultural-religioso amplo, que tanto foi influenciado quanto influencia seu desenvolvimento. É certo que temas como violência contra a mulher, direitos reprodutivos e acesso aos meios de produção e consumo continuam sendo relevantes para o Movimento Feminista, mas mesmo esses temas são alargados e ressignificados no diálogo com outros movimentos e a partir de contextos específicos.

“Condição feminina”

Um dos grandes perigos que sempre rondou (e ainda ronda) o Movimento de Mulheres foi a essencialização de algo como uma “condição feminina”, à parte de outros elementos constituintes das identidades. Essa crítica, aliás, surgiu muito cedo no interior do próprio Movimento das mulheres, que traziam elementos complicadores de um discurso simples sobre a perspectiva da mulher (como raça/etnia, classe social, orientação sexual etc.). Slogans como “ninguém nasce mulher, se torna mulher”, ou “o pessoal é político”, ofereceram abertura suficiente para que outros elementos da construção da identidade de mulheres entrassem no debate, articulando questões que o Movimento Feminista inicial talvez nem pudesse vislumbrar. Estes outros elementos, aliás, puderam emergir e passaram a fazer parte das discussões e perspectivas políticas por causa de movimentos paralelos que se organizaram neste período em torno de construções identitárias (como Movimento Negro, Movimento Homossexual, Grupos Indígenas) ou de enfrentamento político (como Movimento Antibélico nos Estados Unidos, grupos de resistência aos regimes ditatoriais latino-americanos, partidos políticos de esquerda etc.), e as alianças que se estabeleceram entre estes diferentes atores sociais.

O desafio da interlocução e diálogo

As interconexões entre estes diversos movimentos e construções identitárias estão longe de serem resolvidas e são centro de vários debates na

atualidade. A busca por interlocução e diálogo está, em muitos casos, apenas iniciando e é o grande desafio não apenas de relações de gênero, mas das relações humanas em todas as esferas de interação. O próprio conceito de o que é uma mulher na atualidade foi sacudido pelos avanços tecnológicos e reivindicações de determinados grupos. Veja-se a recente discussão acalorada em torno da participação de pessoas trans (transexuais, transgênero e travestis), nos encontros e debates do Movimento Feminista Latino-Americano, e o surgimento de categorias como *self-identified woman* (pessoa que se auto-identifica como mulher). É fato que é impossível falar em qualquer forma de relação, ignorando as implicações de gênero que engendram de formas históricas e culturais de organizar as relações.

Relações de gênero

Assim sendo, é factível afirmar que as relações de gênero estão sob constante pressão, visto que todo tipo de mudança representa conflito e negociação constantes entre modelos antigos conhecidos e confortáveis e novos modelos em construção. Estas tensões também se materializam em formas renovadas, e, às vezes, intensificadas, de violência e policiamento. Isso é especialmente verdade para os homens, cujo interesse nas mudanças está diametralmente em oposição aos privilégios históricos aos quais se acostumaram. Estes privilégios, por mais desumanizantes e ilusórios que sejam (veja-se como exemplo a relativa baixa perspectiva de vida, devido aos problemas de saúde associados a um determinado estilo de vida identificado como masculino), impedem a busca e a construção de modelos alternativos de masculinidade.

A “crise do macho”

Tenho argumentado que a tão falada “crise do macho” tem levado a um “maquiamento” de construções identitárias masculinas com elementos contemporâneos que supostamente tornam os

homens “mais femininos”, sem, no entanto, questionar o sistema de gênero hierárquico que estrutura as relações. Também mulheres empregam estas técnicas e estratégias na construção de suas identidades e na ocupação do espaço social, na medida em que se “masculinizam” (adotando características consideradas “masculinas”) e participam deste sistema. Da mesma forma, outras construções identitárias (que envolvem questões de raça/etnia, classe social, orientação sexual, deficiências físicas) em certos casos conseguem ascender e ocupar posições sociais de destaque na Era do “politicamente correto”, ainda quando milhões de pessoas seguem sendo excluídas, marginalizadas e violentadas por estarem fora de determinados padrões. Daí que surgem as comuns afirmações: “você pode ser... desde que...”, ou, “ela é... mas trabalha muito bem”. Desta forma, se populariza a idéia de que vivemos numa democracia, na qual, afinal, todas as pessoas têm acesso aos meios de produção e reprodução (desde que e/ou apesar de).

Modelos alternativos de masculinidade

É muito recente a discussão em torno dos estudos sobre masculinidade desenvolvida pelos próprios homens. Com exceção do Movimento Homossexual, especialmente de homens gays envolvidos nesta reflexão, ainda são escassas as tentativas de construção de modelos alternativos de masculinidade. Ainda que cresça o número de “homens feministas”, os questionamentos dos papéis de gênero desempenhados por homens são relativamente pouco problematizados, sendo difícil falar num movimento social que tenha uma agenda política “masculina” de construção de um novo sistema de gênero. Até porque um tal movimento precisaria criar estratégias diferentes do Movimento Feminista, uma vez que não se trata de resguardar ou garantir direitos básicos, mas de se envolver de maneira concreta na prática de novas relações, considerando a interseção com

questões de raça/etnia, classe social, sexualidade, em todas as esferas de interação humana (política, economia, religião etc.).

A estrutura social das relações

O que está em jogo é a forma como organizamos e estruturamos socialmente as relações. Numa época em que se fala em pós-capitalismo, em que se assume a globalização como um fato, de idas e vindas entre reacionarismos de direita e avanços relativos de esquerda, o grande desafio é pensar e experimentar relações saudáveis e relevantes para todas as pessoas. Gênero, e as reivindicações do Movimento Feminista, sem dúvida, são parte essencial deste projeto de uma outra sociedade, mas precisam estar articulados com uma discussão ampliada em torno da construção das identidades e seu papel social. Não é mais possível articular respostas simplistas para questões complexas, embora os movimentos sociais, como o Movimento Feminista, continuem necessitando articular reivindicações muito concretas para superar as diversas formas de violência a que mulheres e outros grupos são submetidos diariamente. Mas estas reivindicações precisam estar no contexto de uma proposta de uma outra sociedade.

Identidade masculina e corporeidade

***IHU On-Line* – Quais podem ser os pontos de partida na hora de pensar sobre identidade masculina e corporeidade?**

André Musskopf – Eu trabalho com a perspectiva da Teoria Queer², procurando a idéia de desestabilizar modelos. Para isso, trabalhei primeiro com o modelo de masculinidade e corporeidade hegemônica. O que quer dizer que a masculinidade é construída no corpo e através do corpo. Não existe uma identidade masculina separada do corpo. A identidade se manifesta na corporeidade, e a corporeidade é a construção dessa identidade.

² A Teoria Queer se desenvolveu nos anos 1980, nos Estados Unidos, com a publicação do livro **Gender trouble** de Judith Butler, que possui um alto grau de influência do filósofo francês Michel Foucault e suas idéias sobre a sexualidade. A palavra *queer*, em inglês, é uma gíria usada para a referência a homossexuais. (Nota da **IHU On-Line**)

Procuro mostrar como se constrói, ou como se analisa a construção dessa masculinidade hegemônica, trazendo referenciais da psicanálise, que fala do processo de castração/sublimação, falando do processo de socialização que está na linha da psicologia.

IHU On-line – Como se caracteriza essa identidade masculina hegemônica?

André Musskopf – É marcada pelo endurecimento, pelo enrijecimento do homem. Isso se manifesta pela competitividade, com a presença da força, algo muito forte na identidade masculina, que também desencadeia, por exemplo, toda a discussão da violência provocada e gerada pelos homens. Tem-se tentado desconstruir esse modelo para propor novas possibilidades de construção da identidade masculina. Quando falo de identidade masculina, corporeidade e identidade, para mim, não se separam; são muito próximas. Na questão da corporeidade, a sexualidade masculina se expressa no homem como uma pessoa fria, enrijecida, em que a sexualidade no corpo está regionalizada e concentrada na área genital, o que, então, envolve toda a questão do pênis como penetrador, como elemento constituidor da identidade, da corporeidade e dessa sexualidade hegemônica.

IHU On-Line – Quem pode se ver refletido no modelo hegemônico de masculinidade?

André Musskopf – O modelo hegemônico não é o que representa a maioria das identidades masculinas, mas é como um ideal ao qual os homens têm que aspirar, embora a maioria deles nunca o atinja. Por exemplo, se fala do modelo hegemônico como homem branco, rico e heterossexual. Outras definições envolvem a questão do “macho”, do homem como macho que tem que ser auto-suficiente e independente, demonstrar força, não ser vulnerável à afetividade. Idéias de competitividade estão muito fortes nesse modelo.

IHU On-Line – Mas com todas as mudanças contemporâneas, especialmente no mundo feminino, se poderia dizer que esse modelo entrou em crise?

André Musskopf – Fala-se muito, hoje, na academia, mesmo na mídia ou nas publicações, da “crise do macho”, da crise do masculino. Tenho a sensação de que essa popularização da crise do masculino é uma forma disfarçada dos homens continuarem em cena. Não necessariamente os homens estão em crise, mas o modelo hegemônico. Os motivos que levam a essa crise são, sim, todo o impacto do movimento feminista, toda a mudança no contexto da produção e do trabalho. Não vivemos mais em sociedades agrárias, onde a força é um elemento importante, nem em uma sociedade industrial, mas em um período pós-industrial, em que se procuram outros referenciais no mundo do trabalho, no qual a masculinidade é testada constantemente. Além da mudança do contexto social, econômico e dos meios de produção e trabalho, existem o impacto do movimento feminista, o impacto dos movimentos étnicos raciais, questionando o padrão de homem ideal como homem branco e toda a luta dos movimentos afro-latino-americanos, não só na América Latina, mas no mundo inteiro.

Também, na América Latina, houve um reatendimento ou uma busca das raízes indígenas, o que não significa que esses questionamentos necessariamente tragam modelos novos, alternativos, capazes de romper com o hegemônico, mas, de qualquer forma, questionam o hegemônico das suas entradas. E, com isso, aparece com muita ênfase, porque também essa é a minha área de atuação e pesquisa, o próprio movimento homossexual, como um dos movimentos que mais profundamente questionou esse padrão, mostrando que é possível a intimidade e a afetividade, não só genital ou sexual, mas também de relacionamento no cotidiano entre homens.

IHU On-Line – Como o movimento homossexual influencia a identidade masculina em geral?

André Musskopf – Por exemplo, toda a mudança na forma como os homens se vestem está muito ligada com o avanço e a visibilização do movimento homossexual. Fala-se hoje que vivemos em uma sociedade pluralista, o que não significa que a sociedade não era pluralista antes, mas hoje

se defende mais esse pluralismo como uma característica saudável das sociedades contemporâneas. Então, todos esses movimentos, esse novo contexto, provocam essa crise ou questionamento do modelo hegemônico. Tenho um problema com a idéia de crise, porque, para mim, ela parece muito mais um produto do mercado, que leva os homens a consumir esteticamente. Hoje, a crise leva a buscar outras formas. Por exemplo, no campo da estética, há vários novos oferecimentos e novas possibilidades para homens, que mostram a crise masculina transformada num produto do mercado. Por outro lado, percebo que os modelos que estão sendo propostos para a reconstrução ou para a construção de masculinidades alternativas continuam preservando um dualismo muito forte entre o masculino e o feminino, entre os homens e as mulheres. Meu objetivo é romper com esse dualismo.

IHU On-Line – Quais são os problemas que o senhor aponta em relação a esse dualismo homem-mulher?

André Musskopf – Leonardo Boff e tantos outros falam sobre princípios masculino e feminino presentes, diferentemente em homens e mulheres. Se eles estão em homens e mulheres, o que os caracteriza como masculino e feminino, senão a própria cultura que dá, para determinadas características, um nome de masculino e para outras de feminino? Na biologia, na neurologia, especialmente, fala-se muito hoje das diferenças cerebrais entre homens e mulheres. Com isso, procura-se mostrar porque os homens se comportam de tal maneira e as mulheres de outra, o que abre algumas possibilidades, porque essas próprias pesquisas também mostram que, na verdade, não existe como usar um determinismo biológico. Existe até um teste para ver se o cérebro é mais masculino ou mais feminino. Se eu sou homem e tenho o cérebro mais feminino, por que nós continuamos falando que eu sou masculino com o cérebro feminino? Esse dualismo que precisa ser rompido, tem origem em muitos outros dualismos no contexto da sociedade. Para romper com esse dualismo, eu gosto de utilizar fotos, imagens de construções de corpos de homens diferenciados, desde um mo-

delo padrão, passando pelo que se chama de um homem afeminado, a foto de uma transexual, de um transgênero, de uma *drag queen*, de um transformista e de um andrógono.

IHU On-Line – Essas fotos de diferentes corpos masculinos ajudam a abrir um novo imaginário mais plural?

André Musskopf – Na pesquisa, por exemplo, gosto de usar essas fotos a fim de fazer questionamentos para mostrar como se unem, em um mesmo corpo, o masculino e o feminino. Olhando essas fotos, percebe-se que isso tudo se mistura e se cria a possibilidade de identidades múltiplas, diversas, que não podem nem ser caracterizadas como masculino, nem como feminino, mas que eu chamo simplesmente de humanas. Na área da biologia, há um exemplo muito interessante de uma norte-americana que tem genitália feminina, foi criada e cresceu como mulher. Ela descobriu que geneticamente é um homem. Meu questionamento é que geralmente olhamos para isso como uma exceção, ou seja, as pessoas não são assim. Dentro de uma epistemologia patriarcal, aprendemos a ver a exceção como aquilo que confirma a regra. Penso que precisamos de uma epistemologia em que a exceção confirma a diversidade. Não mais usar esses modelos pensando que são uma exceção para tudo aquilo que é a regra, o normal. Essa exceção mostra que existem outras possibilidades, com as quais vamos trabalhar.

IHU On-Line – Como estas questões de gênero interpelam a Teologia?

André Musskopf – Esse processo necessário de destabilização do modelo hegemônico do masculino e feminino, das novas propostas, pergunta à Teologia se é possível pensar em uma religião, ou uma teologia, que dentro da Teoria Queer se chama de pós-identitária. Essa reflexão e essa construção ainda estão por ser feitas, existem tentativas, iniciativas de se fazer uma *Teologia Queer*, mas não existe nada substancial. Esse vai ser o tema do meu doutorado. Aí o contexto latino-americano é muito rico, pois é também o eixo que eu vou explorar, à medida que a religiosidade na América Latina é muito ambígua e diversa, estan-

do diretamente relacionada com o que a Teoria Queer propõe.

Na religiosidade, hoje em dia, fala-se muito da múltipla pertença religiosa, quer dizer, uma pessoa que não é só necessariamente cristã, ou não é só necessariamente católica ou luterana, mas está filiada e participa e circula em diversos ambientes religiosos, às vezes completamente opostos ou totalmente diferentes. Esse dado da religiosidade popular latino-americana é muito importante na construção de uma teologia que seja mais ambígua e simultânea e de uma religião que

também parta dessa idéia. Da mesma forma, a sexualidade. O que tem de mais ambíguo na cultura latino-americana do que a sexualidade na forma como nós a vivemos? Há uma quase generalizada bissexualidade entre homens, que não preservam uma rigidez de sua sexualidade. Se olharmos para esse contexto, temos a possibilidade de resgatá-lo e de criar uma nova teologia e uma nova religião, rompendo com o dualismo masculino/feminino e propondo uma coisa que ainda não sabemos bem o que é, mas conseguimos começar a imaginar.

Uma “balançada” na estrutura social

Entrevista com Adriana de Souza

*Adriana de Souza é membro do Grupo de Pesquisa de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL, da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Ela possui graduação em Teologia pela UMESP e mestrado em Ciências da Religião pela mesma universidade, na área de concentração Ciências Sociais e Religião, com especificidade em Relações de Gênero e Religião. Tem experiência na área de ciências sociais, com ênfase em sociologia e antropologia, atuando principalmente com os temas sociologia da religião, gênero e religião, poder, gênero e instituições. Em entrevista à **IHU On-Line**, por e-mail, em 5 de março de 2007, Adriana afirma que “Não se pode negar que as mudanças no papel do feminino e, conseqüentemente, do masculino balançaram as estruturas sociais”.*

IHU On-Line – Ainda podemos dizer que a sociedade contemporânea se caracteriza pela dominação do masculino? Como se deu a construção e a evolução social da masculinidade e da feminilidade? O que mais mudou no homem e na mulher, comparando a modernidade com a contemporaneidade?

Adriana de Souza – Depende de que sociedade se fala. Ainda assim, acredito que não devemos usar absolutos. Mesmo em momentos obscuros da história, houve rupturas da ordem. Falemos de Brasil. Acredito que a sociedade brasileira ainda é muito machista – falo de homens e de mulheres –, o que, sem dúvida, ainda sustenta a suposta superioridade nata masculina. Desse modo, pode-se falar de uma “dominação masculina”. Não presenciemos, em nenhum outro tempo, uma femini-

zação da sociedade como na atualidade. As mulheres, cada vez mais, conquistam novos espaços. Então, se ainda há uma masculinização da sociedade, ela tem sido truncada fortemente por uma feminização deste mesmo espaço social.

De qualquer modo, é necessário haver aquela revolução simbólica da qual fala Bourdieu³, é preciso haver mudança do *habitus*, para que não apenas alcancemos ambientes antes circunscritos aos homens, mas para que a nossa mente capture a dimensão destas modificações e tenha sua concepção de mundo abalada. Um exemplo que pode ser mencionado é a chamada dupla (eu diria múltipla) jornada que enfrentam as mulheres. A análise mostra que, embora participem ativamente do mercado de trabalho, acumulam funções e papéis sociais, porque existem aquelas tarefas tidas como “femininas” que devem ser, por conseguinte, desempenhadas por elas, como o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, entre outras. O mais chocante em tudo isso é que há anuência por parte das próprias mulheres que reproduzem sua suposta função social, sem questionamentos. Portanto, não está havendo compasso entre as mudanças sociais e as transformações nos campos do símbolo, das representações sociais, do *habitus*. É urgente haver sintonia.

IHU On-Line – Como as idéias de Bourdieu contribuem para a compreensão do fenômeno da dominação masculina na sociedade?

Adriana de Souza – Bourdieu destaca, como centro de sua economia das trocas simbólicas, a dominação masculina, afirmando que esta se expressa na nossa corporeidade, na nossa humani-

³ Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um importante sociólogo francês. (Nota da **IHU On-Line**)

dade, naquilo que temos de concreto. Portanto, o nosso corpo é o palco das disputas pelo poder e vítima mulheres e homens, pois as construções de gênero, ao mesmo tempo que fazem da mulher um ser socialmente inferior, põem sobre o homem uma carga enorme de construções que abreviam o seu ser a normas severas. O corpo é, portanto, o *locus* do exercício do poder por excelência. Desde que nascemos, nossos corpos sexuados definem qual será o nosso lugar nesta economia, se seremos dominados ou dominadores. É no corpo que o nosso capital cultural está inscrito. O corpo é a materialização da dominação. O seu conceito de *habitus* – uma rejeição ao objetivismo e à fenomenologia – consegue capturar a complexidade da realidade social.

IHU On-Line – Em que sentido a masculinidade influencia o campo religioso?

Adriana de Souza – O que mais me fascina no campo religioso é sua ambigüidade, que faz das mulheres, ao mesmo tempo, desprivilegiadas e privilegiadas. Se por um lado, elas participam muito pouco dos espaços de poder e decisão, por outro elas formam a grande maioria dos fiéis e vivenciam mais de perto a religião. É Linda Woodhead⁴ que chama atenção para a complexidade desta relação. Ela sugere que é preciso elaborar uma grande teoria de gênero e religião para tentar compreender esta misteriosa relação entre a igreja e a mulher, em que, à primeira vista, pode parecer que dominados vivem em cumplicidade com seus próprios dominadores. A sociologia da religião é formada por grandes teorias, que não incluem o gênero em suas análises da religião, ou se o fazem é de forma muito reduzida, ignorando a complexidade dos sujeitos estudados; e o pior: os estudos de religião insistem num sujeito universal abstrato, que é o homem. Negligenciar a construção social do gênero é ignorar uma gama enorme de informações que, sem dúvida alguma, interfere muito nos resultados de qualquer análise sociológica na modernidade.

IHU On-Line – A mulher ainda continua em posição subalterna nos domínios da Igreja

Adriana de Souza – Apesar de, em termos gerais, vislumbrarmos alguns avanços nas normas de algumas organizações religiosas, se pode verdadeiramente afirmar que a mulher ainda continua em posição subalterna nos domínios da Igreja, ou seja, o seu trabalho, ordenado ou não, enfrenta dificuldades de aceitação, não sendo reconhecido como legítimo, por uma série de motivos. Não se pode negar que as construções de gênero configuram a atuação de mulheres e homens no interior das Igrejas, e aqui elas se enrijecem porque são sacralizadas, adquirem caráter histórico e inquestionável. A Igreja, ainda que perdendo sua importância, tem papel fundamental na manutenção da ordem social, pois ela reforça esta ordem. Desse modo, é como um sustentáculo para a relação hierarquizada entre os sexos. Não obstante a dinâmica constante do campo religioso, a resistência das mulheres, a multiplicidade dos sujeitos, a complexidade destas relações e os poderes que envolvem esta luta, perfazendo uma grande trama de fugas e rupturas, na Igreja o homem ainda é norma.

IHU On-Line – A autonomia da mulher contemporânea incomoda o homem? Como ficam as relações de gênero e as relações sociais em geral se considerarmos uma mulher mais autônoma e mais auto-suficiente em relação ao homem?

Adriana de Souza – Acredito que as mudanças sociais nos compelem a vivermos tempos novos, a reavaliarmos nossos valores e preceitos. Como já disse anteriormente, falta ainda a revolução simbólica, a desconstrução/reconstrução do *habitus*, das representações, daquilo que antecede a nosso modo de pensar e as nossas atitudes. Mas não se pode negar que as mudanças no papel do feminino e, conseqüentemente, do masculino balançaram as estruturas sociais, especialmente na segundo metade do século passado. Desde então, vários espaços e direitos historicamente negados foram adquiridos, por causa da persistente força das mulheres em manifestar seu repúdio a essas discriminações e exigir seus direitos de cidadãs e de sujeitos de direitos, tais quais os homens. Devo ressaltar

⁴ Linda Woodhead é professora do departamento de estudos religiosos da Universidade de Lancaster. (Nota da *IHU On-Line*)

que este é ainda um processo inacabado. A qualidade dessas transformações tem sido questionada por várias pesquisas, mas, ainda assim, acho que temos mais a comemorar que a lamentar. Assim sendo, estas mudanças incomodam a homens, a instituições – como a Igreja, tradicional por excelência –, e, por que não dizer, a mulheres também. Todos estes agentes sociais precisam se reencontrar, após este “abalo sísmico” pelo qual passaram, e passam, as estruturas sociais.

IHU On-Line – Como a senhora avalia o impacto das teorias feministas e das reivindicações das mulheres no mundo acadêmico?

Adriana de Souza – Quando falo em transformações causadas pelo movimento feminista, a idéia de uma trajetória em movimento me parece a melhor e o gerúndio se firma como a forma verbal que desenha esta realidade, porque há um antes, mas não há um depois definitivo.

A categoria gênero, que se desenvolveu a partir da década de 1960 é vista como marco histórico para este avanço das mulheres no mundo acadêmico. Efetivamente, esta categoria de análise surge a partir dos anos 1980, com o objetivo de denunciar a exclusão do feminino e de outros grupos periféricos do conhecimento científico. De lá para cá, apesar de ser um conceito em construção, vem sendo utilizado extensamente por muitas estudosas e estudiosos. O advento da categoria gênero relativiza dimensões antes fixas, como, por exemplo, a noção de história linear e progressiva que foi substituída pela idéia de “nuances, tendências e movimentos”, ou seja, deu-se atenção às “interrupções” da história, incluindo-as na análise, apontou-se a necessidade de se libertar de conceitos abstratos e universais, como a idéia do homem como sujeito da história por excelência. Além disso, os conceitos e categorias são historicizados e assim desmistificados.

O discurso da diferença

As teóricas feministas, em vieses marxista ou liberal, têm se utilizado desses olhares para constatar como a compreensão das formas, enquanto discurso da diferença dos sexos ou classe, é determinante para o lugar diferenciado de mulheres e homens na sociedade. As conseqüências destas teorias são vistas, especialmente, na definição da nova face que adquiriu o mundo científico. As mulheres fazem ciência e são parte dela, teorizam sobre gênero e sobre a sociedade de um modo geral. Reivindicam e retomam o discurso sobre si. Agora não é mais um discurso sobre elas feito por homens, mas sim um discurso feito por elas. Sua presença não é mais negada nem escondida atrás de um sujeito universal abstrato, o homem.

Um mundo liderado por mulheres

Prognósticos têm sido feitos e apontam que um mundo liderado por mulheres será mais justo e fraterno, além de mais completo, no sentido de que as mulheres possuem esta sensibilidade globalizante (porque foram socializadas para) que possibilita vislumbrar várias nuances de uma mesma realidade. Eu compartilho destas idéias. Acredito que, em qualquer âmbito da sociedade onde haja a participação ativa das mulheres, a tendência é a melhora. Pesquisas evidenciam que estão se qualificando mais que os homens. Nos cursos de pós-graduação, são elas a maioria e nos outros níveis educacionais também, além de serem melhores alunas. Todavia, em boa parte dos espaços sociais de atuação, na política, na religião, na tecnologia, entre outros, enfrentam os chamados “tetos de vidro”, os quais, embora não se vejam, estão aí para impedir sua ascensão aos lugares de poder. No entanto, creio que a entrada das mulheres em qualquer campo traz embutido um grande potencial de transformação.

A mulher como sujeito de sua própria história

Entrevista com Fernanda Lemos

*Fernanda Lemos, professora na Faculdade de Teologia Avivamento Bíblico, possui graduação em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e mestrado em Ciências da Religião pela mesma instituição. Atualmente, é doutoranda na área de Ciências Sociais e Religião da UMESp. A professora é também membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UMESp. Ela tem experiência na área de sociologia, com ênfase em Sociologia da Religião, atuando, principalmente, com os temas religião, gênero, modernidade, discurso religioso e masculinidade. Ela concedeu a entrevista, por e-mail, à **IHU On-Line** em 5 de março de 2007. Em suas respostas, Fernanda Lemos afirma que “a religião, em seu processo de construção social, é marcadamente influenciada pelo masculino. Um dos exemplos mais marcantes que observamos está no cristianismo, que encontra em seu processo de evolução histórico-social um sistema patriarcal, em que a mulher desaparece no relato dos evangelhos como parte do movimento de Jesus”.*

IHU On-Line – Como se dá a relação entre a representação social da masculinidade e a religiosidade contemporânea? A religiosidade, hoje, é mais caracterizada pelo masculino? Quais são as conseqüências sociais disso?

Fernanda Lemos – A relação entre masculinidade e religiosidade é muito tênue, e poderíamos até considerar que há um processo de imbricação entre essas duas esferas sociais. Se, por um lado, a religião informa ao homem e à mulher como devem se representar socialmente, por outro, há in-

divíduos que aceitam as imposições representativas legítimas da religião. A religião, em seu processo de construção social, é marcadamente influenciada pelo masculino. Um dos exemplos mais marcantes que observamos está no cristianismo, que encontra em seu processo de evolução histórico-social um sistema patriarcal, em que a mulher desaparece no relato dos evangelhos como parte do movimento de Jesus.

Após longos séculos de institucionalização do cristianismo, observamos uma religião “masculinizada”, em que os acessos ao poder institucional estão legitimados pelo sexo. Dessa forma, ser homem ou ser mulher no âmbito religioso pode significar mais que uma representação sexual, e sim o acesso ao poder religioso. Esse fenômeno de “masculinização da religião” é possível graças aos símbolos que o cristianismo cristalizou. Um exemplo disso é que a própria imagem de Deus é humanamente associada à figura masculina. Pensar em um deus cristão feminino é simplesmente cair na heresia e “decretar a caça às bruxas”. O imaginário religioso é de um deus macho, forte e racional, logo, com características atribuídas ao masculino. Enquanto o imaginário da figura feminina sempre esteve associado à emoção e à fraqueza.

A imagem de Deus como homem

Numa pesquisa que realizei com homens que trabalhavam em uma universidade da região do grande ABC, no estado de São Paulo, grande parte deles afirmaram que imaginavam Deus como homem, pois o consideravam forte, com barba e racional, isto é, representações sociais masculinas informadas por longos séculos pela religião. Esse

imaginário religioso masculino implica um problema contemporâneo para o homem e para a mulher. Para o homem contemporâneo, todos os atributos e imposições representativas fazem-no ter que assumir posturas “másculas”, a fim de demonstrar uma identidade forte, grosseira, racional e violenta. Além do mais, a paternidade e a providência familiar colocam-no no topo da masculinidade, a hegemônica, aquela legitimada pela sociedade e pela religião. Mas pergunto: e quando o homem não consegue atingir as exigências da masculinidade hegemônica? Isso implica um problema contemporâneo, um beco sem saída. Se há uma pluralidade identitária oferecida pela modernidade, as masculinidades estão em constante conflito com “a masculinidade” da religião. Para a religião cristã, a homossexualidade ainda é compreendida como desvio de comportamento. Logo, um homem que assuma sua sexualidade homossexual está sujeito a perder seu *status* na religião da qual faz parte, visto que converge com a masculinidade heterossexual imposta pelos sistemas religiosos.

As conseqüências para as mulheres de uma religião “masculina”

Enquanto para o homem as conseqüências sociais de uma religião marcadamente influenciada pelo masculino impõem o conflito entre o que a religião espera que ele seja e o que de fato ele é, para as mulheres, as conseqüências são outras. O próprio mito de criação cristão informa que a mulher é responsável por toda a desgraça humana, que por ter dado ouvido à voz da serpente, todos os conflitos sociais – deste período até a contemporaneidade – existem em decorrência dela, por sua culpa; graças a este episódio, ela é obrigada a ser submissa ao homem, e eternamente pagar por sua dívida irremediável e milenar. Essa relação entre masculinidade, feminilidade e religião con-

tribui para a perpetuação das desigualdades de gênero, a violência simbólica vivida pelas mulheres e a imposição sobre o homem de possuir os atributos de Deus. Daí que no longo processo de construção social do masculino e do feminino a lógica é: “Se o homem é a representação de Deus aqui na terra, a mulher o é do diabo”.

IHU On-Line – Em que sentido a masculinidade influencia o campo religioso? E como se dá o processo inverso (influência do campo religioso na masculinidade)?

Fernanda Lemos – A masculinidade influencia no campo religioso da mesma forma que o campo religioso influencia a masculinidade. É um processo dialético e interdependente. Max Weber⁵, um teórico da sociologia clássica, em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, no início do século passado, percebeu o imbricamento existente entre o campo religioso e o social. Observando a ética protestante, percebeu que há indícios de que a forma de vida ascética dos protestantes do século XVIII influenciou no surgimento do capitalismo. Esses indivíduos não freqüentavam bordéis, bares, festas; logo, todo o dinheiro que ganhavam servia para a subsistência e acúmulo de capital. O lema era “trabalhar o máximo possível e guardar tudo o quanto puder”. Essa ética protestante foi responsável pela formação da burguesia e toda sua forma de constituição do núcleo familiar.

A masculinidade como um projeto burguês

No que diz respeito à masculinidade e à religião, a pesquisa de Weber contribui para a percepção de que a masculinidade nada mais é que um projeto burguês, ancorado, sem dúvida, pelas idéias religiosas. Se ser homem na religião implica assumir características da masculinidade “ditada” pelo sistema religioso, o desvio de tais característi-

⁵ Max Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A edição brasileira mais recente foi publicada em 2004, pela Companhia das Letras, Rio de Janeiro, com o título *Max Weber: a ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Cem anos depois, a *IHU On-Line* dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004. De Max Weber o IHU publicou o *Cadernos IHU em Formação* nº 3, 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo*. (Nota da *IHU On-Line*)

cas certamente resultará na exclusão do grupo. A masculinidade burguesa é aquela marcada pela paternidade associada à provisão do núcleo familiar, a fim de garantir a organização do estado moderno. Desse modo, o estado encontra na religião uma grande aliada, pois esta é responsável pela manutenção de paradigmas fundamentais à manutenção do estado.

Os dogmas religiosos ajudam na compreensão de que ser homem e ser mulher na sociedade é uma determinação divina, e que o desvio da heterossexualidade é um pecado mortal e diabólico, pois, segundo o mito de criação, Deus criou o homem e a mulher para se multiplicarem e reproduzirem, algo impossível numa relação homossexual. E, mesmo com o processo de secularização e laicização do Estado, essas idéias ainda são presentes nos sujeitos religiosos contemporâneos, que encontram no campo religioso símbolos para legitimar seus conflitos. Apesar de toda influência religiosa, o sujeito religioso moderno é um sujeito relativamente autônomo, que absorve da religião apenas o que lhe interessa, haja vista que, apesar da proibição papal católica no uso de métodos contraceptivos, o que se observa é a utilização desses métodos pelos fiéis. Além disso, não podemos desconsiderar que, apesar de um estado laico, a formação do Ocidente se dá influenciada pelo cristianismo e por um longo processo de socialização dos indivíduos.

IHU On-Line – Como se deu a construção e a evolução social da masculinidade e da feminilidade? O que mais mudou no homem e na mulher, comparando a modernidade com a contemporaneidade?

Fernanda Lemos – Com toda a certeza, a construção e a evolução social da masculinidade e da feminilidade se deram na diferença. As relações sociais de sexo se construíram, ao longo do processo histórico da humanidade, em oposição. A construção social da masculinidade se dá na misoginia⁶, no horror a tudo que se apresente como feminino. Isso se torna evidente em alguns grupos

específicos, como, por exemplo, colégios militares de rapazes. Toda e qualquer ação que lembre atitudes femininas são coagidas pelo grupo; elementos como força, coragem, agressividade são exaltados como características fundamentais para o grupo dos homens. Em grupos indígenas, também observamos situações muito bem definidas para a definição do gênero, a casa das meninas e a casa dos meninos, nas quais o trânsito é proibido e coagido. Nascemos com poucas opções identitárias: ou somos homens ou somos mulheres, opções estas que estão condicionadas ao corpo com o qual nascemos. Em nosso corpo biológico, é expresso o gênero, sem que tenhamos a liberdade de escolha. Pertencer ao sexo feminino ou masculino nos informa inúmeras possibilidades, dentre elas nossa capacidade e/ou incapacidade de atuação social. E nisso reside a evolução social do gênero.

A mulher como sujeito de sua própria história

A contemporaneidade contribuiu muito para a inserção da mulher como sujeito de sua própria história. Entretanto, as relações sociais de sexo ainda são desiguais, principalmente no campo religioso. Um exemplo disso está no fato de que algumas mulheres pentecostais, possuidoras de carisma, não podem exercer funções de liderança em suas comunidades locais por serem simplesmente mulheres. No entanto, elas – para exercerem seu carisma – fundam movimentos religiosos autônomos. Com o passar do tempo, tais movimentos assumem a dimensão mais burocrática de grupo e são cooptados pelos homens que as impediram de liderar. Elas, por sua vez, são afastadas da liderança dada pelo carisma pessoal, e retornam a suas atividades de meras espectadoras. Um outro exemplo nítido pode ser percebido na conquista das mulheres no campo do trabalho. Inúmeras mulheres enfrentam uma jornada diária de trabalho de aproximadamente oito horas, ga-

⁶ Misoginia é um movimento de aversão ao que é ligado ao feminino. Algumas teóricas feministas pensam que a sociedade patriarcal é construída nesse movimento de expurgar o que é feminino, e de expurgar as mulheres, torná-las alheias, abjetas. (Nota da *IHU On-Line*)

nham seus salários, encontram uma relativa autonomia individual, pois são as grandes mantenedoras do núcleo familiar. Entretanto, apenas acumularam funções. Elas, além de manterem uma jornada diária de trabalho, continuam sendo donas de casa, mães e esposas, ou seja, uma tripla jornada de trabalho semanal.

Ainda falta mudança nas relações de gênero

Pergunto se as mudanças contemporâneas trouxeram benefícios ou malefícios às mulheres, visto que ainda observamos um mercado capitalista, que absorveu a força produtiva feminina a um custo menor do que é pago ao homem. Esses fatores evidenciam que ainda não ocorreu uma mudança estrutural significativa nas relações de gênero, pois a violência simbólica ainda é um dado presente em todos os setores sociais, bem como a materialização dessa violência, que culmina inevitavelmente na agressão física. O que se pretende, ao questionar a contribuição da contemporaneidade nas conquistas femininas, não é a vitimização das mulheres, mesmo porque as teorias de gênero colocaram as mulheres em percepção de que são sujeitos de sua história. Entretanto, é impossível negar os dados das delegacias de mulheres de todo o Brasil e a observação empírica do campo religioso.

IHU On-Line – A autonomia da mulher contemporânea incomoda o homem? Como ficam as relações de gênero e as relações sociais em geral se considerarmos uma mulher mais autônoma e mais auto-suficiente em relação ao homem?

Fernanda Lemos – Mas será que a mulher contemporânea alcançou sua autonomia? O problema é que, quando falamos “da mulher contemporânea”, damos esta caracterização a todas as mulheres, sejam elas indígenas, asiáticas, brancas, latino-americanas, européias, afrodescendentes, negras, empobrecidas, ricas, empregadas, desempregadas, casadas, ou solteiras. Não existe apenas

um modelo de mulher contemporânea; existem inúmeros, cada um com sua história sociocultural. A autonomia está associada a uma série de fatores sociais e culturais, dentre eles aspectos de classe. É simples pensar em uma mulher autônoma que seja de classe média e socialmente estabelecida. É difícil, porém, pensar na autonomia de uma mulher empobrecida que depende de seu companheiro para sustentar os filhos e a si própria. É certo que a mulher, na contemporaneidade, alcançou sua autonomia, mas vale ressaltar que, apesar de toda luta do movimento feminista e das teorias de gênero para desconstruir as desigualdades sociais e de sexo, ainda há muita estrutura a ser balanceada.

Não diria que a autonomia da mulher contemporânea incomoda o homem, mas que as transformações sociais trazidas pelo movimento feminista e a reivindicação das mulheres fizeram os homens repensarem a forma como a sociedade estava organizada, e isso gerou uma crise, se considerarmos que os homens sempre foram os sujeitos legítimos da história da humanidade. A tão conhecida e falada “crise da masculinidade” não está associada à perda de espaço dos homens na conquista de espaço pelas mulheres. Atualmente, sabemos que muitas mulheres sustentam sozinhas suas casas, enfrentam uma jornada diária de trabalho e ainda educam seus filhos; que o número de mulheres nas universidades é superior a dos homens; que dentro das religiões elas são a maioria, apesar de ainda não ocuparem os cargos de liderança em proporção à sua participação. Poderíamos dizer que a inserção das mulheres, em campos que outrora eram considerados masculinos, trouxe ao homem um desconforto e a necessidade de reorganização de seu papel na sociedade. Os espaços públicos sempre foram dos homens, e as mulheres estavam destinadas ao espaço privado da casa e da família. Na contemporaneidade, essa linha que demarcava o espaço público e privado, ou seja, o sexo, está se decompondo paulatinamente. Na verdade, ela não se tornou simplesmente auto-suficiente, mas ocupou espaços que outrora eram exclusivamente dos homens.

IHU On-Line – Como a senhora avalia o impacto das teorias feministas e das reivindicações das mulheres no mundo acadêmico?

Fernanda Lemos – Assim como o campo religioso, o mundo acadêmico ainda é masculino. Apesar das diversas especializações e pós-doutorados, as mulheres ainda têm que provar que são capazes de assumir as funções consideradas “dos homens”. No seu início, as teorias feministas foram motivos de “chacota” no meio acadêmico. As feministas eram consideradas mulheres “mal-amadas”, que “rasgavam sutiã” e que “odiavam homens”. Hoje, esse ranço de certa forma ainda existe, mas as teorias feministas conseguiram se inserir no meio acadêmico e mostrar a que vieram. Não dava mais para dizer que relações sociais desiguais de sexo eram uma fantasia, mesmo porque havia evidências sociais demonstrando que os campos sociais expressam diferenças significativas de gênero. O movimento feminista foi fundamental para a percepção de que as mulheres poderiam ser sujeitas de sua própria história. A radicalidade do movimento foi necessária para a mudança social, e a constatação de que as mulheres não queriam apenas “serem superiores aos homens”, mas alcançar a equidade.

As teorias de gênero

Na década de 1990, surgem as teorias de gênero, que compreenderam que as relações sociais de sexo eram construídas de uma dialética entre o homem e a mulher, ou seja, falar dos problemas das mulheres implicava fundamentalmente falar dos homens, visto que a luta de poder se dá na relação. Decorrentes disso, também, as teorias feministas contribuíram para a discussão das masculinidades e dos problemas contemporâneos dos homens, visto que entender a representação social da masculinidade implica compreender a violência física e simbólica pela qual as mulheres vivenciam. Dessa forma, poderíamos afirmar que a reivindicação das mulheres e o impacto das teorias feministas no mundo acadêmico foram fundamentais para a inserção da mulher neste campo. Todavia, elas ainda são minoria e quando concorrem a um cargo têm que provar que são capazes,

enquanto os homens têm sua capacidade legitimada simplesmente por serem homens. Atualmente, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, temos um corpo docente formado por dezenove professores, dos quais apenas dois são mulheres. Esse dado demonstra que, apesar da inserção das mulheres no mundo acadêmico e a influência significativa das teorias de gênero neste mundo, os números ainda expressam as desigualdades.

IHU On-Line – Quais são as possibilidades e contribuições das mulheres em meio às transformações atuais no âmbito da cultura, da ecologia, das religiões etc.?

Fernanda Lemos – As possibilidades e contribuições das mulheres nos campos sociais são inúmeras. Assim como os homens, elas são evidentes e factuais. Vivemos num período de profunda transformação, visto que a modernidade trouxe consigo a possibilidade da transformação e rompimento das verdades absolutas. No âmbito da ecologia, as mulheres já vêm contribuindo há muito tempo com o ecofeminismo. As teorias ecofeministas têm se preocupado há muitas décadas com a relação de dominação que os homens desenvolveram com a natureza.

A exploração desenfreada sempre foi um questionamento das feministas, mesmo porque ela é reflexo da dominação masculina sobre as mulheres. No que diz respeito às religiões, a inserção das mulheres entre as lideranças religiosas ainda é muito vagarosa, por causa da resistência das hierarquias clericais, as quais são predominantemente masculinas. Mesmo assim, elas têm discutido sobre uma teologia feminista, que incluía as mulheres como participantes do pensar sobre Deus, de suas experiências e não somente da experiência dos homens. Tais assuntos são discutidos em nosso Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. O grupo é composto por estudantes do Programa de Ciências da Religião interessados/as na contribuição de homens e mulheres em todos os setores da sociedade, principalmente no campo religioso.

“A crise do masculino se situa na falta de sua nova identidade”

Entrevista com Ivone Gebara

Ivone Gebara é religiosa da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora, graduada em teologia e doutora em filosofia pela PUC-SP, com uma tese sobre Paul Ricoeur. Durante 17 anos foi professora de Teologia e Filosofia no Instituto Teológico de Recife, fechado em 1989 pelo Vaticano. É professora visitante em diferentes universidades e centros de aprendizado no Brasil e no exterior. Em 1998, defendeu a tese doutoral em Ciências Religiosas em Louvain, Bélgica, sobre o problema do mal feminino, traduzido para diferentes línguas. Por mais de 15 anos tem vivido num bairro popular de Camaragibe, a 25 Km de Recife. É membro da Associação de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo, ASETT e do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero (NEMGE) – SP e consultora de diferentes organizações populares. Publicou vários artigos e livros dos quais os mais recentes são: **Teologia Ecofeminista** (São Paulo Olho d'Água, 1988); **Le mal au féminin – Réflexions théologiques à partir du féminisme** (Paris: L'Harmattan, 1999); **Longing for Running Waters** (Minneapolis: Fortress Press, 1999); e **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal** (Petrópolis: Vozes, 2000).

Ivone Gebara concedeu duas entrevistas à **IHU On-Line**, uma no dia 5 de março de 2007, sobre A crise do masculino se situa na falta de sua nova identidade, na qual falou sobre a caminhada das mulheres e do movimento feminista nos últimos tempos e o que isso provocou na sociedade e nas igrejas, e a outra no dia 8 de março de 2004, falando sobre As mulheres e a Teologia. Da hermenêutica da suspeita para a releitura feminista.

IHU On-Line – Fazendo um balanço das lutas das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos e de sua dignidade, o que as mulheres têm para comemorar, reivindicar e lamentar neste dia 8 de março?

Ivone Gebara – Uma das coisas mais importantes para o movimento feminista no Brasil é que nós não abandonamos a busca pelos direitos das mulheres e pela afirmação da nossa dignidade. Por exemplo, nós aprovamos a lei Maria da Penha e agora estamos com uma luta importante com os meios de comunicação, que têm veiculado imagens extremamente distorcidas das mulheres, particularmente das feministas. Enfim, eu faço um balanço positivo, no sentido de que, apesar de tantos senões à luta feminista, nós estamos fortes, com essas bandeiras intensamente mobilizadoras da sociedade.

IHU On-Line – No atual contexto sociocultural, constatamos a emergência de uma nova subjetividade e autonomia das mulheres. Como a senhora vê esta questão num cenário de fragilização dos laços sociais e afetivos? Os homens estão preparados para lidar/se relacionar com este novo tipo de mulher?

Ivone Gebara – As mulheres avançaram muito no conhecimento delas próprias, no conhecimento da sua intimidade, da sua sexualidade e genitalidade, dos seus desejos e, de repente, elas se dão conta de que os homens não fizeram e não quiseram fazer esse processo. Sem dúvida, os choques de relacionamento entre mulheres e homens e a precariedade das relações é muito mais presente

hoje. Acho que essa nova subjetividade feminina, que é emergente no mundo das intelectuais, também está aparecendo no mundo popular e no mundo das elites femininas. A fragilização do masculino e o questionamento da identidade masculina também estão aparecendo. Então, tenho visto que essa identidade do masculino como o provedor, o chefe, o que sabe, o que comanda a sociedade, continua, mas cada vez mais as mulheres têm sido críticas dessas pretensões de poder. Acredito que estamos num momento crítico e que, lentamente, a cultura vai nos mostrar que um novo relacionamento entre mulheres e homens está emergindo.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios que o feminismo coloca hoje à masculinidade ou às diferentes formas de se compreender e viver a masculinidade? Em outros termos, em que consiste a crise da masculinidade em meio aos desdobramentos dos movimentos feministas?

Ivone Gebara – A primeira questão da crise do masculino é que, ao mudarmos, nós, mulheres, a nossa identidade submissa e dependente; ao deixarmos de nos identificarmos como seres *para*, nesse sentido, seres *para os homens*, para a família patriarcal, nós já estamos, ao afirmar nossa nova identidade, nossa busca de identidade, insistindo para que os homens entrem nesse processo de redefinição de sua identidade. O sexo forte, o sexo masculino, o gênero forte, masculino, só é forte e dominador na medida em que nós aceitarmos a dominação. E, como nós não estamos mais aceitando o paradigma da dominação, eles estão em crise. Hoje em dia, a crise do masculino se situa numa espécie de falta de nova identidade do masculino. Isso tanto do ponto de vista das relações sociais quanto do interior das igrejas.

IHU On-Line – As teorias feministas e o movimento feminista tiveram um significativo desenvolvimento nos últimos anos e se desdobraram em diferentes perspectivas. Como a senhora avalia o impacto das teorias feministas e das reivindicações das mulheres no mundo acadêmico? E na Teologia?

Ivone Gebara – Do ponto de vista da antropologia, da sociologia e da psicologia, talvez as teorias feministas tiveram um espaço maior no mundo acadêmico. Mas não estou convencida disso. Tenho a impressão de que também a psicologia, a psicanálise, a sociologia e a antropologia feministas não foram bem acolhidas pelo mundo acadêmico dominado pelos homens. E a teologia feminista não foi de forma alguma. Ela ficou como um apêndice, como um cursinho, uma matéria à parte, que se dá em muitos institutos de Teologia. Esses, quando vão falar de teologia feminista, tiram o “feminista” e insistem em falar em “teologia feminina”, ou dizem que a teologia feminina não tem lugar, porque Teologia é Teologia, não existem teologias feminina e masculina. Mas sabemos que a Teologia é masculina. Então, o impacto do feminismo no mundo acadêmico e, especialmente, da Teologia, foi pouco significativo. Por sua vez, o feminismo e a teologia feminista tiveram um impacto maior nos movimentos sociais e muito particularmente nos movimentos de mulheres.

IHU On-Line – Na sua opinião, o que sustenta as mulheres, especialmente as mulheres desprivilegiadas em nossa sociedade, em suas lutas e resistências cotidianas? De onde tiram sua força?

Ivone Gebara – A grande força mobilizadora das mulheres é o próprio sofrimento no qual elas vivem. Não imaginemos que há uma força extraordinária, que vem do alto, ou da academia, ou dos governos. A grande força das mulheres se localiza no sofrimento do seu próprio corpo. Não dá para agüentar ficar nas filas dos hospitais esperando atendimento, ser violada e violentada continuamente dentro de casa, e viver sempre submissa às ordens de uma igreja que privilegia muito mais os corpos masculinos. A grande força das mulheres está naquilo que se percebe: o sofrimento feminino é aumentado por conta de uma estrutura socioeconômica e política que privilegia, primeiro, uma elite e, segundo, uma elite masculina. Não abre a possibilidade para relações de igualdade de gênero. A força que sustenta as mulheres é a dor coletiva, a solidariedade coletiva na mesma dor e a esperança coletiva de tentar vencer esses sofrimentos.

mentos, que não são abstratos, mas concretos. O que sustenta, por exemplo, a luta das empregadas domésticas para não morar no emprego, para ter uma casinha digna, é o fato de elas terem sofrido no seu próprio corpo que o espaço que lhes é dado é sempre o pior, com as piores condições dentro de uma casa ou um apartamento. É o próprio corpo que é o mobilizador das lutas. É seu sofrimento que mobiliza para que a mulher busque estados e situações de conforto maior esperança.

As Mulheres e a Teologia. Da hermenêutica da suspeita para a releitura feminista

***IHU On-Line* – Como a senhora vê o movimento feminista atualmente?**

Ivone Gebara – Devemos pensar mais no movimento feminista a partir do final do século XX. Ainda estamos bem no começo do século XXI e não sabemos quais são as voltas que o movimento vai dar. O movimento feminista é extremamente plural. Muitas coisas até contraditórias são chamadas de feminismo. Estou falando especialmente na América Latina e, mais particularmente, no Brasil. Mas, de maneira geral, eu situaria o movimento feminista como um movimento social de cidadania das mulheres, uma cidadania que quer ser plena, que não significa necessariamente igual a dos homens. Eu não estou dizendo que a cidadania de todos os homens é real. Sabemos que a grande maioria da população masculina não chega, no Brasil, a ser, de fato, cidadã. Mas, enfim, a raiz do movimento feminista é um movimento de luta por direitos de cidadania, direitos de igualdade, direitos diante da lei, direitos na família, na religião, em todos os setores da atividade humana, mas diferenciada evidentemente para a realidade das mulheres.

***IHU On-Line* – Como surgiu o que chamamos de teologia feminista e como ela se relaciona com os movimentos feministas atuais?**

Ivone Gebara – No Brasil, a teologia feminista toma corpo especialmente na década de 1980. E ela, sem a menor dúvida, recebe um grande im-

pulso da militância dos movimentos de mulheres e esses movimentos, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, um pouco no Recife, onde eu moro, buscavam a cidadania feminina e também especialmente discutiam algumas questões que precisavam ter um debate público maior, por exemplo, todas as questões relativas ao corpo e à sexualidade, além de todo o aspecto da legislação. Na década de 1980, algumas mulheres que tinham terminado seus cursos de Teologia e estavam fazendo mestrado e doutorado em Teologia, tiveram a idéia de se reunir, em nível latino-americano. A primeira reunião foi em 1980, em Buenos Aires. Depois, havia muitas brasileiras e seguimos nos reunindo periodicamente.

O grande impulso que foi dado a uma teologia feminista veio, sem a menor dúvida, do movimento de mulheres, e desse ambiente social que nós vivemos a partir da década de 1980, que é a afirmação do direito dos excluídos, de afirmação de cidadanias diferentes. Tudo isso fez com que a teologia feminista se organizasse em torno de uma releitura da Bíblia, em primeiro lugar, tentando sair do genérico humano, o humano, o homem. Tentamos fazer uma leitura em que vimos quais eram os papéis masculinos e femininos na Bíblia e, conseqüentemente, buscamos também o que chamamos de hermenêutica feminista, da qual um dos itens é a hermenêutica da suspeita. Suspeita-se das interpretações que nos foram dadas, na medida em que elas sublinham muito mais o valor masculino do que o feminino, sublinham o homem masculino como imagem de Deus, representante de Deus, lugar específico e talvez mais importante da manifestação do divino.

***IHU On-Line* – Como foi a passagem da hermenêutica da suspeita a uma releitura feminista?**

Ivone Gebara – Depois veio uma hermenêutica mais construtiva e criativa em que as mulheres tentam expressar a sua própria experiência religiosa. Dávamo-nos conta de que tínhamos uma percepção diferente de Deus. É muito interessante como há uma espécie de devolução da experiência do divino nos limites do corpo feminino, nos limites da valorização da pessoa das mulheres, nos

limites da sua contribuição intelectual, nos limites da construção da Igreja. Isso também toca a Teologia, de tal forma que, ao se repensar a questão Deus, se repensa também uma compreensão diferente da salvação, a partir da qual mulheres e homens são incluídos de uma forma igualitária.

As mulheres não precisam passar pela mediação masculina, mas mulheres e homens são mediadores dos processos de salvação. No século XXI, eu tenho percebido uma crise na teologia feita pelos homens e tenho percebido também uma crise na teologia feita pelas mulheres, no sentido de que, indubitavelmente, os homens não têm apresentado nenhuma temática teológica nova. Isso é devido à situação atual, que mereceria uma análise mais apurada. As mulheres vivem uma outra realidade, porque a teologia feminista não conseguiu direito de cidadania nas instituições religiosas dirigidas por homens. A teologia feminista ensaiou alguns espaços no final do século XX, mas agora, praticamente, são pouquíssimos os seminários ou institutos de teologia que ainda guardam uma cadeira de teologia feminista, ou levam em consideração à teologia feminista em sua abordagem teológica. Creio que os protestantes, nesse particular, por exemplo, aqueles da Faculdade Luterana no Rio Grande do Sul, abrem mais espaços para a teologia feminista e a têm trabalhado mais. Os metodistas em São Paulo também. Nas faculdades católicas, estamos marcando passo. Não demos o passo na introdução do feminismo na Teologia.

IHU On-Line – Quais seriam os traços mais excludentes dentro da Teologia Clássica, inclusive da Teologia da Libertação, no sentido da mulher?

Ivone Gebara – Os traços excludentes vêm e não vêm da Teologia. Em primeiro lugar, é bom dizer que não vêm, porque a Teologia é a expressão de uma cultura. Ela não se produz por si mesma, independente de uma cultura patriarcal. E a cultura patriarcal realmente do ponto de vista público, do pensamento, das idéias, privilegia o masculino. E privilegia o feminino para o mundo doméstico. A Teologia Clássica e também a Teologia da Libertação são dependentes das estruturas culturais de

onde elas brotam. Elas não são, de forma alguma, oásis ou ilhas à parte que incluirão as mulheres. Nós somos aquilo que somos e a Teologia entra nisso também. O primeiro traço excludente surge à medida que ela nasce dessa cultura androcêntrica, centrada mais no homem masculino, no que se refere a poder, decisões públicas, decisões econômicas, representatividade. Segundo, eu acho que a antropologia teológica ou cristã, embora fale de uma igualdade abstrata, no concreto ela se expressa pela desigualdade de gêneros.

IHU On-Line – Quais são as conseqüências de uma Teologia construída pelas desigualdades de gêneros?

Ivone Gebara – A Teologia é construída em torno de uma imagem de Deus masculina, muito embora já tenhamos progredido e dito não. Essa imagem ainda povoa o imaginário teológico. As categorias ainda são dependentes desse imaginário teológico masculino. Estes seriam os traços do ponto de vista teológico-sistemático. Isso percorre todo o resto, como os ministérios, a prática sacramental, o poder nas instituições da Igreja, também o poder no saber. Para as mulheres, são proibidos certos cursos de teologia, como teologia sistemática; elas podem apenas dar alguns tratados menores. Isso não vem da boa ou da má vontade dos homens. Vem dessa construção que está aí já há bastante tempo, que se acentuou na Idade Média e na época moderna. Isso tudo leva o cristianismo, hoje, a uma crise de identidade.

IHU On-Line – Em que consiste essa crise de identidade do cristianismo atual?

Ivone Gebara – Vejo a presença da crise quando se trata de lideranças, cientistas, intelectuais, grupos de movimento popular, lideranças de bairro, que buscam um caminho ético, de luta em favor do bem comum. É como se o referencial teológico não fosse mais suficiente. É como se o sentido deixasse a desejar. A linguagem é construída num tempo específico, do Concílio de Trento, uma linguagem meio hermética, que já não toca mais os corações. Para esses grupos, é interessante quando a gente começa a resgatar a dimensão ética do Evangelho, do movimento de Jesus; todo mundo

se entusiasma. Quando se passa a falar alguma coisa de dogma, todo mundo já arrefece. Essa crise também é parte da crise do mundo. Outras religiões têm o mesmo problema. O judaísmo fala de crise, o islamismo fala de crise, uma crise de identidade diante dessa situação atual do mundo. Estamos todos em busca.

IHU On-Line – O que seria o ecofeminismo?

Ivone Gebara – O ecofeminismo é a junção da preocupação ecológica com a preocupação feminista. Ecofeminismo inclui também os homens, a natureza, a ecologia, e nós costumamos falar de ecojustiça. A nossa preocupação é com a salvaguarda da criação. Existe a preocupação em cuidar os ecossistemas, as redes de vida. Nós, mulheres, assumimos, uma busca não só de cidadania para as mulheres, mas também de afirmação de relações diferentes entre os homens. Não é simplesmente a exclusão dos homens. É a construção conjunta de novas relações, nas quais também se inclui a preocupação com a ecologia, a preocupação com a terra, com o universo. Basta ver a situação em que está a nossa terra, devastada, despoluída, poluída. Não é só justiça social. É justiça social e ecológica. É uma preocupação de incluir o planeta Terra como sujeito de justiça também.

IHU On-Line – O livro Trindade, palavra sobre coisas velhas e novas. Uma perspectiva ecofeminista traz diversas intuições que dão a impressão de que a senhora quer dar continuidade a elas, refletir mais sobre elas. Dez anos depois de tê-lo escrito, o que poderia dizer sobre experiência trinitária?

Ivone Gebara – Esse livrinho foi uma conferência que eu dei para as irmãs paulinas, em que eu tentava responder a pergunta delas: “Como nós podemos ser uma comunidade à imagem da Trindade?”. Eu achei essa pergunta desafiadora, porque colocava nós, seres humanos, tentando buscar a imitação de um modelo divino. Falar de imitação de Jesus é até mais possível. Tentei abrir esse conceito e ver que significações filosóficas ele podia evocar. Foi por aí que falei da relação entre o uno e o múltiplo. Mostrei como, na realidade, nós somos uma pessoa, mas somos também múltiplas.

A questão da busca do caminho da construção da comunidade é essa percepção da unidade, da multiplicidade, ao mesmo tempo que nós todos vivemos nesse universo, nessa terra, que é uma realidade maior do que cada indivíduo.

IHU On-Line – É possível haver experiências de um feminismo inter-religioso, quando há religiões como o islamismo nas quais a mulher ainda tem um papel de grande submissão?

Ivone Gebara – Sem a menor dúvida, o movimento feminista teológico é nitidamente ecumênico. No mundo cristão, o ecumenismo é a base do nosso trabalho. Nas reuniões que fazemos em âmbito latino-americano ou internacional, por exemplo, a Associação das Teólogas e Teólogos do Terceiro Mundo, tem promovido, a cada seis anos, uma reunião em que mulheres de diferentes igrejas cristãs trabalham, e ninguém pergunta qual é a Igreja de cada uma. Trabalha-se com questões, temas, desafios, e se tenta, a partir da inspiração da fé, perceber que respostas podem ser dadas. A preocupação é como podemos abordar as questões do presente, guardando a nossa pertença a comunidades diferentes como se nós pertencêssemos a famílias distintas, mas sem acentuar demais a diversidade.

IHU On-Line – E há experiências também com religiões não cristãs?

Ivone Gebara – Já houve algumas reuniões internacionais para as quais mulheres muçulmanas foram convidadas. Nós não fazemos muita divulgação, mas existe um trabalho muito bonito de mulheres muçulmanas, como também um trabalho muito bonito de mulheres judias para rever os seus textos religiosos, as suas tradições, abrir um diálogo mais amplo e questionar certas idéias que nós, do Ocidente, temos das mulheres orientais. Às vezes, a gente se guia por coisas bastante superficiais, por exemplo, o véu. Isso já é opressão. E elas tentam dizer que há tantas mulheres que não usam véu, como nós, e são oprimidas. A fonte de opressão não é o véu. Esse movimento de emancipação das mulheres e de produção de pensamento de sua própria experiência existe

também no islamismo, no judaísmo, e também aqui no Brasil, com muitas mães de santo, que tentam abrir um diálogo maior entre elas.

A Mãe Estela, em Salvador, que é uma figura extremamente carismática, tem uma postura de diálogo muito grande na linha do diálogo inter-religioso, guardando a sua posição sincrética. Estamos num período em que essas coisas estão florescendo, mas são pequenos ensaios e com pouquíssima divulgação. O que é mais divulgado pela imprensa são as missas show, os programas de cura, essas coisas que têm mais audiência. Esses pequenos esforços de um cristianismo mais ético, ou busca de diálogo com outros credos religiosos, tentando tocar no essencial, não têm muita divulgação.

IHU On-Line – Olhando para o Brasil e a América Latina, como seriam novas relações de gênero libertadoras?

Ivone Gebara – Para isso, é preciso ver os diferentes contextos. Se tomarmos o contexto da política atual, seria muito mais a formação de mulheres para que elas pudessem atuar em igualdade nas decisões políticas do País. Basta olhar a cara do nosso Congresso. Vemos que é quase um Congresso eminentemente masculino. Novas relações seriam as que dessem espaço a vozes femininas também na construção da sociedade, na construção do bem comum. Isso acontece na política, na economia. Há muitas denúncias de que a cara da pobreza é feminina e é verdade.

Se analisarmos quais são as forças sociais mais exploradas, a mão-de-obra mais explorada, entre mulheres e homens, é a feminina. Nas Igrejas nem se fala! Fala-se hoje da convocação de um concílio. Quem estará presente? Possivelmente, nenhuma mulher, como “cardinala”. Sem dúvida, haverá muitas mulheres na parte da secretaria, da telefonia, da limpeza, isso sim. Novamente se mantém essa espécie de divisão rígida entre o mundo doméstico e o mundo público. As mulheres são do mundo doméstico, do mundo particular, privado, que acaba sendo extremamente aprisionador. As novas relações não são mágicas. Mas devemos tender, por meio de processos educativos, a ter uma igualdade na decisão dos destinos humanos,

na partilha de responsabilidades, na reflexão teológica. Temos muito caminho a ser percorrido para que haja mais justiça nas relações entre mulheres e homens nas empresas. Pessoalmente, já se conquistaram muitas coisas, mas, em relação a instituições, nossos avanços ainda deixam a desejar.

IHU On-Line – Tem havido mudanças significativas em relação à mulher no governo atual? A esquerda também é patriarcal?

Ivone Gebara – A esquerda é tão patriarcal quanto o centro e a direita. Também nem posso falar que o PT é de esquerda. Em todo o caso, dentro das diversas tendências do PT, está havendo alguns espaços maiores para a militância de mulheres, mas até lá ainda temos muito caminho a andar. A esquerda também é produto do mundo patriarcal, é uma tendência política e, dentro dessa tendência que quer favorecer os mais excluídos, os mais pobres, há um pouco mais de espaço, de lugar para as reivindicações das mulheres.

IHU On-Line – A senhora fez a sua tese de doutorado em Filosofia sobre Paul Ricoeur. Como o filósofo influenciou em seu pensamento?

Ivone Gebara – Eu fui aluna dele na Bélgica, na Universidade Católica de Louvain e fiquei absolutamente encantada com suas idéias. Como meu professor, ele foi uma pessoa maravilhosa, que me marcou muito. Ele tem aquele livro *A simbólica do mal e eu*, desde jovem, preocupo-me com esse problema. Então, trabalhei a questão que ele focava no livro *Finitude e culpabilidade*. No meu último livro, que saiu pela *Voices*, que se chama *Rompendo o silêncio*, eu tento analisar essa questão do mal, de uma forma um pouco clássica. Eu tento mostrar como a vida humana é uma mistura do bem e do mal. Neste momento, dizemos que algo é bom e esse bom, de repente, pode se perverter. Essa é a dinâmica do bem e do mal, da perdição e da salvação, como inerentes ao próprio processo de vida humana.

IHU On-Line – Qual é a mensagem que poderia nos deixar por ocasião do Dia Internacional da Mulher?

Ivone Gebara – Eu gostaria que nós, mulheres, em qualquer coisa que fizéssemos, usássemos uma faculdade fundamental em todas as pessoas humanas, a faculdade de pensar. A vida é pensar não só com a cabeça, mas com o corpo todo, deixar o corpo sentir a dor do outro, a alegria do outro, a destruição que existe no mundo. E deixar aparecer a responsabilidade que nós temos de construir rela-

ções mais justas entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres, no local de trabalho, na família, nas nossas comunidades. A minha mensagem é que sejamos capazes de sair de uma espécie de cansaço de pensar a vida, cansaço de querer entender melhor o que se passa no meio de nós, e que coloquemos para nós como meta a importância de conhecer o mundo para amá-lo melhor.

“O homem e a mulher vêm se transformando ao longo do tempo e manifestam-se diferentemente conforme o contexto em que vivem”

Entrevista com Georges Daniel Janja Bloc Boris

*Georges Daniel Janja Bloc Boris é professor do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza desde 1985, mestre em educação (1992) e doutor em sociologia (2000) pela Universidade Federal do Ceará. Traduziu **Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud**, obra primeira de Frederick Perls, publicada em português em 2002 pela Summus Editorial. É psicoterapeuta fenomenológico-existencial, supervisor de estágios em psicologia clínica e formador de psicoterapeutas em Gestalt-Terapia. Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, em 5 de março de 2007, Boris explica: “O que as pesquisas sobre as relações de gênero têm demonstrado é que, especialmente na contemporaneidade, não se pode mais tratar de uma masculinidade, de uma feminilidade ou de um homoerotismo únicos e padronizados”. O professor afirma também que “o homem e a mulher vêm se transformando ao longo do tempo e manifestam-se diferentemente conforme o contexto em que vivem”.*

IHU On-Line – Quais são as configurações do masculino e feminino na contemporaneidade?

Georges Boris – O que as pesquisas sobre as relações de gênero têm demonstrado é que, especialmente na contemporaneidade, não se pode mais tratar de uma masculinidade, de uma feminilidade ou de um homoerotismo únicos e padronizados. A concepção de gênero – mais ampla do que a de sexo (mais centrada nos aspectos anatômico, fisiológico e funcional) – refere-se, para a maioria dos pesquisadores da área, a uma “cons-

trução”, ou seja, não basta que eu tenha um pênis, pêlos e outros constituintes da masculinidade. O gênero é, principalmente, uma representação “construída”, portanto, é simbólica, relacional, histórica e sociocultural. O que se percebe é que o homem e a mulher vêm se transformando ao longo do tempo e manifestam-se diferentemente conforme o contexto em que vivem. Além disso, por ser relacional, a subjetividade do homem e da mulher sofre interferências na medida em que o outro pólo também se modifica. Assim, hoje, o que percebemos é que há uma multiplicidade de manifestações subjetivas dos modos de ser homem, mulher, “gay” etc.

IHU On-Line – O masculino está em crise? O que seria o “mal-estar masculino na contemporaneidade”?

Georges Boris – O patriarcado é uma instituição sociocultural milenar e padronizou modos de ser, de se comportar, de se vestir etc. O padrão patriarcal de homem e de mulher era claro e rigidamente definido. Entretanto, apesar de sua clareza, gerava sofrimento. Especialmente as mulheres sofreram – e ainda sofrem bastante – por conta deste padrão sociocultural, que impunha que o homem fosse necessariamente forte, dominador, violento, provedor da mulher e dos filhos, e, portanto, voltado para o mundo público; por sua vez, a mulher era considerada frágil, dominada, passiva, necessitando da proteção e do controle masculino. É inegável a dominação masculina sobre as mulheres, mas um problema pouco discutido é que, embora usufruam da dominação masculina milenar,

os homens também estão submetidos a um padrão patriarcal masculino inatingível. Os homens morrem com mais frequência e mais cedo do que as mulheres em praticamente todos os países do Ocidente. Em outras palavras: muitos homens também rejeitam esta padronização, que impõe papéis rígidos e impede-os de viver e de usufruir sua humanidade, o que gera um considerável e apenas recentemente reconhecido mal-estar e uma inegável crise da subjetividade masculina.

Homem na atualidade

Com o crescente abalo do patriarcado nas últimas décadas e com as conquistas e os avanços das mulheres em vários campos, os homens estão confusos. Embora ainda haja considerável resistência, muitos homens já não adotam nem se sentem à vontade com o modelo patriarcal de homem e de relação com a mulher, mas ainda não encontraram uma forma tranqüila de lidar consigo mesmos e com as conquistas do gênero feminino.

IHU On-Line – Quais são as conseqüências sociais de uma mulher autônoma, independente do homem?

Georges Boris – Por conta da dominação que sofreram e, em grande parte, ainda sofrem, as mulheres tiveram que lutar por seus direitos, por sua autonomia e por sua independência. São inegáveis as conquistas femininas, particularmente a partir da segunda metade do século XX. Estas conquistas também geram impasses com os homens por conta do avanço feminino no mercado de trabalho, por exemplo. Contudo, um dado que chamou a atenção em minhas pesquisas é o de que a maioria dos homens sente-se à vontade e não percebe problema ao ser comandado por mulheres no trabalho. O que parece incomodar mais é a atitude autoritária do modelo patriarcal de comando – também presente no mercado de trabalho –, que, muitas vezes, é adotada pelos chefes, mesmo por algumas mulheres, aos quais eles ou a elas estão subordinados.

Evolução do movimento feminista

O movimento feminista teve, e tem, um papel histórico muito importante nas conquistas das mulheres. Seu papel foi aglutinar a insatisfação feminina com as imposições do patriarcado e organizar as lutas das mulheres contra a dominação masculina. Uma de suas conseqüências é a idéia bastante comum – tanto entre homens quanto entre as mulheres – que associa a mulher à vida, à sensibilidade e à subjetividade, enquanto o homem é, freqüentemente, associado à morte, à insensibilidade e à objetividade, perspectiva politicamente necessária à luta feminista contra um poder concentrado nas mãos dos homens.

Entretanto, tal posição é dicotômica, mecanicista e mesmo maniqueísta, pois concebe as mulheres como seres essencialmente benevolentes, mas sem poder, vítimas dos naturalmente truculentos “machos”, que as maltratam, ou como “guerreiras”, também em luta contra a opressão masculina. Um dado contraditório pouco discutido pelas militantes feministas é a existência de um poder feminino, mais sutil e sábio do que o poder patriarcal: as mulheres, tradicionalmente, detêm o acesso e assumem o cuidado prioritário do lar e dos filhos e, embora muitas se queixem da omissão freqüente dos homens, algumas impedem o acesso e a necessária aprendizagem dos filhos, dos maridos e dos pais a este universo sociocultural ainda em mãos femininas. Este é um poder feminino que os homens ainda timidamente ocupam, em parte por uma resistência de muitas mulheres a compartilhar e a acreditar que os homens são capazes de também exercer o que denomino de “mínimo poder Feminino”, particularmente no espaço doméstico. O poder feminino é uma questão que compete ao movimento feminista encarar nos tempos atuais.

IHU On-Line – Quais são os principais impactos para a autonomia da mulher, como ser social, dos avanços da ciência e da tecnologia?

Georges Boris – As relações de gênero e, particularmente, a mulher, não estiveram isentas das transformações socioculturais ao longo do tempo. Da mesma forma, a ciência e a tecnologia avançaram bastante. Um dos principais impactos para a autonomia da mulher e dos casais, sem dúvida, foi o advento da pílula anticoncepcional, especialmente e, de modo crescente, a partir dos anos 1960. Outros impactos vêm sendo registrados, como a reprodução assistida, bem como a (re)produção “independente”. Esta última comprova que a ciência e a tecnologia não são neutras, podendo ser mesmo um instrumento ideológico, pois pode libertar as pessoas ou as aprisionar mais ainda. Nos tempos atuais, as pessoas vêm sendo induzidas a adquirir objetos descartáveis, a investir em sua saúde de modo intenso e mesmo a modelar seus corpos, a partir da imposição de um interesse capitalista globalizado e para além de sua real necessidade.

IHU On-Line – O senhor tem pesquisas sobre homens e mulheres das classes populares de Fortaleza. Pode falar um pouco sobre esses estudos? Existe relação com o resto do Brasil?

Georges Boris – Minha pesquisa inicial se centrou na construção e na crise da subjetividade masculina entre homens da classe média. Atualmente, desenvolvo uma pesquisa sobre o mesmo tema com homens das classes populares, e, em breve, devo iniciar nova pesquisa sobre o poder feminino, investigando o reconhecimento do poder da mulher entre casais de Fortaleza. É cedo para poder generalizar tantos dados – até mesmo pelos motivos que expus, anteriormente, acerca do caráter das relações de gênero –, mas posso adiantar algumas observações preliminares, pelo menos sobre a construção da subjetividade masculina em Fortaleza, uma cidade de cerca de 2,5 milhões de habitantes, que concentra tanto a miséria quanto os avanços tecnológicos característicos da sociedade e da cultura brasileira. Fortaleza expressa muito da realidade das relações de gênero no Brasil.

Resumidamente, posso apontar o seguinte: poucos homens parecem de fato conformados ou

adaptados ao antigo modelo de homem patriarcal, enquanto alguns ainda tentam disfarçar sua dificuldade de aceitação das novas relações sociais de gênero, que vêm se desenvolvendo mais recentemente, mas terminando por reagir a elas, quando se deparam com situações inusitadas e surpreendentes em seu próprio cotidiano; e muitos homens parecem ter a percepção de que seus comportamentos são dotados de uma pretensa e inquestionável objetividade masculina. Tal objetividade é, em grande parte, uma falácia: a de que os homens preferem crer na tentativa vã de não serem questionados em suas posições e decisões, adotando atitudes pragmáticas e racionalizadas, evitando, na verdade, seu envolvimento emocional com as questões e os problemas que, de fato, vivenciam. Percebi também entre meus entrevistados, algumas das características da construção sociocultural da subjetividade masculina na contemporaneidade: um clima de trabalho profissional freqüentemente desqualificador da expressão da individualidade, da singularidade e da subjetividade dos homens e uma angustiante ausência paterna em seu cotidiano familiar.

Podemos perceber, então, que a ausência paterna comum na experiência de muitos filhos costuma provocar a busca de explicações, de justificativas e de racionalizações (geralmente tardias), que têm seu principal fundamento freqüentemente nas pressões socioculturais que prioritariamente incidem sobre os homens; uma inclusão social através de atitudes autoritárias, competitivas, violentas ou defensivas, o que resulta comumente em resistência, evitação ou dificuldade de manifestação calorosa em situações afetivas: um homem deve estar sempre alerta, não confiar em ninguém – a não ser em si mesmo e em suas capacidades – e vencer sempre por seus próprios méritos. Esta “fabricação de machos heróis”, apesar de gerar homens aparentemente fortes, inabaláveis e vencedores, escamoteia as reais necessidades psicossociais e humanas que todos têm direito a experienciar e a expressar. Entretanto, não creio que a crise da masculinidade signifique, simplesmente, que os homens venham se sentindo “menos homens”, parecendo muito mais que vivenciam as transformações inquietantes de um momento his-

tórico cujas transições socioculturais têm levado – homens e mulheres – a buscar alternativas mais autênticas e justas de viver e de conviver com sua diversidade subjetiva. Acredito também que a lentidão dos homens na conquista de uma tranqüila e humanizada reconciliação consigo mesmos, com as mulheres, com outros homens, com a função paterna e com seu trabalho profissional, se deve ao fato de que as mulheres, há muito mais tempo, tentam integrar com prazer estes diversos papéis socioculturais. Creio que, neste momento histórico de transição da subjetividade masculina para formas e manifestações mais flexíveis, as mulheres precisarão de boa dose de paciência e de tolerância com as vacilações e inseguranças de muitos homens confusos e ainda em dúvida quanto ao encantamento do ilusório poder viril patriarcal. Se ousar fazer alguma conjectura acerca do possível destino da subjetividade masculina nos tempos vindouros, creio ser seguro afirmar que os homens já não são os mesmos e que ser homem vem se transformando ao longo do tempo. Assim, acredito também que o caráter violento do “macho” humano sofre as mudanças que a sociedade e a cultura vêm absorvendo, pois nenhuma violência, mesmo simbólica, se mantém de forma duradoura e eficaz se as regras que ela sanciona instituem relações arbitrárias que favoreçam sistematicamente uma parte em prejuízo da outra. Se pudermos entender que o homem violento dos tempos atuais é, em parte, uma tentativa desesperada de reassumir um suposto poder sociocultural masculino, esta tentativa parecerá vã, na medida em que busca se impor por meio de atitudes destrutivas dos elos que unem os indivíduos, podendo inibir a manifestação da diversidade dos seres humanos.

Não me parece muito seguro que os homens se tornem integrados e que desenvolvam em breve sua própria condição subjetiva de gênero de forma consistente e reconhecida por si mesmos, pelo menos não tão rapidamente quanto seria desejável, pois tudo depende de uma transformação das relações sociais, da sociedade e da cultura me-

diantes vivências mais democráticas, justas e harmoniosas, que ainda estamos longe de concretizar. Acredito que, apenas de forma democratizante, homens e mulheres se uniriam com a meta de evitar a alienação dos papéis socioculturais masculinos e femininos conforme a configuração atual, criando uma nova sociabilidade, sabedores de que pouco adianta inverter ou mesmo igualar os papéis sexuais, sociais, familiares e profissionais de acordo com os interesses do Estado e do lucro, sem levar em conta os reais interesses das pessoas. Para finalizar, relembro que, para que este ideal possa vir a acontecer, faz-se necessário o enfrentamento de alguns temas incômodos nos modelos de homem e de poder patriarcais ainda vigentes:

- muitos homens ainda necessitam constantemente demonstrar capacidade e força;
- a expressão de sentimentos pelos homens continua limitada;
- muitos permanecem dirigindo suas vidas para áreas competitivas;
- inúmeros deles ainda mantêm a função de provedores da família;
- suas ocupações ainda se voltam com frequência apenas para “questões sérias”, como o trabalho, a política e a economia;
- em consequência, o contato sensível com a natureza, com os amigos, com as mulheres e com os filhos tende a se perder;
- finalmente, permanece sobre os homens a proibição de não saber, de não poder, de não se equivocar e de não fracassar. Acredito que, enquanto persistirem perspectivas sexistas unilaterais que subdividam as atividades humanas e as relações sociais de gênero em atividades masculinas ou femininas, a construção da subjetividade masculina permanecerá confusa, e a eventual reação violenta dos homens diante das mudanças pessoais e socioculturais continuará sendo um inquietante elemento de desestruturação social.

“O mundo com mais mulheres tem menos guerra, menos violência e menos corrupção”

Entrevista com Rose Marie Muraro

*Rose Marie Muraro é escritora, formada em Física e Economia. Ela publicou diversos livros, entre eles sua biografia **Memórias de uma mulher impossível** (Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999). Nos anos 1970, foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil. Suas idéias refletem-se na vida pessoal desta mulher, mãe de cinco filhos e avó de doze netos, frutos de um casamento de 23 anos. Rose Marie concedeu entrevista por telefone à **IHU On-Line**, em 5 de março de 2007.*

IHU On-Line – Qual é o papel, a função do masculino na sociedade hoje? Podemos dizer que ele está em crise?

Rose Marie Muraro – Acho que está. Houve um avanço enorme da mulher, que detinha, em 1970, 35% da força de trabalho mundial, e hoje representa cerca de 50%. Há regiões que têm mais mulheres na força de trabalho do que homens. Há outros casos, principalmente no Brasil, como o movimento universitário, onde há 60% de mulheres e 40% de homens. Além disso, existem várias presidentes da república no mundo. Isso é muito novo para os homens. Eles, em geral, não estão lidando bem com essa novidade, principalmente os mais velhos. Quem está lidando bem são os mais novos, que já nasceram dentro dessa realidade. Principalmente, porque muitas firmas despedem homens que têm salários mais altos para pôr mulheres que têm salários mais baixos e a mesma competência. Para a mulher, ter mais anos de estudo não significa maior salário. Ela abaixa a renda da massa salarial de toda a classe trabalhadora.

IHU On-Line – O feminismo tem a ver com a crise do masculino?

Rose Marie Muraro – Tem. O feminismo não é o que as pessoas pensam. O feminismo é só um movimento organizado das mulheres, mais nada. Não tem nada a ver com o plano pessoal da mulher contra o homem, mas, sim, da mulher contra o sistema. Em geral, as mulheres e os homens se dão muito bem. E a mulher já está questionando o machismo do homem no plano pessoal, e isso está caminhando bastante. Então, vejo uma diferença enorme dos anos 1970, quando eu comecei a militar, para cá.

IHU On-Line – Quais as diferenças entre movimento feminista e movimento de mulheres? Como se caracteriza o movimento de mulheres como movimento social?

Rose Marie Muraro – Existem vários movimentos de mulheres que não são feministas, que não têm a mulher como foco. Por exemplo, movimento de donas de casa, pelo meio ambiente, pela paz. Existe, inclusive, movimento de mulheres para levar cafezinho para os homens nas reuniões. No entanto, movimentos enfocando a condição da mulher, por definição, são feministas.

IHU On-Line – Quais são os pontos fundamentais na discussão sobre a questão do corpo das mulheres em função dos avanços da ciência e da tecnologia? E quais os impactos disso para a autonomia da mulher como ser social?

Rose Marie Muraro – A grande autonomia das mulheres veio com a pílula anticoncepcional e a pílula do dia seguinte. Com isso, a mulher, pela primeira vez, em dois mil anos, desliga a sexualidade da maternidade. Este foi o grande avanço que permitiu a autonomia, o estudo e o controle do corpo. O resto é secundário. A fertilização *in vitro* é algo secundário diante disso. A partir da pílula e dos métodos anticoncepcionais, nos anos 1960, é que aconteceu todo o movimento de autonomização da mulher e o fato de ela se tornar o sujeito maior da história. Produção independente de filhos sempre houve depois dos anos 1960.

IHU On-Line – Quais são as principais correntes feministas hoje?

Rose Marie Muraro – Eu não conheço correntes feministas. Há movimentos feministas que tratam mais da política, movimentos feministas que tratam mais da ligação da mulher com a sustentabilidade do meio ambiente, e outros que tratam da condição da mulher, principalmente do problema da violência, que é o problema básico da sociedade humana. Refiro-me à violência doméstica, dos pais sobre as crianças e do homem sobre a mulher, que originam a violência do homem sobre o homem.

Na Pré-História, enquanto não houve a violência da sociedade contra a mulher, não houve guerras. Quando começou a violência contra a mulher, que é a primeira de todas, porque a mulher era mais fraca que o homem, aí começa a violência dos mais fortes contra os mais fracos. E a causa disso é que a criança aprende, desde que nasce, que uns apanham e outros batem. E isso não é coisa pequena. Eu estava nos Estados Unidos, em 1988, quando se fazia uma pesquisa representativa da nação americana, com a qual se descobriu que 66% de todas as mulheres ou apanhavam ou tinham apanhado de pais ou de maridos. A grossa maioria das mulheres apanha. E isso

legítima a violência do homem contra o homem. É natural que o homem seja mais violento contra a mulher, então é natural que seja mais violento contra o homem. Tratar da violência contra a mulher é tratar da violência do homem contra o homem. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, quando fez a lei Maria da Penha⁷, sobre a violência doméstica, tornando-a crime hediondo, fez um trabalho incrível. Esse tema está muito difundido na sociedade, e a mulher hoje sabe que ela não deve apanhar. Não é mais como o Nelson Rodrigues⁸ dizia, que mulher gosta de apanhar e só as neuróticas reagem. Hoje, todas as mulheres somos neuróticas, porque reagimos em favor da justiça.

IHU On-Line – Qual é a principal reivindicação da mulher de hoje?

Rose Marie Muraro – O que ela reivindicou sempre: salário igual por trabalho igual e igualdade de oportunidades. Aliás, isso está acontecendo onde há possibilidade. Eu sei de um caso de concurso público para residentes médicos que houve aqui no Rio de Janeiro. Havia sete vagas e em torno de 200 concorrentes. Venceram um homem e seis mulheres. No lugar em que o mérito é da mulher, ela ganha. No lugar em que a ideologia diz quem vai entrar na vaga, quem entra é o homem.

IHU On-Line – Com cada vez mais protagonismo feminino, como seria uma sociedade de mulheres?

Rose Marie Muraro – Não vejo uma sociedade de mulheres, o que seria uma perversão. Eu vejo uma sociedade com igual participação de homens e mulheres. A natureza fez o homem e a mulher. Falar de uma sociedade em que a mulher seja hegemônica é trocar o sinal da dominação de mais por menos, então não muda nada. Eu vejo uma sociedade andrógina, em que homem e mulher tenham o mesmo protagonismo, uma sociedade

⁷ A Lei da Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as várias mudanças promovidas pela Lei, está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher. A Lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa. O nome da Lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos. A Lei altera o Código Penal Brasileiro e possibilita que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. (Nota da **IHU On-Line**).

⁸ Nelson Falcão Rodrigues (1912-1980) foi um importante dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

mais pacífica, menos corrupta. Há um estudo do Banco Mundial, que mostra uma correlação significativa entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e a diminuição da corrupção. Esse estudo foi feito em 121 países. Essa é uma das coisas mais importantes que eu já vi na minha vida. O mundo, quando tem mais mulheres, tem menos guerra, menos violência e menos corrupção. Vale lembrar aqui que a revista *The Economist*, uma publicação econômica machista, em setembro de 1996, disse que o século XXI seria o século da mu-

lher, mostrando que o maior altruísmo da mulher é que pode ajudar a salvar o mundo todo desse problema de meio ambiente, de excesso de corrupção. Se antes havia 20, 30 países que guerrearam durante 1.500 anos, agora, para enfrentar os Estados Unidos, os países europeus constituem a União Européia. O mundo terá que ser solidário “na marra” para vencer o inimigo comum, que é o aquecimento global, a falta d’água, que vem da ganância dos mais fortes, para ver se é possível reverter esse processo.

O feminismo como um movimento de transformação social

Entrevista com Telma Gurgel da Silva

Telma Gurgel Da Silva possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Rio Grande do Norte (UERN), mestrado em Ciências Sociais pela UERN e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, tendo sua tese o título Feminismo e liberdade: seu sujeito total e tardio na América Latina. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em gênero e feminismo, atuando principalmente em relações de gênero, políticas públicas, autonomia, organização e neoliberalismo.

Para Telma Gurgel da Silva, professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, “a autonomia das mulheres é, em última instância, a superação dos privilégios garantidos aos homens, não porque cada homem em particular o promove, mas sim porque existe uma lógica social que estrutura estes privilégios e que, sem sua ruptura, é impossível o reconhecimento das mulheres como sujeito de direitos e de liberdade”. Ela fez essa e outras afirmações em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, em 5 de março de 2007.

IHU On-Line – Como se deu a evolução do movimento feminista através da história e qual o papel e a função do movimento de mulheres hoje?

Telma Gurgel – Na perspectiva da visibilidade política da reivindicação da igualdade, o feminismo como movimento social tem suas origens na Revolução Francesa, quando, pela primeira vez, as mulheres surgem na conjuntura como sujeito coletivo com demandas específicas, em confronto direto com as estruturas dominantes de poder e de representação política. Assim, podemos afirmar que há mais de 200 anos as mulheres estão em

movimento. Como nos referimos à história e suas contradições, o feminismo, ao longo destes anos, tem pautado reivindicações políticas, econômicas e ideológicas, as quais acompanham a realidade de cada momento histórico. Assim, encontramos as chamadas “ondas” do feminismo que sintetizam estes momentos. É importante destacarmos que essas expressões políticas são constituídas por sujeitos, no caso as mulheres, como seres sociais dotados de história, subjetividades, identidades, experiências e projetos que, na totalidade, concretizam a práxis e a expressão pública do feminismo. Assim sendo, podemos identificar as lutas em defesa do sufrágio universal, pelo direito à educação, pelo acesso ao trabalho, pela liberdade sexual, pelo direito ao aborto, contra a violência sexista, pelo fim da desigualdade racial, pelo direito das lésbicas, entre outras. Sintetizando, podemos afirmar que o feminismo, em sua trajetória, é, acima de tudo, um movimento de transformação social que procura a construção de uma nova ordem na qual se superem as relações predominantes do sistema patriarcal capitalista de gênero. Pois acredito que, sem nenhuma pretensão determinista, é impossível a liberdade e autodeterminação das mulheres na sociabilidade do capital.

IHU On-Line – Quais são os principais impactos para a autonomia da mulher como ser social, dos avanços da ciência e da tecnologia?

Telma Gurgel – Em primeiro lugar, creio ser importante destacar que em virtude de seu papel de subalternidade, imposto pela lógica patriarcal, as mulheres ainda se encontram à margem de muitos dos avanços da ciência e da tecnologia, ou, em alguns casos, sofrem impactos que atuam de for-

ma negativa em sua autonomia, como, por exemplo, algumas das novas tecnologias reprodutivas de natureza invasiva e de controle da capacidade reprodutiva das mulheres. Destacamos ainda que, em virtude da divisão sexual do trabalho, na qual são determinados perfis, competências e habilidades profissionais de forma desigual entre homens e mulheres, estas permanecem nos piores postos de trabalho em profissões com menor status social e econômico. No caso de setores de produção, que detêm tecnologias mais avançadas e nas ciências exatas, verificamos um predomínio da presença masculina. No entanto, não podemos negar os avanços conquistados pelas mulheres em diversos “guetos” profissionais masculinos, como, por exemplo, na área de pesquisas científicas e do acesso ao ensino superior.

IHU On-Line – Quais são os maiores anseios da mulher contemporânea? Qual é a especificidade, nesse sentido, da mulher latino-americana e brasileira?

Telma Gurgel – Quando falamos no feminismo como transformação social, referimo-nos a mudanças estruturais e simbólicas que se situam no campo da autonomia, da liberdade e da igualdade. Mesmo que tenhamos algumas conquistas, estas ainda estão incompletas. Basta nos determos na realidade da divisão sexual do trabalho, na diminuta participação e representação política das mulheres (apesar do sistema de cotas), na ilegalidade do aborto em muitos países, ou, até mesmo, nas dificuldades do acesso ao aborto legal, para nos determos à ordem estabelecida. No caso da América Latina e do Brasil, além das demandas específicas que citei anteriormente, ainda temos que enfrentar, como sujeito coletivo, as adversidades de uma inserção subordinada à lógica do neoliberalismo, centralizando também as nossas ações na luta por políticas distributivas que garantam uma cidadania e aponte para a superação das desigualdades sociais e econômicas que são predominantes nos países de capitalismo periférico, como o nosso.

IHU On-Line – Quais seriam as consequências sociais de uma mulher autônoma, independente do homem? Em que medida essa autonomia provoca a crise do masculino?

Telma Gurgel – É importante deixar claro que o feminismo não propõe a inversão do machismo, ou seja, não queremos nos sobrepor aos direitos e à “liberdade” dos homens. Pretendemos um tratamento igualitário e a superação das bases ideológicas-estruturais que fundamentam e consolidam o sistema patriarcal. Isso significa, sem sombra de dúvida, a constituição da autonomia e autodeterminação das mulheres. Costumamos dizer que este exercício pressupõe, primeiramente, o reconhecimento da opressão pelas mulheres, sujeito próprio do feminismo, e a sua autoafirmação perante o seu opressor, seja ele o sistema e suas instituições, seja o seu companheiro, pai, irmão etc...

Em segundo lugar, se falamos de opressão e exploração, nos referimos a privilégios. Assim, a autonomia das mulheres é, em última instância, a superação dos privilégios garantidos aos homens, não porque cada homem em particular o promove, e sim porque existe uma lógica social que estrutura estes privilégios e que, sem sua ruptura, é impossível o reconhecimento das mulheres como sujeito de direitos e de liberdade. Cabe aos homens reconhecer estes privilégios como mecanismos de opressão e comprometer-se (tanto no espaço público quanto no privado, em suas ações cotidianas, para além dos discursos) com mudanças de atitudes e de práticas políticas que fortaleçam a idéia de uma sociabilidade que, como afirmou Kollontai (1982)⁹, seja expressão de uma nova moral política e sexual.

IHU On-Line – Como se caracterizaria uma sociedade protagonizada pelas mulheres?

Telma Gurgel – Em primeiro lugar, não podemos partir do princípio de que o fato de ser protagonizada por mulheres, por si, já garante uma sociedade mais justa. Temos vários exemplos na história que não nos autorizariam essa afirmação. Pensando nos princípios do feminismo, com o seu

⁹ Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma líder revolucionária russa e teórica do marxismo, membro da facção bolchevique e militante ativa durante a Revolução Russa de 1917. (Nota da ***IHU On-Line***)

questionamento à ordem patriarcal e às estruturas tradicionais da política, como também nos reportando à sua práxis de autonomia e horizontalidade em suas organizações, podemos vislumbrar uma sociabilidade na qual seja predominante o desenvolvimento de mecanismos amplos de democracia e de representatividade, tendo como base as experiências pessoais e coletivas, pois, como já afirmara Delphy (2004), “nenhum nível de empatia substitui a experiência”. Sendo assim, se pensamos numa sociedade de igualdade e liberdade, a primeira condição seria o reconhecimento das especificidades e o respeito à diversidade, questão crucial para o feminismo na contemporaneidade, daí porque podemos caracterizá-lo como um coletivo total.

***IHU On-Line* – Qual é a contribuição do feminismo para a sociologia contemporânea?**

O que há de diferente no “olhar” feminino sobre a vida?

Telma Gurgel – A primeira grande contribuição, sem dúvida, se deu no campo da epistemologia, com a superação da contradição entre objetividade e subjetividade e na desnaturalização do determinismo biológico na leitura da sociedade. Não podemos esquecer que os estudos feministas contribuíram para a introdução de novos temas em torno da visibilidade das mulheres na história, sobre a violência sexista e racial. Além disso, há a introdução do conceito de relações sociais de gênero e das relações sociais de sexo. Como já falei acima, não se trata de um olhar diferente, por ser feminino, e sim, de uma perspectiva teórica que se propõe a pensar a sociedade à luz de categorias que expõem as bases da opressão e dominação das mulheres e, ao mesmo tempo, contribuem teoricamente para a formulação de propostas e ações que procuram alterar esta realidade.

A necessidade de luta pelo respeito aos direitos das mulheres

Entrevista com Clair Ziebell

*Clair Ribeiro Ziebell é professora no curso de Serviço Social da Unisinos. Ela foi coordenadora da Assessoria a Movimentos de Mulheres da Unisinos. Clair possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas e mestrado em Educação pela Unisinos, tendo sua dissertação o título Mulheres na luta por educação: qual protagonismo?. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos temas de educação, mulheres e movimentos sociais. Na entrevista que concedeu por e-mail para a revista **IHU On-Line**, em 5 de março de 2007, a assistente social fala sobre o projeto encerrado em 2006 e como ela vê o protagonismo das mulheres na sociedade contemporânea com base em sua experiência.*

IHU On-Line – Em que sentido a assessoria a movimentos de mulheres, coordenada por você, mostrou a realidade das mulheres de nossa sociedade? Como o trabalho, na prática, ajudou a caracterizar as mulheres de nossos dias? As mulheres são as protagonistas de nossa sociedade?

Clair Ziebell – Em São Leopoldo, acompanhamos, via assessoria do Serviço Social, na extensão/Unisinos, muitas mudanças nos movimentos de mulheres na defesa da cidadania e na cidade. Elas provêm das classes populares e buscam superar a desigualdade social e a pobreza vividas no cotidiano. O desvelamento da questão social mais ampla e do lugar ocupado pelas mulheres nesse contexto foi mediado pela metodologia da educação popular e feminista. Assim sendo, privilegiamos a problematização das questões específicas explicitadas por elas. Partindo da percepção mais aparente que tinham da realidade fomos, processualmente instrumentalizando-nos pela ação e

pela reflexão, pela investigação permanente, para desvendar os nexos, as relações com o contexto mais amplo. Aperfeiçoamos o que chamamos de “pedagogia dos encontros”, experiência advinda das CEBs, como mediação para a organização coletiva, resultando dessa trajetória, na constituição e incubação do Fórum de Mulheres de São Leopoldo (FMSL), que, atualmente, vem protagonizando lutas em torno de políticas públicas mais inclusivas, integrando as perspectivas de gênero e raça/etnia na proposição e controle social das políticas em andamento. Fundado em 2000, o FMSL foi nossa prioridade estratégica.

O movimento atua na defesa e proteção contra a violência, a educação não-sexista, igualdade de gênero no trabalho e na família e demais instâncias sociais, direito à participação política e a um novo exercício do Poder. Essa assessoria ao FMSL recebeu ainda importantes aportes de nossa inserção em redes nacionais (Rede Mulher de Educação – RME/SP) e internacional (Rede de Educação Popular entre mulheres para América Latina e Caribe – REPEM/Montevideú). Concluindo, nós, mulheres, somos importantes protagonistas, assim como os homens e demais pessoas que procuram incidir nos rumos que nossas sociedades devem tomar. No caso específico das mulheres, os limites ainda são muitos, sendo muito tímido o protagonismo no que tange à decisão, no acesso ao poder institucionalizado e a incidência da perspectiva de gênero na economia, hoje marcada pelo androcentrismo. Como acadêmicas, entendemos que as teorias por si só não transformam o mundo. Elas precisam, sim, ser incorporadas por pessoas, aqui mulheres organizadas em fórum permanente, que, inconformadas com a desigualdade social, juntam-se a outros segmen-

tos afins, buscando alternativas de ação, reivindicando políticas sociais públicas inclusivas, sem perder de vista o sonho e a esperança ativa de uma outra sociedade, uma luta árdua com e para toda a humanidade.

IHU On-Line – Quais são as diferenças entre movimento feminista e movimento de mulheres? Como se caracteriza o movimento de mulheres como movimento social?

Clair Ziebell – Essa é uma questão complexa e controversa. Eu, particularmente, prefiro falar em relações e não demarcar campos ou diferenças, embora reconheça segmentações e tensões existentes nesse âmbito. A partir de 1990, fala-se em feminismos, movimentos de mulheres, feminismo acadêmico, movimentos de gênero ou/e até em pós-feminismo, como se esse houvesse acabado. Falo baseada em minha experiência no exercício profissional e de militância com mulheres. Desde muito jovem, descobri que certos princípios e valores norteadores de meu pensar e fazer sintonizavam com teorias e ações feministas, sem que eu tivesse ainda um contato direto com esses movimentos específicos. Posteriormente, na metade dos anos 1990, em representação pelo antigo CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa) da Unisinos, numa assembléia do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), conheci militantes da Rede Mulher de Educação e da REPEM, nas quais exerço militância até o momento.

A partir daí, incorporo e busco compreender melhor a ação feminista no mundo e mais especificamente a América Latina e o brasileiro. Nessas redes, participam feministas e lideranças de outros movimentos de mulheres. Na RME e na REPEM, trabalhamos com a metodologia da educação popular feminista. A minha compreensão dos movimentos de mulheres como movimento social se dá na perspectiva da articulação do feminismo aos movimentos sociais populares, no meu entender mais afinados com a realidade latino-americana. Acredito que ainda são os portadores de utopias que nutrem a nossa esperança.

IHU On-Line – Como se deu a evolução do movimento feminista através da história e qual o papel e a função do movimento de mulheres hoje?

Clair Ziebell – Responder a essa questão satisfatoriamente implicaria tecer relações com o contexto europeu e a influência norte-americana, no pós-guerra, os anos 1960 e seus desdobramentos, os movimentos sociais e as ONGs latino-americanas e brasileiras, atualmente. Mas, numa entrevista, temos que fazer o esforço da síntese. Assim, destaco o Brasil, num processo que vai de Nísia Floresta, no século XIX, em que as pautas eram a educação e a participação política. Passa pela conquista do voto com Bertha Lutz¹⁰ e tantas ativistas, nas primeiras décadas do século XX (considerado um marco na luta das mulheres) até a atualidade, de Raimunda Gomes da Silva ou Raimundinha “dos cocos”, no Tocantins, como é conhecida essa militante no Conselho Nacional dos Seringueiros//Secretaria da Mulher Rural e Extrativista, associada educadora da Rede Mulher de Educação e integrante do grupo de mulheres brasileiras que concorreram coletivamente ao prêmio Nobel da Paz/2005. Uma história de feminismos (anarquista, liberal, radical, socialista...) ainda não totalmente reconhecida e escrita, mas de importantes avanços (participação em sindicatos por direitos trabalhistas, preparação de conferências e convenções nacionais e internacionais e as normatizações daí decorrentes, maior liberdade sexual e reprodutiva, conselhos de direitos de mulheres, delegacias da mulher, Lei Maria da Penha, para citar as mais conhecidas).

As feministas serão sempre imprescindíveis. Se hoje as mulheres têm, formalmente, seus direitos explicitados, parte do mérito vem dessas militantes. Foram elas que, algumas inconformadas com o patriarcado, contra o capitalismo, outras apropriando-se dos estudos de gênero, da educação popular entre outros instrumentos usados no combate à desigualdade de gênero, de classe e de raça, trilharam caminhos antes inimagináveis para o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Acredito que esses movimentos, no mundo

¹⁰ Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) foi uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

ocidental (do outro lado conhecemos pouco e de forma distorcida), sejam eles de inspiração feminista ou de outra influência, têm ainda um longo percurso pela frente. Entretanto, as demandas advindas das contradições geradoras da questão social capitalista são da humanidade. Temos que forjar mulheres e homens capazes de sonhar, imaginar e construir um outro jeito de ser e de viver, garantidor da vida para as atuais e futuras gerações.

***IHU On-Line* – Quais são as principais correntes feministas hoje?**

Clair Ziebell – Acredito que a corrente liberal ainda é mais forte do que queiramos admitir e influencia boa parte das ações feministas. As demais correntes existentes, como as marxistas/socialistas, incidem em grupos mais orgânicos e ligados a partidos políticos ou movimentos sociais mais amplos, como a marcha mundial das mu-

lheres e os movimentos pela terra. Se formos pensar em novidade, teríamos o eco-feminismo, que, para alguns setores, parece trazer respostas para a preservação do planeta, quem sabe apontando para o eco-socialismo como esperança de tempos melhores.

***IHU On-Line* – O que a mulher de hoje mais reivindica?**

Clair Ziebell – As pautas mais reivindicadas atualmente na América Latina e Brasil, no âmbito macro, giram em torno da defesa do desenvolvimento sustentável e da conseqüente incidência de gênero na economia, da superação da visão antropocêntrica na economia e na política. A liberdade sexual e reprodutiva e a redução da pobreza e da violência doméstica e de gênero se destacam. Em síntese, ainda há necessidade de muita luta para que realmente os direitos humanos das mulheres sejam respeitados.

A família nunca será abolida

Entrevista com Elizabeth Roudinesco

“Há uma resistência da família à idéia de que tudo parece evoluir para a transformação do homem em objeto de mercadoria”, afirma a psicanalista e historiadora francesa Elizabeth Roudinesco. Para ela, a certeza da existência da família radica na necessidade do ser humano de criar vínculos. Roudinesco nasceu em 1944. Depois de ter recebido uma formação psicanalítica e literária, dedicou-se à teoria freudiana, tendo sido membro da Escola Freudiana de Paris de 1969 a 1980. Atualmente, é psicanalista e escritora. A pesquisadora concedeu à **IHU On-Line**, no dia 1º de setembro de 2004, momentos antes de ministrar a conferência *A família em desordem*, no Anfiteatro Padre Werner da Unisinos. O tema da palestra é o título de um dos seus livros mais conhecidos, **La famille en désordre**. O livro já foi traduzido em várias línguas e foi publicado no Brasil pela Jorge Zahar Editora, do Rio de Janeiro em 2003. Roudinesco também é autora de **Jacques Lacan. Esquisse d’une vie, histoire d’un système de pensée** (Paris: Fayard, 1993); **Pourquoi la psychanalyse? (Por que a psicanálise?)**, coleção História do Pensamento (Paris: Editora Fayard, 1999); **Dictionnaire de la psychanalyse** (Paris: Editora Fayard, 1997); e **Histoire de la psychanalyse en France** (Paris: Editora Fayard, 1983). Este mesmo livro foi publicado em português, pela editora Jorge Zahar, do Rio de Janeiro, em 1989, sob o título **História da psicanálise na França**.

Após a entrevista com a Roudinesco, publicamos duas resenhas sobre o livro **A família em desordem**, escritas por Carla Rodrigues e Nara Dominguez.

IHU On-Line – No livro *A família em desordem*, a senhora parece defender que está havendo uma revalorização da família, que ela nunca será abolida...

Elizabeth Roudinesco – Eu não falei de revalorização da família. Eu falei de desconstrução. Mostrei o fato de que houve uma modificação da família através de uma desconstrução, isto é, uma certa corrosão da família antiga, patriarcal, ao mesmo tempo que ela renasce, apesar do terror do discurso da abolição da família e da perda da autoridade. Então, a tese central é que, certamente, a família se modifica, se modela, mas o modelo patriarcal, tradicional se desconstrói em um século, mas, não obstante, a família permanece num meio absolutamente impossível de abolir. Revalorização não é a palavra adequada. Eu apenas disse que se revalorizou a função simbólica da família, à medida que houve uma desconstrução do ideal patriarcal, e que os homossexuais, por exemplo, têm buscado uma família, embora sejam excluídos e contestados nos últimos anos. Isso mostra bem o efeito que tem o processo inverso.

IHU On-Line – Que riscos pode apresentar a nova situação familiar?

Elizabeth Roudinesco – A família não corre risco de dissolução. Não há família ideal, bem ordenada. Ela está sempre em desordem. Em relação ao passado, a desordem não pode ser tão dissimulada como antes, mas sempre houve desordem.

IHU On-Line – A família ideal é uma abstração?

Elizabeth Roudinesco – Sim. Não existe família ideal. Arrisca-se bastante em fabricar algo que não existe. A família é atingida fortemente pelo desfalecimento. Há algo muito forte que se quis abolir. Mas os apocalípticos têm sempre muitos lamentos sobre a destruição da família. Cada época tem seus lamentos sobre a destruição da família, mas a realidade é outra.

IHU On-Line – A capacidade do ser humano de estabelecer vínculos seria a certeza da sobrevivência da família?

Elizabeth Roudinesco – Sim. Este é um grande paradoxo que ocorre sempre. Existe uma família de união parental, existe uma família recomposta e uma família como uma variante. Contestou-se muito a família. Sempre se quis abolir a família, o que, de fato, é impossível, porque as pessoas sempre vão precisar estabelecer vínculo. É algo paradoxal.

IHU On-Line – A palavra “desordem”, no título do livro, não seria expressiva, já que nunca houve ordem na família?

Elizabeth Roudinesco – O título, que eu procurei durante muito tempo, situa-se na questão da disposição dos números na ordem e na desordem. Pensei durante muito tempo sobre o título e achei o exemplo das corridas de cavalos. Aposta-se em determinados números e se pode ganhar na ordem ou na desordem desses números. E aqui não é tanto no sentido pejorativo que se usa a palavra desordem. Não sei como ela soa em português, mas em francês, falar de “desordem” da família é como se a corrida tivesse sido ganha em desordem (fora da ordem numérica). Porque, caso contrário, eu teria usado “a família desordenada”. Poderia também ter falado na “desordem” da família. Eu começo com a figura do pai e com a família medieval, patriarcal e clássica. E eu mostro como esta imagem se desfaz, sem que, com isso, a família deixe de existir. E, quando essa imagem se desfaz, surge o papel da mãe, da maternidade. Mas, no antigo regime, se considerava que a mãe não contava para nada. Somente o homem, a semente paterna, contava. E as crianças eram tidas como objetos dos pais. Eu mostro como esse modelo se desfaz, aparecendo outros componentes.

Então, com o termo “desordem”, estou falando precisamente disso.

IHU On-Line – O crescimento do divórcio, na segunda metade do século XX, ajudou a democratizar a família?

Elizabeth Roudinesco – O divórcio é uma necessidade democrática. Não se pode pensar que, num modelo democrático, não haja divórcio. O modelo democrático supõe a liberdade dos indivíduos, a liberdade do casamento e o fim dos casamentos arranjados pelos pais. Então, automaticamente, fica impossível não institucionalizar a separação. Nas famílias, não havia a autorização do divórcio. Havia uma separação das atividades sexuais e das atividades de reprodução. O matrimônio era, então, uma instituição sagrada feita para jamais se dissolver e ele constituía a institucionalização da família. Mas sabe-se muito bem que um homem e uma mulher não conseguem ser fiéis e felizes durante toda a vida. Isso é raríssimo. E isso também era raríssimo antigamente. Mas não ser fiel é condenado para as mulheres e, entre os puritanos, para homens e mulheres. Entre os católicos, tolerava-se que os homens tivessem amantes. Então, o divórcio não fez senão confirmar essa situação. Mas o paradoxo do divórcio é que não se associou ao desejo, ao amor e ao sexo.

No século XIX, havia casamentos por amor, e não apenas casamentos arranjados à antiga. E, com o casamento por amor, surge, necessariamente, o divórcio, porque, em determinado momento, vai se amar um outro ser, com todas as suas conseqüências. Entende-se bem que esse modelo se enquadra com a democracia. E, em todas as instituições democráticas, existe o divórcio. São necessidades psicológicas que são atendidas. Isso não é uma catástrofe, antes pelo contrário. Cada sujeito é colocado numa situação de angústia, porque se confronta com algo que ele não conhece. Então, evidentemente, a família tradicional é um dilema, porque deve escolher, seja a liberdade, seja a confrontação com a angústia, o desejo e o amor, seja a sociedade coercitiva, na qual os casamentos são arranjados e não existe a democracia nem o divórcio. Da mesma forma, eu acrescentaria o direito das crianças, que mudou com

pletamente. As mulheres e os homens são agora pessoas livres, mas transitórias. Donde decorre a dificuldade de exercer a autoridade com as crianças. Nisso entra a autoridade clássica das escolas. Durante mais de um século, exigiu-se uniforme, separaram-se os meninos das meninas e se exigiu obediência como militares, mesmo em escolas fora do sistema. Era algo incrível. Isso mudou completamente, e hoje a gente se interessa muito pelo desejo da criança, graças às sessões psicanalíticas. Porém, com isso, surgiu também o problema de como manter a autoridade, dando liberdade às crianças.

IHU On-Line – Nesse contexto familiar, como mudaram as funções do masculino e feminino, da maternidade e da paternidade?

Elizabeth Roudinesco – Elas se distribuem de outra maneira. Há, evidentemente, uma distorção entre o sexo anatômico, as representações e o sexo se complexifica. O modelo clássico do casamento, com todo o seu cunho religioso, supunha a dimensão biológica, ou seja, a diferença anatômica entre os dois sexos. Mas pode-se realmente imaginar que, na recomposição da família, essas posições são ocupadas por outras. Por exemplo, na família recomposta há o divórcio, no qual o avô ou o padrasto pode exercer uma função paterna. Há a diferença do pai biológico e do pai que vai criar a criança. A criança, numa família recomposta, pode ter dois pais: o pai biológico e o segundo marido da mãe, o qual tem uma outra função. E pode haver a segunda mulher de seu pai.

As crianças sabem muito bem arranjar-se com isso, e isso também é válido para a família restrita, onde um tio pode ter essa função. Hoje em dia, geram-se menos filhos, e a família está reduzida a um núcleo familiar. Não há mais os avós em casa, nem a presença de tios e tias. A família deixou de ser uma grande convivência, como outrora. Mas a família recomposta ainda exerce um pouco essa função: os meio-irmãos, as meio-irmãs. Em outras palavras, há uma transformação, mas, no fundo, é a mesma realidade. Como não temos mais tantas crianças, também os avós têm outra função. Algumas vezes, as pessoas são muito jovens quando têm seus filhos, e, outras vezes,

os filhos são gerados muito tarde. Com isso, certamente, faltarão os avós. É a visão de um outro sistema. Há também a noção da adolescência, questão que se definiu no final do século XIX. Antes disso, ia-se diretamente da infância à idade adulta. Às vezes, as moças e os rapazes casavam cedo. Casavam-se quase antes da puberdade, porque não havia escolha dos parceiros. Hoje, há uma divisão diferente das idades da vida.

IHU On-Line – Que diferenças podem ser constatadas entre as famílias heterossexuais e as que tendem a formar lares homossexuais?

Elizabeth Roudinesco – Há aí uma grande onda de contestação da árvore familiar. É a última etapa da desconstrução. E aí sobressaem, primeiro, as mulheres homossexuais. Mulheres que haviam contestado a ordem familiar patriarcal, com a idéia de formar uma família alternativa, não no sentido de dissolver a família, mas no de ter liberdade sexual e ter filhos. Da mesma forma como conquistou a condição de ser mulher, e não somente mãe, ela quer ser homossexual e também mãe. Assim como as mulheres tiveram filhos com homens, elas se deram conta de que, sendo homossexuais após o primeiro casamento, elas têm as mesmas condições de educar filhos.

IHU On-Line – E como você vê a situação dos filhos nesse contexto?

Elizabeth Roudinesco – A idéia era de não ligar o homossexualismo à paternidade e à maternidade. E a questão se referia mais aos homens, porque uma mulher pode passar por uma procriação, com as novas tecnologias, sem relacionamento com um homem. Mas, no caso de um homem, o filho só pode ser adotado. Na sociedade antiga, as mulheres controlavam a procriação pelo casamento e pelo adultério; os homens, não. Com o surgimento do problema da Aids, há um grande esforço de defesa dos homens, porque houve a morte de toda uma geração. É como se houvesse uma reação de vida após a Aids. A primeira geração de homossexuais, depois da Aids, morreu. E toda a comunidade homossexual mundial viu o problema como uma grande ameaça que se aproxima. Não havia como escapar... Saber que se vai

morrer jovem, saber que se está condenado de antemão é uma idéia inaceitável.

***IHU On-Line* – Há uma visão bem otimista do futuro da família, essa visão permanecerá?**

Elizabeth Roudinesco – Sim. Não estou muito preocupada. Todo mundo vai continuar forman-

do uma família. Há uma resistência da família à idéia de que tudo parece evoluir para a transformação do homem em objeto de mercadoria. Mas a família resiste. É uma resistência séria, penso eu. A família é uma espécie de lugar de humanização contra a animalização, ocupando, com isso, uma bela posição.

Família: única instância com que posso contar!

Entrevista com Valburga Schmiedt Streck

Valburga Schmiedt Streck foi professora do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos, coordenadora do Curso de Especialização em Juventude e articuladora do Grupo Temático Juventude do IHU. Valburga concedeu entrevista à **IHU On-Line** em 5 de março de 2003 sobre o livro **A família em desordem**, de Elizabeth Roudinesco.

IHU On-Line – Qual é a sua impressão geral de A família em desordem?

Valburga S. Streck – Gostei do livro. Ele faz uma leitura da realidade, partindo do contexto da autora, a França, fazendo uma análise antropológica, sociológica e, principalmente, psicanalítica. A família da qual Roudinesco fala deixa de ser patriarcal e autoritária. Claro que é a perspectiva da autora, mas estas mudanças também se encontram em todos os continentes no nosso mundo globalizado. Isso lembra o texto de Manuel Castells sobre “O fim da família patriarcal”, no qual ele aponta quatro fatores que, a partir dos anos 1960, contribuíram para as mudanças na família atual: a economia globalizada, os meios de comunicação social, os movimentos sociais (de mulheres, gays etc.) e os avanços na biotecnologia (pílula anticoncepcional, fertilização *in vitro*, clonagem).

Na América Latina, além disso, podemos ainda mencionar a urbanização e a industrialização. Roudinesco se detém em alguns destes aspectos como, por exemplo, a questão da biotecnologia, para a qual a mulher não precisa mais do homem para procriar. Isso põe em cheque o poder do homem sobre a mulher e isso coloca uma questão para os homens muito séria. É importante lembrar que a palavra família vem do latim – *famulus* – e significa todos os que estão sob o pátrio po-

der. Veja por exemplo que a antiga legislação familiar romana serviu de base para o nosso Código Brasileiro e, até janeiro de 2003, data em que nosso código mudou, a morte da mulher adúltera pelo marido era considerado como uma forma de preservar a sua honra. A concepção de família, na qual o homem é o chefe, deixa de existir e cada vez mais o poder é repartido.

Nestes últimos trinta anos, passamos por várias fases de questionamento sobre os valores da família. Tivemos gente prevendo o fim da família, ao passo que outros pregavam a volta da família patriarcal com valores bem conservadores. No entanto, Roudinesco aponta que o que se vê hoje são pessoas, entre eles homossexuais querendo formar famílias sem o padrão patriarcal. Pesquisas sobre confiança indicam as pessoas apontando a família como a instância mais confiável. Isso resulta devido à crise das instituições (Estado/nação Igreja, escola). A família, apesar de estar em crise, ainda é “a única instância com a qual posso contar”.

IHU On-Line – A realidade das famílias dos países mais pobres se diferencia muito da descrição feita pela autora?

Valburga S. Streck – No Primeiro Mundo, a família está muito mais protegida que no Terceiro Mundo. Os homossexuais têm conseguido mais direitos e as políticas sociais para a família são bem desenvolvidas. A França, por exemplo, possui ótimas leis, que têm levado ao aumento do número de filhos por família ultimamente. Os países escandinavos talvez são os que possuem as melhores políticas familiares. A licença maternidade paga, por exemplo, se estende para 9 meses. Destes a mãe ou o pai podem usufruir. A mãe pode ficar

com a criança por 5 meses e o pai por mais quatro meses etc. Na Alemanha, as mães, após o nascimento dos filhos, podem ficar três anos fora e depois voltar para seu emprego. Há, nestes países, secretarias da família porque eles entendem que é importante este apoio porque é um investimento no futuro do país. Dando uma mergulhada no Terceiro Mundo, as políticas sociais em relação à família estão muito longe do necessário. Cada vez mais, as famílias são chefiadas por mulheres e elas têm pouquíssima proteção. Há o que se chama a “feminização da pobreza”. Na África, as famílias estão dizimadas pela Aids e sempre mais chefiadas pelas mulheres. Na Ásia, a prostituição de mulheres, tráfico, mutilação e circuncisão de mulheres são realidades muito fortes. Na América Latina, as famílias também são guiadas cada vez mais por mulheres. Há duas semanas atrás, participei de um seminário internacional em Genebra, sobre “Sexualidade humana e mudanças culturais”, no qual discutimos os efeitos da globalização e as mudanças no contexto das famílias.

As mulheres do Terceiro Mundo trouxeram a preocupação das hordas de homens que estão desempregados, vivem sós e abusam do álcool e drogas. Isso também é visível no Brasil, em que se passou de um país de crianças e jovens para um país de jovens e adultos que não têm condições de saúde, educação, emprego. É só lembrar o problema no Rio de Janeiro: são meninos que matam, roubam e se envolvem em narcotráfico. Lembro que a violência tem gênero. O filme *Cidade de Deus* retratou isso bem.

IHU On-Line – Quais seriam os ganhos e as perdas da família em rede?

Valburga S. Streck – Na família em rede, não é necessária a base de um homem e uma mulher: pode ser um grupo, uma rede de parentesco. Nós, hoje, temos na periferia, por exemplo, muitas famílias assim: mães com seus filhos e netos. Às vezes, é um grupo de pessoas muito amplo. Na família popular, uma nova geração começa a cada treze, catorze anos. Agora, nestas famílias populares, o discurso aparente é libertação da mulher, mas, ao olharmos mais de perto, a estrutura é patriarcal. Isso também fica bem claro nas narrativas de-

les. Isso também acontece por exemplo na África. Lá os homens querem discutir a volta da poligamia (isso era uma tradição em vários lugares deste continente).

IHU On-Line – A família nos EUA é como a européia?

Valburga S. Streck – Sim há várias semelhanças mas também há um movimento fundamentalista que parece estar ganhando muita força. Este tem o apoio do governo Bush. Veja por exemplo uma matéria publicada pela revista *Newsweek* em 9 de dezembro de 2002, a qual fala da política Bush sobre uma nova ordem, moral, apontando, por exemplo, a volta da virgindade, o fim da legalização de abortos, o dano dos divórcios etc. Há projetos tanto de pesquisa como sociais financiados pelo governo que apontam para uma volta de uma família nuclear “tradicional” e bem conservadora. Os fundamentalistas muçulmanos se sentiriam em casa com esta política. Uma dessas pesquisas mostra como casais em crise que não se separam e buscam alternativas para a crise são tão felizes como os que se separam. Então, a saída é não se separar.

IHU On-Line – O que está por detrás de uma tal política?

Valburga S. Streck – Acho que há várias razões. Há um interesse econômico que mostra que se a família permanece unida, o estado não precisa se ocupar da proteção das mulheres e crianças, ou seja, é um investimento a menos. Por outro lado, o casal traz um aporte maior ao estado em imposto de renda. Mas também é um movimento para uma volta de uma economia baseada no poder masculino. Veja quem faz as guerras? São os homens. Numa economia onde as mulheres terão força decisória, duvido que elas desenvolveriam indústrias bélicas com todo este arsenal de armas modernas e assistiriam a crianças e famílias morrendo de fome no mundo inteiro. Então, o governo americano prega valores morais e quer levar isso para outros continentes. A matéria da *Newsweek* deixa isso claro.

Mas, voltando à “família em desordem”, da qual Roudinesco fala, podemos dizer que é a dis-

tribuição de poder entre cônjuges, trazendo a eles a possibilidade de crescer num lar onde há abertura para um diálogo. Isso foi uma grande conquista. Muita gente se assusta com essa “desordem”, mas toda mudança muito rápida gera um desequilíbrio. O aspecto negativo é que o Estado/nção não está preparado para tal, o que traz consequências graves. O novo governo tem uma preocupação com as famílias e espero que através do Projeto Fome Zero possa ir ao encontro das famílias. No Brasil, precisamos nos dar conta que é o potencial humano do país que está em jogo. E temos uma dívida enorme quando olhamos para a

situação de calamidade que se encontram nossas famílias pobres.

***IHU On-Line* – Este tipo de abordagem abre mais o diálogo para assuntos como a homossexualidade?**

Valburga S. Streck – A questão da homossexualidade não é um fenômeno novo. No livro *Same sex unions in Premodern Europe* (New York: Villard Books, 1994), de John Bowell, ficamos sabendo que na Europa pré-moderna as uniões de homossexuais faziam parte dos ritos da sociedade. Eles desaparecem quando a Igreja legaliza as uniões heterossexuais.

“Na Europa, já não se sabe o que é família”

Entrevista com Paulo Vieira

*Nascido na pequena Mealhada, uma vila distante 20 quilômetros de Coimbra, Portugal, com cerca de 4 mil habitantes, o geógrafo e jornalista Paulo Jorge Vieira, 33 anos, é um dos dirigentes da ONG portuguesa Não Te Prives. O Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais, que combate a discriminação contra homossexuais, foi criado em fevereiro de 2002. Paulo Jorge Vieira, representando o movimento Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros – GLBT –, participou da mesa redonda do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Gigantinho, em janeiro de 2003, sobre Direitos e Diversidade. Da mesa participaram também Boaventura Souza Santos, Blanca Chancoso e Paul Hoffman. No último dia do III FSM, 28 de janeiro, Paulo Vieira concedeu entrevista exclusiva à **IHU On-Line**.*

IHU On-Line – Qual é a sua leitura da grande presença do GLBT nas atividades do Fórum?

Paulo Vieira – Isto significa que é possível outro mundo. É possível as pessoas se juntarem e discutirem as suas diferenças a partir do objetivo de criar alternativas comuns para todos os movimentos sociais e toda a esquerda mundial. Levo a satisfação de que o tema que trabalho, os direitos sexuais e a luta contra a homofobia, tenha sido debatido de uma forma especial. Avançamos muito em relação ao II FSM, no qual tivemos apenas dois seminários e algumas oficinas. Desta vez, até tivemos o espaço Arco Íris, na Usina do Gasômetro, um espaço de socialização para homossexuais, lésbicas e gays que estão aqui.

IHU On-Line – Na sua conferência sobre Direitos e Diversidade, o senhor citou a cultu-

ra judeu-cristã como uma das responsáveis pela homofobia. Os países socialistas não difundiram também essa visão?

Paulo Vieira – Eu citei a questão da Igreja, porque ela é a dona de muitas escolas privadas e eu falava da privatização do ensino. E, quando me refiro à Igreja, refiro-me à hierarquia, não aos movimentos reformistas da Igreja, pois muitos deles estão fazendo um trabalho muito bom, justamente no sentido de mudar a imagem que a Igreja tem da homossexualidade. Todas as religiões são homófobas, excetuando uma Igreja Evangélica, nascida nos EUA, que foi fundada por gays, a Igreja Metrópoli. Mas é sabido que, historicamente, o socialismo real dos países stalinistas da Europa ocidental do Leste e da União Soviética foi grande constrangedor da homossexualidade.

IHU On-Line – Como vê a família hoje?

Paulo Vieira – O neoliberalismo reforça a importância da família tradicional como estrutura que vai substituir o Estado do bem-estar social. Isso reproduz toda a imagem que se tem de sexualidade a partir da família tradicional: monogâmica, machista, patriarcal, o que leva a uma incapacidade de mudança. Eu estou lutando pelos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, porque é uma população muito discriminada, isso eu sinto e assumo. Mas tenho certeza que a mudança se faz em todos. Nós, mudando a forma como os homossexuais vivem sua sexualidade, mudamos a forma em que os heterossexuais a vivem. Assim como as mulheres na década de 1960 desenvolveram o sistema contraceptivo que modificou toda a sexualidade dos últimos 30 anos. A influência dos homossexuais se nota muitíssimo atualmente, por exemplo na crise do masculino na

Europa. Essa crise foi provocada por nossa capacidade de intervenção. A influência dos homossexuais se nota na forma de vestir, nos cuidados, na exigência das mulheres de serem felizes sexualmente, de terem prazer.

IHU On-Line – Mas não acha que a sexualidade, seja homo, seja heterossexual, está sendo explorada comercialmente

Paulo Vieira – Claro! O neoliberalismo percebeu este fenômeno: temos aqui um grupo de gente urbana, vivendo em grandes cidades, que não tem filhos; logo, não gasta com eles. Vamos inventar alguma forma de que gastem dinheiro, consumindo, sempre consumindo. É o que o neoliberalismo faz com os gays e não com as lésbicas. Somos estereotipados como jovens, bonitinhos, com grana, de festa em festa. Esse estereótipo faz com que haja uma aceitação maior do homem que da mulher homossexual.

IHU On-Line – Por que essa diferença?

Paulo Vieira – Tem relação com o machismo social e também com que as lésbicas sofrem dupla discriminação por serem mulheres, pois nunca deixam de sê-lo, como nós nunca deixamos de ser homens. As lésbicas são discriminadas dentro dos movimentos gays. Eu mesmo luto contra o machismo cultural que há em mim. São discrimina-

das pelos movimentos feministas, à medida que o movimento tem muito medo de ser confundido com as lésbicas e achar que tudo é uma única coisa.

IHU On-Line – Fica difícil imaginar como seria a família numa sociedade em que a homossexualidade fosse aceita por todos. Como seria?

Paulo Vieira – Na realidade, pelo menos na Europa, já não se sabe o que é a família. Há uma percentagem enorme de crianças só criadas pela mãe ou pelo pai, um índice enorme de divórcios, mulheres que querem ter filhos sozinhas etc. A família tradicional existe muito mais no imaginário de alguns do que na realidade. Tenho três amigos que eram pequenos quando seu pai ficou viúvo e ele foi morar com um homem. Os dois os criaram e os três são heterossexuais, mas tratam os homossexuais com um respeito que eu gostaria que toda a sociedade nos tratasse dessa forma.

IHU On-Line – Uma criança nascida sob a proteção de homossexuais não tende a ser homossexual?

Paulo Vieira – Não. Muitos homossexuais saíram de famílias heterossexuais. Nenhum dos meus irmãos é homossexual. Tenho amigos homossexuais com filhos heterossexuais e vice-versa.

Religião, família e novas tecnologias de reprodução

Entrevista com Miriam Pillar Grossi

Miriam Pillar Grossi é professora no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC. A socióloga é mestre e doutora em Antropologia Social e Cultura, pela Université de Paris V (René Descartes), França, e pós-doutora, pelo Laboratoire d'Anthropologie Sociale Collège de France. É co-autora, junto com A. Brazaõ, de **Histórias para contar: Retrato da violência física e sexual contra as mulheres na cidade de Natal** (Natal: Casa Renascer, 2000) e organizadora de **Masculino, feminino, plural** (Florianópolis: Editora Mulheres, 1998) e **Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: questões e desafios** (Brasília: Letras Livres, 2003).

As novas tecnologias de reprodução, misteriosamente, não são condenadas, como o é o aborto. No entanto, elas, na prática, no Brasil, são abortivas. Essa é a opinião da antropóloga Miriam Grossi, que reflete sobre as questões de gênero na antropologia e no estudo das religiões, focalizando sua pesquisa nas famílias homossexuais na França e no Brasil e na questão da maternidade, refletindo tanto sobre o aborto quanto sobre as novas tecnologias reprodutivas. Segundo a pesquisadora, as novas tecnologias de reprodução são técnicas profundamente invasivas no corpo da mulher e hoje, no Brasil, são técnicas que envolvem um mercado impressionante em termos de recurso. “Em nosso país, para ter um filho por meio de novas tecnologias, é comum casais venderem um apartamento, carro, propriedades para terem filhos, porque cada tentativa de fecundação **in vitro** custa, dependendo da clínica, de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil. Um filho é um bem que tem valor mercadológico”, afirma. A professora concedeu entre-

vista à **IHU On-Line** por telefone, em 6 de setembro de 2004.

IHU On-Line – Em que consiste sua pesquisa sobre famílias de homossexuais?

Miriam Grossi – Sou antropóloga e trabalho com pesquisa qualitativa. Acompanho casais que têm esse projeto familiar, que têm filhos ou projeto de ter filho, na França e aqui no Brasil, num trabalho comparativo. Lá na França, há um movimento muito grande. Há, por exemplo, a associação de pais e futuros pais gays e lésbicas. É um movimento social. Eu diria que, na França hoje, dentro do movimento homossexual, a principal organização é essa da homoparentalidade. Aqui no Brasil, não há nada organizado politicamente dessa forma. No entanto, é muito impressionante o número de casais homossexuais com filhos no Brasil. Tenho vários alunos trabalhando nisso e não é um fenômeno marginal nem só de camadas médias. É um fenômeno em camadas populares, médias, pessoas brancas, negras, com e sem escolaridade. Ele está em muitos lugares.

O Papa fez, no ano passado, um documento para instruir os deputados de todos os países do mundo contra os projetos de parceria civil homossexual, argumentando que isso seria o “fim da família”. Na religião católica, a família é vista sempre como uma família heterossexual, ou seja, um homem e uma mulher reunidos, numa família procriativa. As famílias homossexuais não são uma invenção ou projeto: elas são reais, existem. Inúmeros homens gays e mulheres lésbicas têm filhos. Muitas vezes, têm filhos em relações heterossexuais anteriores a uma relação homossexual. Isso acontece, cada vez mais, nos países do pri-

meiro mundo, mas já começa a acontecer no Brasil também: homossexuais se colocam como pessoas aptas a adotarem e, sobretudo, há uma série de projetos de reprodução em casais de mulheres lésbicas, em casais de homens gays. A pesquisa que tenho feito nos últimos anos, em relação a essa situação, é uma comparação do que acontece na França e aqui no Brasil. Na França, onde tenho estudado, observo que a maternidade é hoje, para as jovens lésbicas de menos de 30 anos, quase que uma experiência obrigatória, o que era radicalmente diferente em gerações de mais de 50 anos, em que a opção pela homossexualidade era uma opção por não ter filhos, sendo excluída a noção de família. Hoje, o que vemos no projeto de parceria homoerótica, pelo contrário, busca se aproximar, de forma muito interessante, de modelos heterossexuais de família.

IHU On-Line – E o que pode ter provocado essa mudança?

Miriam Grossi – Há muitas explicações. Ainda acho cedo para ter conclusões definitivas. Alguns autores têm colocado que o advento da Aids, a partir do início dos anos 1980, provocou uma mudança radical no comportamento homoerótico, que era transgressor, apresentando como um estilo de vida das comunidades gays masculinas o fato de as pessoas terem muitos parceiros sexuais, e passou a buscar uma certa estabilidade. Com o advento da Aids e a mobilização muito grande dentro das comunidades homossexuais no mundo, de forma muito impressionante nos Estados Unidos, mas aqui no Brasil também, vai haver uma volta a um modelo mais monogâmico e menos promíscuo como era nos anos 1970, início dos anos 1980, quando surge a Aids.

Outra das interpretações é que o projeto homossexual deixou de ser um projeto de transgressão no campo da sexualidade. Ele se tornou muito mais um projeto de busca de uma estabilidade afetiva sexual, emocional, dentro de parcerias conjugais mais duradouras. Por outro lado, houve uma mudança muito grande nos padrões de conjugalidade, de afetividade, de sexualidade, não só em casais homossexuais, mas em casais heterossexuais. Os modelos de família estão em uma pro-

funda mutação. A idéia de uma família burguesa tradicional (pai, mãe e filhos) está sendo colocada em dúvida, nas práticas concretas das pessoas hoje. Elas casam, têm filhos, se separam, casam de novo, têm outros filhos com outros parceiros. Os filhos do primeiro casamento acabam vivendo, muitas vezes, com outros pais ou com outras mães, ou vivendo com outros irmãos. Se olharmos do ponto de vista do parentesco, dos arranjos familiares das famílias heterossexuais de camadas médias, aqui no Brasil vemos isso o tempo inteiro: crianças que têm mais de um pai, mais de uma mãe, do ponto de vista de pessoas que os criam. Nessa interpretação, vê-se que são modificações das relações de gênero, no que diz respeito à vida privada, que são mais amplas, nesse final de milênio, em que o feminismo, como um movimento social que traz uma ideologia de busca de igualdade entre homens e mulheres, e de uma série de outras mudanças na vida privada, terá um papel muito grande nessa mudança de valores. Essas duas explicações são, de alguma forma, complementares sobre esse desejo de indivíduos que se reconhecem numa identidade homossexual de desejarem constituir família no sentido de serem pais e serem mães.

IHU On-Line – Haveria uma estabilidade maior nas famílias homossexuais?

Miriam Grossi – É uma boa pergunta. Não há estudos que poderiam afirmar que há uma estabilidade maior. Mas o que tenho observado nos casais, com os quais tenho trabalhado, é que, como a decisão de se assumir publicamente como homossexual é muito difícil, as pessoas, às vezes, levam muitos anos para fazer essa opção de forma pública. Isso faz com que, em muitos casos, haja relações mais duradouras. Vi vários casos que tenho estudado e é muito interessante. Os casais homossexuais me dizem assim: “Na minha família, tenho dois irmãos, três irmãos, e todos se separaram; só eu continuo com o mesmo parceiro”. Eu não sei se estatisticamente isso é comprovável, mas parece que há um projeto de maior estabilidade. Talvez justamente porque o casal tenha que lutar tanto para ser reconhecido como casal que essa seja uma razão que torne a união mais forte e

menos propensa à separação. A questão dos filhos, pelo que tenho observado, é que, quando um casal homossexual tem um filho, de alguma forma é um jeito de as famílias aceitarem melhor aquele casal. “Tudo bem, meu filho é gay, mas ele me deu um neto.” É como se “limpasse” uma imagem negativa daquele filho na família. Ele deixa de ser a ovelha negra e passa a ser um bom filho, porque ele trouxe um neto ou um sobrinho para dentro de casa. No Brasil, a criança tem um papel muito importante para a família, para a idéia de família. Para os casais que levam em frente esse projeto, são gays melhores que os outros esses que têm filhos. No entanto, do ponto de vista religioso, de um clero reacionário no Brasil, esses gays seriam a maior aberração, seria um grande problema. “Imagina, onde já se viu, é gay e ainda quer ser pai?”.

IHU On-Line – Que conseqüências isso traz ao modelo de família que até agora se tinha? Quais as perspectivas?

Miriam Grossi – As famílias homossexuais não são famílias diferentes das outras. Elas trazem uma dimensão muito presente nos modelos contemporâneos de famílias, que é o fato de as crianças se inserirem num campo mais amplo de parentesco. Elas têm outras pessoas com as quais convivem, sobretudo se são crianças que nasceram em famílias que se separaram ou de pais que se separaram e já tinham filhos em outro momento. As famílias homossexuais trazem essa possibilidade de pensar o parentesco não ligado ao sexo das pessoas da família. As pessoas dizem: “Com duas mulheres, não há um pai; faltará a figura paterna...”. O que vários psicanalistas, que trabalham com essa questão, têm mostrado é que o importante são as funções paterna e materna, e não quem vai cumpri-las: a função materna, a de cuidado, de alimentar a criança, dentro de uma concepção lacaniana, e a função paterna como a daquele indivíduo que vai estabelecer os limites para a criança. Não necessariamente essas funções são cumpridas pelo pai ou pela mãe: elas podem ser cumpridas por outras pessoas em volta da criança, como avós e professores. São funções que circulam também entre pai e mãe e em casais heteros-

sexuais. Em casais homossexuais, isso ajuda a mostrar como esses papéis não são fixos; não são papéis naturais de homens e mulheres, justamente porque são funções que precisam ser construídas culturalmente dentro desses casais.

IHU On-Line – Quais são os principais problemas éticos que apresentam o aborto e as novas tecnologias de reprodução?

Miriam Grossi – Comparando a questão dos problemas éticos do aborto e das novas tecnologias de produção, podemos constatar, do ponto de vista religioso, que o aborto é condenado, porque seria retirar a vida. No entanto, as novas tecnologias de reprodução, misteriosamente, não são condenadas pela Igreja, embora sejam técnicas profundamente invasivas no corpo da mulher. Hoje, no Brasil, são técnicas que envolvem um mercado impressionante em termos de recurso financeiro. Em nosso país, para terem filhos por meio de novas tecnologias, é comum casais venderem um apartamento, carro, propriedades, porque cada tentativa de fecundação *in vitro* custa, dependendo da clínica, de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil. Um filho é um bem que possui valor mercadológico.

IHU On-Line – Por que o aborto é mais condenado do que as novas tecnologias de reprodução?

Miriam Grossi – Porque as novas tecnologias vão, de alguma forma, aparentemente, contemplar um projeto religioso que é um filho do próprio sangue, da própria carne, ou seja, o vínculo, que é o mais importante. O interessante é que a Igreja Católica, que, na sua história, sempre preconizou só ter o sexo sentido para a reprodução, justamente põe em cheque esse pressuposto fundamental do que era o sentido do casamento para o campo religioso católico antigamente. Para outros campos também, mas estou falando do católico, que eu estudo mais. O sexo não tem mais relação com a reprodução. Muitos médicos que usam essas tecnologias recomendam que esses casais estéreis, com comprovação científica, tenham relações sexuais, para que fiquem na dúvida se o filho veio do laboratório, ou se veio de Deus, pois é muito forte, nas pessoas, esse vínculo de que para ter fi-

lho precisa haver sexo. Mesmo que sejamos teoricamente modernos e que acreditemos na ciência, quando se trata das práticas cotidianas, do que significa a reprodução social, a família, acabamos tendo práticas que são religiosas na sua essência. O próprio sexo, a sexualidade, nessas circunstâncias, se torna uma obrigação religiosa e vai até no sentido oposto daquele sexo pecaminoso, que a Igreja também tanto condenava.

IHU On-Line – Há aborto na aplicação das tecnologias de reprodução?

Miriam Grossi – Elas implicam necessariamente em aborto, uma vez que aqui no Brasil, como não há ainda uma legislação aprovada, se implantam no ventre de cada mulher, em geral, no mínimo, quatro embriões. Essa é a média de embriões que, nas clínicas do Brasil, se implanta no útero das mulheres, coisa que é proibida em outros países do mundo, como no caso da França. Aqui, se implantam os quatro embriões, porque se pensa que alguns não vão dar certo. Mas, se por acaso, os quatro fertilizam, se sabe que é uma gravidez de altíssimo risco e com pouquíssimas chances de ser levada a termo, uma gravidez de quadrigêmeos. Em geral, as clínicas do Brasil fazem aborto, ou seja, fazem redução embrionária. E aí a Igreja fecha os olhos, porque aqui se está “produzindo vida”. Está se dando um filho para aquele casal, que tanto se ama, um filho do seu próprio sangue. A questão religiosa é profundamente imbricada nas relações de gênero e profundamente imbricada nas nossas práticas cotidianas que envolvem gênero, como a sexualidade, a conjugalidade, a

família, a procriação, que nos constituem como sujeitos nas nossas identidades mais profundas. Mesmo que pensemos diferente, nos pegamos agindo de forma inconsciente, segundo esses preceitos religiosos, que nos constituem culturalmente.

IHU On-Line – A religião tem gênero?

Miriam Grossi – A religião católica é nitidamente masculina na sua essência. Temos um Deus Pai, todo poderoso, que tem um Filho etc. As religiões judaico-cristãs e muitas religiões do mundo, como as religiões muçulmanas também, são marcadas por esse lugar preponderante dos homens. De alguma forma, a religião, em grande parte das culturas do mundo, é o que sustenta a dominação masculina, do ponto de vista ideológico, com seu próprio aparato conceitual e seu imaginário de quem tem valor do ponto de vista religioso. As religiões no campo em que a antropologia trabalha (sociedades tribais, religiões indígenas) são diferentes. Por exemplo, os esquimós, do Canadá, e outros grupos tribais que trabalham com o xamanismo¹¹, o indivíduo que vai ser o religioso, o xamã, precisa, necessariamente, circular entre os dois gêneros, entre o mundo feminino e o masculino. É como se o acesso ao mundo espiritual fosse um mundo que necessitasse dessa circulação identitária de gênero. Enquanto na nossa cultura cristã, o que parece que está em jogo é esse indivíduo que se aproxima do sagrado e deve ser, em princípio, assexuado, que é o padre, a freira, que não têm sexo enquanto sexualidade. Por outro lado, nessa religião só o masculino tem valor.

¹¹ O xamanismo é uma tecnologia de transformação paleolítica, de âmbito mundial, que utilizava o acesso controlado aos estados de êxtase da consciência para comunicar-se com as plantas, os animais, os antepassados, os espíritos e os quatro elementos. O xamã, que tinha o poder de curar, controlava o clima, adivinhava as fontes de alimentos, quem eram os inimigos e onde estavam os objetos perdidos... um ecologista espiritual que mantinha o equilíbrio entre sua tribo e a biorregião dela. (Nota da **IHU On-Line**)

“O masculino e o feminino não são questões ontológicas”

Entrevista com Diego Irarrázaval

Os desafios que as questões de gênero apresentam à Igreja e à Teologia, a carta do Vaticano sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e na sociedade e as expectativas para o Fórum Mundial de Teologia e Libertação são alguns dos temas abordados pelo presidente da Associação de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo, Diego Irarrázaval, em entrevista concedida à **IHU On-Line**, em 18 de agosto de 2004. O presbítero chileno Irarrázaval é teólogo, católico, membro da Congregação de Santa Cruz e diretor do Instituto de Estudos Aymaras (Peru). É licenciado em Teologia pela Universidad Católica de Chile e mestre em Ciências Religiosas pela Divinity School da Universidade de Chicago. Entre seus livros publicados, citamos **La fiesta, símbolo de libertad** (Lima: Cep/B de las Casas, 1998); **Audacia evangelizadora** (Cochabamba: Verbo Divino, 2001); **Un Jesús jovial** (Lima: Paulinas, 2003 e São Paulo: Paulinas, 2003); e **Raíces de la Esperanza** (Lima: CEP, 2004). A Associação de Teólogos/as do Terceiro Mundo (Asett/Eatwot), a qual ele preside, nascida em 1976, na Tanzânia, tem por objetivo promover o diálogo entre pessoas da Ásia, África, América Latina e minorias do primeiro mundo. Colaboram, em nível local e regional, em ações em favor da justiça e da paz. Publicam a revista *Voices of the Third World*, editada na Índia. A Associação tem como prioridades, confirmadas na última Assembléia Geral Intercontinental (Equador, 2001), a teologia, o gênero e o diálogo inter-religioso, o que forma parte de sua opção por e com os pobres.

IHU On-Line – Qual é o desafio ao se pensar em corpo e na questão de gênero na contemporaneidade?

Diego Irarrázaval – O que me impacta é corpos de mulheres e homens que são vítimas de desemprego, de fome, de doenças. Acho que a teoria feminista tem permitido a pensadoras e ativistas a elaboração das teorias de gênero. Permite também que alguns homens comecem a colocar a questão da masculinidade. Não é idêntico ser homem e masculino e ser mulher e feminino. Homem-mulher provém de nossa formação biológica e sexual e masculino e feminino são elaborações socioculturais, e o masculino vai muito ligado a ser homem, mas não só isso. Também os homens têm características femininas. Interessa-nos pensar em outras relações entre homens e mulheres. Outra masculinidade é possível. Não há que se deixar guiar pela masculinidade hegemônica, em que o homem vale por dominar, por pensar às custas de outros, por violentar outros e a si mesmos. Uma masculinidade feliz que faça felizes aos demais. Muitos homens começam a se dar conta de que a discussão de gênero não só tem a ver com mulheres.

IHU On-Line – Como repensar a teologia dos gêneros?

Diego Irarrázaval – Há muitos recursos nas experiências das comunidades cristãs de setores populares e também nas teologias, sobretudo nas afro-americanas, indígenas e feministas. Não partimos do zero ao pensar uma teologia do gênero que contribua com a libertação. Para mim, o princípio teológico básico provém da prática e da mensagem de Jesus. São problemáticos textos como o da Congregação para a Doutrina da Fé, recentemente publicado: *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da*

*mulher na Igreja e no mundo*¹². Ele faz certas leituras do Gênese para sustentar uma postura sobre a mulher e sobre o homem. A prática de Jesus com homens e mulheres é muito significativa. Jesus, no contexto religioso cultural de sua época, chama aos pescadores, primeiros apóstolos, a um tipo de condição humana com o acento no serviço na relacionalidade.

IHU On-Line – Por que o senhor acha problemático o documento do Vaticano sobre a colaboração do homem e da mulher?

Diego Irarrázaval – Porque inventa uma realidade que chama de “questão feminina”; não fala da mulher. O documento não está informado do que é o feminismo. Ele faz menção rápida a certos tipos de feminismos. Há documentos com os quais se pode estar de acordo ou desacordo, mas pode se perceber que quem o elaborou tentou compreender essa realidade, leu, está informado. O que me impacta neste documento é a má forma como são focalizados os temas. Seria para falar da colaboração entre o homem e a mulher, mas não o faz. Pretende falar sobre a dignificação da mulher, mas fica longe disso. Argumenta, baseando-se no livro do Gênese, que as características masculina e feminina teriam um sustento ontológico nos relatos da criação. Mas o debate não é metafísico nem ontológico, e sim uma discussão na existência concreta de homens e mulheres em determinadas sociedades. Outro problema do documento é que vê as reivindicações da mulher como ameaça à família, no caso a mulher que vai se libertando de certos enquadramentos que lhes foram feitos. O texto, de maneira sutil, sugere que o problema é que a mulher entende o homem como seu inimigo. Nas entrelinhas, a mulher é a causa da falta de harmonia entre homem e mulher. Quando o escrito não tem consistência, não importa a sua origem; isso deve ser apontado. Outros documentos que falam sobre a dignidade da mulher, do próprio Vaticano, são bem mais consistentes. Alguns setores podem ficar com a idéia de que Roma e João Paulo II estão atacando o feminismo. O documento não trata o feminismo, não o condena

porque não o trata. O que mostra é muito temor a coisas que caricaturiza. Os temores, às vezes, são justificados, mas estes temores que provêm de uma visão de gênero patriarcal, androcêntrica, não.

IHU On-Line – Haveria, então, uma necessidade nas Igrejas cristãs, e especialmente nos homens, de redescobrir à luz da contemporaneidade as identidades masculina e feminina?

Diego Irarrázaval – Nós estamos tentando analisar as causas do forte androcentrismo e uma das razões é o medo, os privilégios que se perdem. É difícil de abandonar o estereótipo de que a mulher apenas sente, é afetiva e não racional. Mas também há muita insegurança em dizer o que é ser homem. Amigos meus, colegas, não se interessam, fechando-se com argumentos absurdos, como se isso dividisse a luta pelos direitos humanos, pela libertação. Os direitos do ser humano abrangem também os direitos dos homens fechados dentro das jaulas androcêntricas. Enjaulamos os outros, mas também a nós mesmos, outorgando-nos determinados papéis.

IHU On-Line – Que rumos vai tomando a teologia do Terceiro Mundo, especialmente a Teologia da Libertação?

Diego Irarrázaval – Nossa Associação tem como preocupação básica a palavra teológica em um mundo globalizado. Não é uma teologia para dentro do fato religioso, e sim em resposta e diálogo aos sinais dos tempos. Nesse marco, põem-se dois acentos: a mulher e sua teologia e o diálogo inter-religioso. Ou seja, devemos pensar sobre o que cabe à fé cristã diante de outras formas de fé, não só diante de outras religiões, porque também há espiritualidades que não têm traços de religiões com as quais precisamos dialogar. Devemos colaborar para que as comunidades crentes, das quais viemos, possam encarar os grandes desafios humanos hoje: um deles é a pluralidade religiosa. Pensemos na emergência da mulher, como pessoa, como modo de pensar e o que caracteriza a

¹² Sobre esta carta, conferir a entrevista de Danièle Hervieu-Léger, publicada no *IHU On-Line*, n.º 110, de 9 de agosto de 2004, sob o título “A crise do catolicismo vem da sua imobilidade diante das mudanças culturais”. (Nota da *IHU On-Line*)

Teologia da Libertação: a injustiça em nível mundial. Devemos, ainda, colaborar para que não haja sofrimento injusto.

***IHU On-Line* – O que se pode esperar de um evento como o Fórum Mundial de Teologia e Libertação (FMTL)?**

Diego Irrázaval – Estamos organizando o Fórum para reunir pessoas dos diversos continentes. Vai na linha do que a Unisinos fez há pouco tempo com o *Simpósio Internacional O lugar da Teologia na Universidade do século XXI*, no sentido da preocupação pela responsabilidade teológica diante dos grandes problemas da socieda-

de atual. Teologia pública, relevante diante das situações humanas. Tão diferente do imaginário que há da teologia como algo dos templos, intra-institucional, intraclerical, há muito disso em teologia, mas em torno do Fórum Social Mundial se faz o FMTL¹³ para ver que desafios há. Não somos uma voz tão grande, mas sim uma voz importante que conecta latino-americanos, asiáticos, e todos os continentes. Grande parte da Teologia da Libertação, hoje em dia, está também na América Latina, mas não só, está sobretudo na Ásia e África. Eles têm uma riqueza de produção impressionante e nos enriquecerá muito essa partilha.

¹³ A programação do Fórum Mundial de Teologia e Libertação foi publicada no boletim *IHU On-Line* n.º 113, de 30 de agosto de 2004. (Nota da *IHU On-Line*)

A atualidade e a força dos estudos de gênero na academia e na sociedade

Entrevista com Joana Maria Pedro e Mara Coelho de Souza Lago

*Joana Maria Pedro é professora no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mara Coelho de Souza Lago é professora no Departamento de Psicologia da mesma universidade. As professoras apresentaram o tema Transversalidades de gênero em um simpósio promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), durante a 58ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizada de 16 a 21 de julho de 2006, na UFSC, em Florianópolis. Na entrevista que concederam à **IHU On-Line**, por e-mail, em 16 de julho de 2006, elas falam sobre o tema apresentado e fazem uma breve análise do evento realizado.*

IHU On-Line – O que caracteriza o debate sobre a questão de gênero na sociedade contemporânea?

Joana Pedro e Mara Lago – O debate sobre a questão de gênero, acompanhando os movimentos feministas, e exigido por eles, teve por consequência a visibilização das demandas das mulheres e a impossibilidade de deixar de considerar, em todas as dimensões da vida social, as diferenças de gênero.

IHU On-Line – Como aparece a discussão sobre gênero nas intersecções entre antropologia, psicanálise e psicologia?

Joana Pedro e Mara Lago – Os estudos de gênero são fundamentalmente interdisciplinares e trazem as contribuições também da história, da filosofia, da demografia, da sociologia etc. Antro-

pologia e psicanálise se beneficiaram de diálogos sempre produtivos, também nas questões de gênero. Tem sido de particular interesse, no campo interdisciplinar dos estudos de gênero e das teorias feministas, o diálogo, não isento de tensões, com a psicanálise. Para a historiografia, pensar a perspectiva de gênero é lembrar que a história enquanto forma de conhecimento precisa deixar de ser constituidora do gênero, ao contar a história somente no masculino, ignorando a presença das mulheres.

IHU On-Line – Quais são os principais momentos históricos das relações de gênero? O que marca a maior diferença entre o momento atual e o início dos estudos das relações de gênero?

Joana Pedro e Mara Lago – A principal marca atual dos estudos de gênero é a emergência dos movimentos gays e lésbicos que nos lembram o tempo todo que o genital é irrelevante para o gênero. No Brasil, como em muitos outros países, os estudos começaram como estudo da “Mulher”, adotando depois a perspectiva de “Mulheres”, ao observar a variedade dos seres e, por fim, a perspectiva do gênero ganhou força. O artigo de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, é, certamente, um marco no uso desta categoria nos estudos interdisciplinares. Nos dias atuais, o que mais se reivindica é o descolamento entre o dado biológico e o que se define por gênero. Os trabalhos de Thomas Laqueur, de Linda Nicholson e de Judith Butler, são emblemáticos desta nova fase.

IHU On-Line – Como se compõe a sociedade brasileira de hoje em termos de gênero e de classe etária?

Joana Pedro e Mara Lago – A sociedade brasileira, como todas as demais, tem um considerável crescimento de pessoas com mais idade. Entre estas, se destacam as mulheres. Temos uma população feminina que está numa faixa etária bastante elevada. Infelizmente, para grande parte da população esta não é, como se diz, “a melhor idade”. A pobreza, que sempre foi muito mais feminina, acompanha as mulheres no seu envelhecimento. Então, embora nas estatísticas possa parecer muito interessante que são as mulheres que estão durando mais, a qualidade de vida que elas enfrentam acompanha a assimetria em que vivem na sociedade brasileira, na qual baixos salários representam, também, baixa aposentadoria, poucos recursos, muitas doenças e péssima qualidade de vida.

IHU On-Line – Como avaliam o debate realizado na 58ª SBPC?

Joana Pedro e Mara Lago – Os debates ocorridos na SBPC, que se deram também em outras

mesas e espaços, serviram para mostrar a atualidade e a força dos estudos de gênero na academia e na sociedade. Nossa expectativa é que a categoria de análise “gênero” torne-se tão imprescindível como as demais, nas análises que fazemos em nossos trabalhos científicos.

IHU On-Line – A deputada Iara Bernardi está tentando aprovar com o governo federal um projeto de lei reivindicando a linguagem inclusiva em documentos oficiais (eles e elas, todos e todas etc.). O que vocês pensam dessa proposta?

Joana Pedro e Mara Lago – Embora possa trazer dificuldades, afinal não estamos acostumadas a usar esta linguagem, consideramos muito importante. A linguagem forma os sujeitos e consideramos que uma linguagem inclusiva ajuda as mulheres a compreender que todos os lugares do mundo lhe pertencem. A linguagem é tão importante que a maioria dos homens (nós, pelo menos, não conhecemos nenhum) não gosta de ser incluído no feminino-plural.

A maternidade em discussão

Entrevista com Dagmar Meyer

*Dagmar Meyer é professora na Faculdade de Educação da UFRGS, enfermeira pela PUCSP, mestre em Educação pela UFRGS, com dissertação intitulada Reproduzindo relações de poder de gênero e classe no ensino de Enfermagem, e doutora, pela mesma instituição, com a tese Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira- evangélica no Rio Grande do Sul. Dagmar também coordena o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), da UFRGS. É autora de **Identidades Traduzidas. Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul** (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000). Dagmar conversou com a **IHU On-Line**, em 22 de setembro de 2003, sobre as relações entre gênero, saúde e educação.*

IHU On-Line – Nos currículos escolares, inclusive universitários, de que forma está sendo abordada a questão do gênero?

Dagmar Meyer – Acho que teríamos que abordar esta questão em duas partes. No que se refere ao Ensino Básico, temos oficialmente os Parâmetros Curriculares Nacionais, que propõem, atualmente, a introdução de alguns temas no currículo, que deveriam funcionar como sendo Temas Transversais, ou seja, deveriam ser trabalhados por todos/as os/as professores/as, em todas as disciplinas. Enquadram-se aí temas relativos, por exemplo, à sexualidade e aos chamados Temas Culturais, e em ambos se sugere que as questões de gênero sejam trabalhadas. Na concretude das práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente na escola, no entanto, estes temas ainda não têm tido uma grande penetração, apesar destas “recomendações” contidas nos PCN, seja porque os/as docentes têm dificuldade em achar que tais questões sejam relevantes, seja porque não se sentem

preparados para trabalhá-las (o que é o caso, na maioria das vezes). E isso nos leva aos cursos de formação de professores/as que, com raras exceções, também não incorporam tais conteúdos, de forma sistemática, no currículo e nas disciplinas dos cursos. Em geral, o tema é trabalhado por iniciativa individual, quando Estudos de Gênero é a Linha de Pesquisa com a qual o/a docente trabalha na pós-graduação, ou quando isso se configura como um interesse político e acadêmico seu. O mesmo ocorre com as questões relativas à sexualidade. No âmbito da pós-graduação, até temos uma produção bastante importante neste campo de estudos, mas o resultado de tais estudos só penetra muito lentamente no ensino de graduação e chega, mais lentamente ainda, à escola básica. Existem sempre outras prioridades ou questões muito mais emergentes do que estas que envolvem a reflexão sobre os processos que nos educam como homens e mulheres de determinados tipos. De certa forma, feminino e masculino ainda são entendidos como estando no plano da natureza biológica dos sujeitos. Apesar dos inegáveis avanços, ainda temos bastante trabalho pela frente para fazer do gênero uma questão curricular legítima.

IHU On-Line – De que forma se dará sua contribuição no painel da II Jornada de Gênero na Unisinos?

Dagmar Meyer – Vou participar da mesa de abertura com a tarefa (quase impossível!) de fazer um mapeamento dos Estudos de Gênero no Brasil. É claro que eu não tenho a menor pretensão de dar conta de uma tarefa dessa envergadura, até porque investigar e discutir o “estado da arte” não é bem minha linha de estudos. Mas, a partir de minha experiência, de minhas leituras e de minha inserção nesse campo de estudos, vou fazer

um recorte para debater em linhas gerais, que questões de gênero vêm sendo estudadas e investigadas nas áreas da Educação e da Saúde, que é por onde eu me movimento.

IHU On-Line – Entre as temáticas trabalhadas pelo GEERGE, desde sua fundação, quais as conclusões mais significativas em relação à Educação e às questões de gênero que o grupo chegou até o momento, dentro das áreas de pesquisa desenvolvidas?

Dagmar Meyer – O GEERGE existe desde 1990 e talvez um dos resultados políticos mais importantes que ele produziu até aqui é o de ter institucionalizado essa temática no âmbito da pós-graduação da UFRGS e ter-se consolidado como um grupo de estudos e pesquisa, que funcionou ininterruptamente, desde então, cujos trabalhos funcionam como referência em nível de Brasil. Ele foi criado por Guacira Louro, e seu primeiro grupo de orientandas, do qual eu faço parte, junto com o trabalho que a Guacira desenvolveu nesse espaço, a colocou como a pesquisadora que, de forma focada, havia orientado o maior número de dissertações e teses sobre Educação e Relações de Gênero, no Brasil, na década de 1990. Tenho orgulho de dizer que minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado fazem parte disso e que, hoje, também já tenho cinco orientações de mestrado concluídas nessa mesma linha de pesquisa. O grupo possui um ‘site’, que é atualizado sempre, e nele é possível visualizar não apenas o que fazemos, em termos de ensino, pesquisa e produção escrita, mas também acessar alguns de nossos textos (www.ufrgs.br/faced/geerge).

IHU On-Line – Sua pesquisa atual tematiza questões vinculadas com a maternidade. Quais são as representações de mulher-mãe que fazem parte do imaginário da sociedade contemporânea?

Dagmar Meyer – São representações múltiplas e conflitantes que, em alguns casos, rompem com aspectos importantes das representações mais tradicionais de mãe, mas que em outros atualizam ou mantêm aspectos significativos dessas mesmas representações. Eu venho defendendo a tese de que diferentes instituições sociais das sociedades con-

temporâneas voltaram a investir fortemente na educação das mulheres como mães. As mulheres, hoje, desempenham muitas outras funções sociais, para além da maternidade e ocupam muitos outros espaços para além do espaço doméstico, mas elas continuam sendo responsabilizadas pelo cuidado e pela educação dos filhos. Todos os problemas vivenciados por crianças e jovens na contemporaneidade são explicados, entre outras coisas, por vínculos inadequados entre mãe e filho (só como exemplo podemos pegar a violência juvenil, as dificuldades de aprendizagem, a drogadição, a quantidade de doenças que podem acometer as crianças que não forem amamentadas exclusivamente com leite materno até os 6 meses de vida etc).

A ciência também não cessa de ampliar conhecimentos que dão conta da centralidade desses vínculos. Recentemente, li, na *Revista da FAPESP*, os resultados de uma pesquisa feita com camundongos fêmeas e seus filhotes, os quais foram afastados de suas mães – sem violência ou privação – 20 minutos por dia, durante um número x de dias. Os resultados indicam que o estresse vivenciado por esses filhotes seria tão intenso que aumentou, dentre outras coisas, o risco de eles se constituírem como adultos inférteis. O que se pretende é estender a leitura desse experimento para entender as relações entre mãe e filho humanos. Eu considero que resultados de estudos como esses precisam ser problematizados, sobretudo se concordarmos com a idéia de que a ciência, por mais que se reivindique neutra, faz parte e é fruto de contextos e tempos particulares. Considerando-se o esforço que as feministas fizeram para demonstrar que a maternidade não é o destino natural da mulher, e que o chamado instinto materno não se constitui como uma essência feminina, penso que devemos perguntar-nos, seriamente, o que esse investimento maciço na educação, para a maternidade, pode significar, tanto para as mulheres quanto para os homens, em uma atualidade complexa como esta que estamos vivendo: globalização, redução do estado, desemprego crescente, informatização acelerada etc... Seria uma nova versão da “volta para casa” do pós-Segunda Guerra? Em que termos e em quais condições? Com que efeitos, para quem? Acho que estamos apenas no início desta discussão.

A mulher no mundo do trabalho

Entrevista com Maria Cristina Aranha Bruschini

Maria Cristina Aranha Bruschini, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, é mestre em Ciências Sociais e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com tese intitulada *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. É autora de oito livros, entre os quais citamos: **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher** (São Paulo: Nobel/CECF, 1985); **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas** (São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1990); **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres** (São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, 1998); e **Sexo e Juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola** (São Paulo: Cortez, 2000). Maria Cristina conversou com a **IHU On-Line**, em 22 de setembro de 2003, sobre a questão da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

IHU On-Line – Em que tipo de trabalho as mulheres sofrem mais discriminação hoje no Brasil?

Cristina Bruschini – Os 36% das trabalhadoras se encontram em atividades precárias, sem carteira assinada, como o emprego doméstico, o trabalho não remunerado, o trabalho domiciliar e outros tipos de trabalho informal. Nos últimos anos, pela sua escolaridade, a mulher vem conquistando funções melhores como as que exigem formação de nível médio ou superior. Mas existem alguns ramos de discriminação aos quais a mulher está sujeita, como a desigualdade salarial, a dificuldade de acesso a cargos de comando e a questão de ela ser ainda responsável pela família, pelas crianças pequenas, idosos e doentes, que é uma ocupação tradicional dentro da família e está sen-

do muito difícil para ela partilhar com os homens e os jovens. A mulher vem conquistando espaços no trabalho, mas ainda sofre bastante com a discriminação.

IHU On-Line – A mulher está sendo tão atingida quanto homem com o desemprego e a precarização do trabalho?

Cristina Bruschini – O desemprego de maneira geral é mais intenso em determinados setores que atingem mais homens que mulheres, como na indústria, por exemplo. As mulheres estão mais concentradas no setor dos serviços e bancário, onde o desemprego não é tão intenso. Em relação à precarização, 17% da força de trabalho feminina é de empregadas domésticas. Na categoria de emprego doméstico, 97% são mulheres. Essa é uma atividade precária, porque os salários são baixos, sem carteira assinada, com longas jornadas. O contingente que trabalha nessas condições é de 35%, mas não vem aumentando. Acho que o trabalho masculino está sendo mais precarizado. Vivemos uma década muito ruim em termos de emprego, de renda do trabalhador, mas não da força de trabalho feminina em si.

IHU On-Line – Quais têm sido os maiores avanços das últimas décadas?

Cristina Bruschini – As ocupações que exigem estudo qualificado, como medicina, arquitetura, direito, jornalismo, registraram um grande aumento da participação feminina. Vejo uma perspectiva positiva para as que estão nos campos mais privilegiados. Mesmo com executivas, em empresas, num estudo que estou fazendo agora, observa-se uma cifra mais significativa que a da década de 1990. Basicamente, houve um ingresso

maciço de mulheres nas universidades, inclusive superando a dos homens atualmente. Ainda assim, continua havendo desigualdade salarial.

IHU On-Line – Por onde começa uma nova organização sexual do trabalho?

Cristina Bruschini – Deve ser em duas esferas. Precisa haver algumas políticas da parte do Estado e de parte das empresas, em seus programas de responsabilidade social. Em primeiro lugar, é preciso assumir que essas desigualdades existem. Até muito recentemente não se imaginava que existiam, porque a mulher não tinha ido, em massa, para o mercado de trabalho. Ao acontecer isso, as mulheres conquistaram posições melhores e começaram a pressionar. Essa pressão ainda deve ser respondida pelo estado, pelas empresas, pelos sindicatos etc. É importante chegar a ter acesso a qualquer ocupação, posição, trabalho em boas condições, com salários iguais, quando se trata do mesmo cargo, e conseguir o equilíbrio entre família e trabalho. No momento em que conseguirmos estabelecer uma organização familiar um pouco mais simétrica entre homens e mu-

lheres, na qual se dividam mais as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, ficará menos pesado para todos.

IHU On-Line - Que políticas públicas estão sendo encaminhadas nesse sentido?

Cristina Bruschini – Uma coisa interessante é que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi transformado numa secretaria especial de políticas para as mulheres, diretamente relacionada à Presidência da República, o que dá um suporte maior às políticas das mulheres. O Governo Federal está muito atento à representação feminina em todas as áreas. Agora, em relação a políticas voltadas para o trabalho feminino não estou vendo muita coisa. Sequer foi tomada alguma medida específica em relação ao trabalho feminino. Eu estive conversando com a Senadora Emília Fernandes, que é a responsável pela Secretaria da Mulher e ela estava muito entusiasmada com a boa vontade do Presidente, nesse sentido. Só que os orçamentos foram extremamente cortados e, segundo informação fidedigna que recebi, o orçamento dessa secretaria ficou muito pequeno.

Reengenharia do tempo: uma proposta sobre o sentido da vida

Entrevista com Rosiska Darcy de Oliveira

Rosiska Darcy de Oliveira, carioca, escritora, jornalista, advogada, conferencista de renome internacional, é consultora do BID para promover a emergência do feminino na cultura. Representou o Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres da OEA e preside o Centro de Liderança da Mulher – CELIM no Rio de Janeiro. É autora de **A dama e o unicórnio** e de **Outono de ouro e sangue**, ambos publicados pela Rocco; **Elogio da diferença, o feminino emergente** (São Paulo: Brasiliense, 1991) e **Reengenharia do tempo** (Rio de Janeiro: Rocco, 2003). Rosiska publicou no sábado passado, dia 6 de março de 2004, no jornal O Globo, uma bela resenha do livro **Mulheres de palavra** (São Paulo: Editora Loyola, 2004), organizado por Eliana Yunes e Maria Clara Bingemer.

Com mais de 30 anos de feminismo, Rosiska Darcy de Oliveira, aponta, na entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, em 8 de março de 2004, que o principal desafio da contemporaneidade é encontrar um equilíbrio entre a vida pública e a privada, sendo que a tendência predominante tem sido sacrificar a vida privada. Para ela, uma das grandes conquistas das mulheres foi a tomada de consciência de seu lugar, sem necessitar se igualar aos homens e sim de ser apenas diferente e estar reivindicando direitos iguais para pessoas diferentes.

IHU On-Line – Com base em sua experiência de mais de 30 anos em movimentos feministas, quais foram as mudanças princi-

pais, ocorridas no feminismo, em cada uma dessas décadas?

Rosiska Darcy de Oliveira – No movimento feminista, houve uma apuração. No começo, nós lutávamos pela igualdade com os homens e ainda não tínhamos percebido que o nosso esforço fundamental era para que se reconhecesse que a humanidade é formada de dois sexos e não apenas de um ao qual tínhamos que nos igualar. A nossa luta era pela igualdade dos direitos civis, políticos, corporais, e não igualdade com os homens. Em 1991, publiquei um livro chamado *Elogio da diferença*¹⁴, em que eu justamente afirmo a diferença entre homens e mulheres e a necessidade de que a sociedade evolua no sentido de admitir que a humanidade era feita de dois sexos e que a sociedade tinha que acolher estes dois sexos diferentes de maneira igual. E esse era o grande desafio da sociedade, o grande desafio da democracia. Hoje, o movimento feminista insiste mais nessa linha de que as mulheres sejam reconhecidas como elas são. Este é o meu ponto de vista dentro do movimento feminista. Evidentemente, há outros.

IHU On-Line – Quais as principais transformações impulsionadas pelos movimentos feministas na sociedade?

Rosiska Darcy de Oliveira – Os principais impactos provieram de vários fatores, evidentemente do trabalho do movimento feminista, sem dúvida nenhuma, mas também de mudanças no mundo. O que mais determinou a mudança no estatuto das mulheres foi a contracepção, a possibilida-

¹⁴ *Elogio da diferença, o feminino emergente* (São Paulo: Brasiliense, 1991).

de do controle do corpo. Em segundo lugar, a independência econômica, o acesso ao mundo do trabalho, que foi facilitado inclusive pela concepção. Antigamente, as mulheres tinham muito mais filhos do que hoje e por isso tinham muito mais dificuldade de acesso ao mundo do trabalho. Hoje, as mulheres têm independência econômica. Basta dizer que metade da população economicamente ativa brasileira é feminina. Essa é uma mudança fundamental na economia. As mulheres passaram a ter acesso a um universo cultural muito maior do que tinham antes. Basta ver que elas são 51% das matrículas em todos os níveis escolares. Elas progrediram pouquíssimo no que concerne à política. O que não quer dizer que elas não tenham progredido em relação ao político, que é uma coisa diferente.

Na política formal, política partidária, há uma pequena representação de mulheres no Congresso, muito insignificante, expressiva do ponto de vista dos seus conteúdos, mas insignificante do ponto de vista numérico. Penso que a política não esgota o político. Nós temos uma vida política muito mais ampla do que simplesmente o Congresso Nacional ou as Assembléias. As mulheres têm um papel fundamental na sociedade brasileira: provocam um impacto cultural muito grande e um impacto na mídia, que hoje é um fator essencial de transformação da sociedade. A mídia hoje tem uma participação ativa das mulheres. Eu creio que isso tudo são fatores importantes de transformação nesses anos. Talvez a coisa mais importante seja a tomada de consciência de não ser inferior aos homens e, portanto, não ter que se igualar a eles, mas de ser apenas diferente e estar reivindicando direitos iguais para pessoas diferentes. Isso é essencial.

IHU On-Line – A senhora assinala, no livro *Reengenharia do tempo*¹⁵, a articulação entre vida pública e vida privada como um dos núcleos problemáticos do mundo contemporâneo. Poderia explicar um pouco mais?
Rosiska Darcy de Oliveira – Esse é o grande desafio hoje para a emancipação das mulheres, e

eu diria também dos homens, e uma melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. Houve um momento, uma primeira fase, em que as mulheres estavam “transgredindo” a lei não escrita: não permitir que tivessem acesso ao mundo dos homens, aceitando uma negociação muito desfavorável no momento da entrada. Quem transgredir sente culpa, e quem “concede” impõe condições. A nós, mulheres, foi imposta a seguinte condição: entrem no mundo dos homens e deixem de ser mulheres. Isso significa esconder tudo aquilo que compõe a vida das mulheres, ou seja, a vida privada, os filhos, a gravidez. Para entrar no mundo dos homens, as mulheres tinham que fingir que não existiam como tais. É como se o mundo do trabalho fosse apenas dos homens e devesse continuar sendo deles. E as mulheres que entrassem lá, deveriam se comportar como homens. Num primeiro momento, elas se conformaram. O resultado disso foi um agravamento muito grande da necessidade de fazer existir duas vidas dentro de 24 horas, o que é uma coisa evidentemente impossível. Num segundo momento, começaram as desavenças com os maridos, as cobranças, a necessidade de equilibrar o tempo dentro de casa.

Os homens ainda se recusam a assumir essas responsabilidades privadas. Mas o problema não está só aí. O problema está na articulação entre vida pública e privada. Mesmo àqueles homens que gostariam de ter uma participação maior na vida privada lhes falta tempo, porque trabalham o dia inteiro. Duas pessoas que trabalham em tempo integral sacrificam a vida privada. A reengenharia do tempo é uma proposta de reorganização, de rearticulação entre os tempos da vida privada e os tempos da vida pública, levando-se em conta que hoje não há mais uma mulher na retaguarda da vida privada como havia antes. Hoje, quando se fala em provedor, as pessoas pensam em um servidor virtual, não em um homem que sustenta a casa. Atualmente, há pouquíssimos homens que sustentam sozinhos a casa. Estatisticamente, é insignificante na economia brasileira.

¹⁵ *Reengenharia do tempo* (Rio de Janeiro: Rocco, 2003).

IHU On-Line – Como esse desequilíbrio entre a vida privada e a pública interfere no casamento e na família contemporânea, caracterizada por tantos conflitos nos casamentos?

Rosiska Darcy de Oliveira – Se houvesse uma reengenharia do tempo, teríamos a solução de muitos problemas conjugais. As pessoas não têm tido tempo para se amarem suficientemente. Há uma absorção tamanha por funções públicas, o que faz não restar tempo para o amor entre os cônjuges, entre os filhos, entre as pessoas mais idosas, entre as pessoas doentes que precisam de nós. Se houvesse uma reestruturação do tempo, com defesa de tempo para a vida privada, muitos dos conflitos internos desapareceriam. A vida amorosa ganharia uma outra importância, se nós pensássemos mais no sentido da vida. A reengenharia do tempo, na verdade, é uma proposta sobre o sentido da vida. O que quero me perguntar é isso: o que estamos querendo da vida? Apenas consumir? Será que isso justifica nossa existência? Eu, pessoalmente, respondo que não. Essa talvez seja a grande “tara” do nosso tempo, de que todos devem mergulhar de cabeça numa vida de consumo desenfreada, que exige cada vez maiores recursos, para se ter cada vez mais trabalho, cada vez mais tempo, gasto no trabalho, roubado das relações afetivas. É preciso reequilibrar a balança, dando peso às relações afetivas e também ao trabalho, à realização profissional, com o devido equilíbrio.

IHU On-Line - De que maneira pode acontecer um equilíbrio entre o profissional e o privado numa sociedade como a brasileira. Que políticas públicas seria necessário implementar?

Rosiska Darcy de Oliveira – A reengenharia do tempo não é uma solução para o desemprego. Essa é uma situação infinitamente mais complexa, muito mais grave do que se vem descrevendo e só tende a piorar. Isso porque os empregos que desaparecem, pelo menos os empregos industriais, não voltarão, qualquer que seja o crescimento econômico, porque a economia moderna prescinde de mão-de-obra. Ela é baseada muito mais na

criação e nas idéias do que na força física ou na presença física das pessoas. Portanto, a sociedade precisa ser completamente repensada. É preciso parar de enganar as pessoas, dizendo que os empregos voltarão, porque eles não voltarão. Caso se trabalhasse menos tempo, mais pessoas trabalhariam. Não estou dizendo que seja uma solução para o desemprego. É preciso aprender a viver com outros valores que não sejam apenas os do consumo, porque eu não acredito que eles possam vir a ser satisfeitos. É preciso uma reforma infinitamente mais global da nossa economia. A mão-de-obra deveria ser absorvida fundamentalmente na solução dos problemas sociais e há problemas sociais imensos que pediriam mão-de-obra. Todas as políticas de acolhida de pessoas, as políticas de melhoria da vida das pessoas, são lugares de absorção de mão-de-obra importante.

O Estado é um grande empregador e ele deveria ser o primeiro a dar exemplo de uma reengenharia do tempo. O Estado poderia fazer isso, porque não ignora que a grande parte da violência que estamos vivendo se deve ao imenso abandono das crianças e dos jovens. E não adianta tentar culpar as mulheres por esse abandono. Elas não deixam os filhos em casa só porque querem e até deveriam querer, porque têm o direito à realização profissional, e sim porque, sobretudo, precisam trabalhar para viver. Exatamente porque há o desemprego. Nenhuma família pode hoje se permitir viver com apenas um salário. Se houvesse uma reengenharia do tempo, uma diminuição, uma reorganização da jornada de trabalho, mães e pais teriam condições de dar um melhor enquadramento a seus filhos e à sua família. A reengenharia do tempo é uma política pública em si.

IHU On-Line – Essa reengenharia do tempo também traria conseqüências importantes em relação à construção da identidade, já que hoje muitas pessoas se definem ou apresentam pelo trabalho que fazem, ou até pela falta dele, no caso “sou um desempregado”?

Rosiska Darcy de Oliveira – A reengenharia do tempo ajudaria demais a mudar a mentalidade das pessoas em relação a permitir que o indivíduo se defina pelo que ele é, e não pelo emprego que

tem ou não tem. O que ele é é muito mais do que o emprego. Um ser humano é membro de uma comunidade, de uma família, é amigo dos seus amigos, é membro de um clube, é membro de uma atividade voluntária. Ele é muitas coisas, é amante de alguém, mãe ou pai de seus filhos, é uma série de coisas. As pessoas não podem ser definidas apenas pela sua mão-de-obra. Isso faz parte da ideologia de uma sociedade de consumo que está nos levando a um enorme desastre. É um desastre essa sociedade.

IHU On-Line – Quais são os rumos que podem se prever para uma sociedade assim?

Rosiska Darcy de Oliveira – Em abril, farei uma conferência sobre isso. Essa é uma pergunta

realmente complexa. Desde 1992, quando eu coordenei o Planeta Fêmea, aqui no Rio de Janeiro, venho insistindo que nós tínhamos chegado a um impasse na civilização. Nós estamos realmente nesse impasse. Não vamos poder continuar vivendo com a demanda predatória da terra que nós temos hoje. Temos que combater isso, refazer os objetivos da civilização. A reengenharia do tempo também é um dos elementos desse refazer civilizatório em nome de novos valores.

IHU On-Line – Que mensagem daria às mulheres no dia Internacional da Mulher?

Rosiska Darcy de Oliveira – Digo a elas que pensem no sentido da vida, pensem no tempo, defendam o seu tempo e a sua felicidade.

As mulheres no mundo do trabalho

Entrevista com Helena Hirata

*Helena Hirata é socióloga especializada em comparações internacionais do trabalho e das relações de gênero, formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo. É também militante feminista e pesquisadora do GEDISST (Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho) e do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica) da França. Entre outros livros, é autora de **Sobre o Modelo Japonês. Automatização, novas formas de organização e relações de trabalho** (São Paulo, EDUSP/Aliança Cultural Brasil Japão, 1993) e **Nova divisão sexual do trabalho? O olhar voltado para a empresa e a sociedade** (Boitempo: São Paulo, 2002). Helena concedeu entrevista à **IHU On-Line** em 8 de março de 2004.*

IHU On-Line – Como vê os movimentos feministas atualmente e em que eles contribuíram na luta das mulheres no mundo do trabalho?

Helena Hirata – Desde os anos 1970, os movimentos feministas começaram a se desenvolver em todo o mundo. No Brasil e na América Latina, sobretudo a partir de 1975, quando se reuniu, na Cidade do México, a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, patrocinada pela ONU, surgiram jornais, imprensa feminista etc., e, desde então, as mulheres têm participado de muitas lutas, as quais, às vezes, não são feministas no sentido estreito, mas que são mais amplamente movimentos sociais, por exemplo, de luta para melhores habitações, creches, ruas iluminadas, toda uma série de movimentos sociais, de moradia, de melhores condições de vida. São lutas mais amplas do que propriamente feministas, mas em que as mulheres têm tido um papel bastante importante.

IHU On-Line – A senhora pesquisa há algum tempo a realidade das mulheres e o mundo do trabalho no Japão, França e Brasil. Qual é o principal desafio comum a esses países e qual as principais diferenças?

Helena Hirata – O problema e o desafio comum é que continua a haver desigualdades muito importantes entre homens e mulheres, tanto no trabalho profissional e no doméstico, no interior da família, quanto nas relações de poder, isto é, nos diferentes parlamentos, senados, assembleias etc. O poder está muito mal dividido. Os homens são detentores de poder, tanto nos senados e parlamentos quanto nos sindicatos, nas universidades... Os melhores postos, os que têm mais poder, são ocupados por homens. Quanto ao trabalho doméstico, são as mulheres que o realizam, de forma gratuita, o que permite aos homens se dedicarem mais à carreira, à formação, à melhor instrução. O desafio, nesses três países, é enfrentar essa desigualdade entre homens e mulheres e tentar instaurar e lutar por uma igualdade.

No Japão, há muita dificuldade para as mulheres repartirem o trabalho doméstico com os homens. Também há muita diferença no investimento nas fábricas, nas empresas industriais. As mulheres não conseguem ascender ao grau de executivas, por exemplo, de nível superior. Elas são sempre operárias, são sempre trabalhadoras de tempo parcial, muito mal pagas. Na França e no Brasil, há um número restrito, mas já significativo, de mulheres que têm uma posição de executivas, ou que exercem profissões de nível superior. O Japão tem um nível maior de opressão sobre as mulheres. Quando comparamos o número maior de horas de trabalho doméstico, vemos que, na França, uma mulher casada, com filhos pequenos, tra-

balha em casa, em trabalho doméstico, quatro horas e meia, e os homens, duas horas e meia, enquanto no Japão elas trabalham mais ou menos quatro horas e meia, e eles trabalham apenas meia hora por dia.

No Brasil, não existem estatísticas sobre o tempo de trabalho doméstico. Mas há uma diferença muito grande em relação à França e ao Japão, que é a presença das empregadas domésticas e das diaristas, cujo número é muito restrito para pessoas de muitos recursos, na França e no Japão, onde, em geral, não há tantas empregadas domésticas e diaristas como no Brasil. Isso significa que as mulheres podem dedicar mais tempo ao trabalho profissional. As mulheres que não têm possibilidade de terem diaristas ou empregadas domésticas precisam trabalhar muito em casa e fora de casa. Há, ainda, o problema de ausência de creches. Embora o número tenha aumentado um pouco, ainda é nitidamente insuficiente em relação ao número de crianças que precisam de creche, de escolas maternais etc., o que torna a situação bastante difícil. No Brasil, as empregadas domésticas constituem mais ou menos 20% da população trabalhadora feminina.

IHU On-Line – Um comentário do seu livro *Nova divisão sexual do trabalho diz que de sua pesquisa resulta uma reconceitualização do trabalho em sua subjetividade ao mesmo tempo sexuada e de classe. Poderia explicar um pouco mais essa reconceitualização?*

Helena Hirata – A reconceitualização do conceito de trabalho é que, em geral, os economistas, os sociólogos, consideram unicamente o trabalho assalariado como o trabalho profissional. Temos que estender e ampliar o conceito de trabalho bem para além do trabalho profissional e assalariado, porque o trabalho doméstico também é um trabalho, tão nobre e criador de riqueza quanto o trabalho profissional, com a única diferença que ele não é pago, mas efetuado gratuitamente pelas mulheres, por amor pelo marido, pelo companheiro, pelos filhos etc. O trabalho informal que existe no Brasil em maior quantidade que o trabalho formal também é um trabalho, tão digno e produtor de riquezas quanto o trabalho formal. A reconcei-

tualização é incluir todas as formas de trabalho que estão fora do circuito mercantil, mas que são atividades produtoras de riquezas, de toda uma série de bens que são extremamente necessários para os homens e para as mulheres.

IHU On-Line – Há autores que assinalam como caminhos para sair da crise no mundo do trabalho atual a redução da jornada ou a separação de trabalho e renda. O que a senhora acha disso?

Helena Hirata – Se for possível diminuir a jornada de trabalho e repartir o tempo que é ganho para outros trabalhadores desempregados, isso seria certamente um bom caminho. As dificuldades que temos visto aqui na França é que a diminuição da jornada que houve por lei, de cima para baixo, que chamamos de Lei Aubry, em alusão à Ministra do Emprego, do governo de esquerda que precedeu o governo atual de Jacques Chirac, não criou tantos empregos novos, porque, muitas vezes, o tipo de emprego oferecido não corresponde necessariamente com o tipo de mão-de-obra que se oferece para esses empregos. Às vezes, existe esse problema de adequação. A questão da renda, de que todo mundo tem direito a trabalho e à renda, continua sendo um objetivo e uma idéia importante, porque, hoje em dia, com a crise do emprego e do trabalho, com a crise econômica que tem redundado numa diminuição muito grande de salários e desigualdade maior entre ricos e pobres, se não se propõem soluções políticas de criação voluntarista de mais empregos e de direitos sociais sobretudo, de direitos sociais fundamentais, a situação evidentemente se torna, inclusive na França, cada vez mais intolerável.

IHU On-Line – Essa idéia de separação de trabalho e renda é uma utopia?

Helena Hirata – Não é uma utopia, mas temos que ver em que contexto é proposta essa separação entre renda e trabalho. Muitas vezes, isso pode ser considerado como uma ótica assistencialista pelos próprios beneficiários. É importante que as pessoas não se sintam como assistidos, como recebendo uma esmola, ou uma renda que não corresponde ao que a pessoa mesmo deseja-

ria fazer para ter o direito a essa renda, a esse trabalho. É importante que o trabalho seja considerado do ponto de vista do seu sentido. O que o homem e a mulher sentem pelo fato de trabalharem, o sentido que isso dá para a vida deles, é uma coisa importante. Outorgar uma renda não vai substituir esse sentido do trabalho.

IHU On-Line – Muitas empresas atualmente estão passando por situações de terceirização e redução de mão-de-obra. Isso cria um ambiente de muito medo e insegurança nos trabalhadores. Como especialmente isso é vivido pela mulher?

Helena Hirata – Para a mulher, a situação é bem pior do que para o homem, porque o homem acha que ele tem direito ao trabalho e para as mulheres o direito ao trabalho é sempre um ponto de interrogação. As mulheres não se sentem legitimadas com o fato de trabalharem, porque existe uma ideologia dominante de que elas têm um trabalho complementar ao dos homens, ou que lhes cabe, principalmente cuidar da família, das crianças, ou seja, trabalhar é algo secundário. Elas têm dificuldade de sentir a legitimidade do seu trabalho. Quando vêem uma fila de desempregados, ou quando estão numa empresa terceirizada, com mão-de-obra terceirizada, sua insegurança é ainda maior que a dos homens, que já é muito grande. A experiência de terceirização tem aumentado enormemente junto com a questão da flexibilidade. Porque a flexibilidade do emprego, do tempo de trabalho, tem se acentuado bastante, e graças à terceirização, ao tempo parcial, houve essa possibilidade de as empresas conseguirem explorar a força de trabalho.

IHU On-Line – Na França e no Japão, isso se dá da mesma maneira?

Helena Hirata – No caso da terceirização, ela é muito mais desenvolvida em países como o Japão, que empregam pouquíssimas pessoas em trabalho regular, porque ele custa caro, é pouco flexível. O número de trabalhadores terceirizados é bem mais importante, sobretudo depois da crise, isto é, nos últimos cinco anos. A conciliação que as mulheres devem fazer entre vida profissional e

vida familiar é bastante mais complicada, porque elas contam realmente com pouquíssima possibilidade de creches, de escolas, de maternais, muito menos do que no Brasil ou na França. Isso torna realmente bem mais vulnerável a situação das mulheres japonesas. Uma situação comum a todas as mulheres dos três países é essa terceirização da economia. É o fato de que houve um aumento importante do setor de serviços nos três países, e esse setor de serviços, que é o comércio, os serviços pessoais etc., tem absorvido muito a mão-de-obra feminina. Inclusive, em setores que tornam a conciliação de uma certa forma mais simples, como o esquema do teletrabalho, do trabalho a domicílio, com terminal de computador, mais artesanal. Quando eu estive no Rio Grande do Sul, a fim de fazer pesquisas em setores como a indústria de vidro, eu vi que há muito trabalho a domicílio, por exemplo, para a indústria de calçados, que é feito pela família em casa. Esse tipo de trabalho a domicílio e a indústria de serviços de maneira geral é um traço comum aos três países e é provocado por todas essas similitudes, convergências que provêm do movimento de globalização econômica e financeira, que aproxima a situação de países muito diferentes.

IHU On-Line – Haveria, então, uma flexibilização mais a serviço da pessoa humana, e uma outra que é mais exploradora?

Helena Hirata – Poderia haver uma flexibilidade mais estruturadora, mais enriquecedora para as próprias pessoas, mas, nesse caso, são elas que deveriam propor formas de flexibilidade que consideram úteis e positivas. O problema é que o tempo parcial que permite conciliar melhor a atividade familiar e a atividade profissional nem sempre é uma flexibilidade escolhida pelas pessoas. Muitas vezes, ela é imposta pelas empresas. Aqui na França, todo o comércio, os supermercados, os grandes departamentos, como a Galeria Lafayette, só empregam vendedoras em tempo parcial, a metade do tempo integral, que é hoje de 39 horas por semana. Elas não querem trabalhar a metade do tempo, porque o salário não é suficiente para poder pagar um aluguel, telefone, gás, luz etc. São formas de flexibilidade impostas pelas empresas.

IHU On-Line – Como a senhora vê os altos índices de desemprego, no Brasil, uma vez que as expectativas para esse governo eram bem diferentes?

Helena Hirata – Eu não sei o que tem sido dito pelo governo em termos de resolução do problema do desemprego, se o governo considera que ele será resolvido num segundo momento ou mais tarde. O problema do desemprego no Brasil é muito grave. Houve um desemprego estrutural muito importante. Não é que, de repente, surgiu uma grande taxa de desemprego que tem se agravado, mas a situação de falta de emprego pelo tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil foi um dado mais ou menos estrutural. Os projetos de políticas industriais setoriais têm sido elaborados no sentido de considerar a questão da criação de emprego. A eficácia das medidas desse tipo são relativamente limitadas e as políticas diretamente sociais, ou de criação de empregos, aparentemente não têm sido priorizadas no governo atual, o que se lamenta.

IHU On-Line – Isso mostra o lugar que se dá ao trabalho numa sociedade? Que lugar deveria ser dado?

Helena Hirata – O trabalho é absolutamente central na sociedade, mesmo para os desempregados, porque estão à procura de trabalho. Para as mulheres, mesmo as que estão em casa, que não trabalham fora etc., o trabalho faz parte de todos os momentos da vida delas, porque todo trabalho doméstico é como outro tipo de trabalho. Existe uma importância estruturadora da personalidade das pessoas pelo trabalho. É realmente algo extremamente central para a sociedade, para as empresas, em relação à construção social, à educação, a todos os pontos de vista. Parece-me que há uma centralidade do trabalho tanto na vida social quanto para a construção da subjetividade das pessoas. Inclusive, problemas sociais, como a fome, se resolveriam com propostas de trabalho.

IHU On-Line – Como implementar uma nova organização sexual do trabalho e, portanto, uma mudança na esfera doméstica e na divisão tanto do saber quanto do poder entre os sexos?

Helena Hirata – Realmente, os homens têm um lugar privilegiado na sociedade, tanto nas empresas, nas organizações, quanto no interior das casas, das famílias etc. Os homens, mesmo os mais bem intencionados, os nossos próprios maridos, companheiros etc., não vão deixar de lado seus privilégios, se não houver uma correlação de forças. É necessário o estabelecimento de uma correlação de forças, para que eles abandonem uma parte de seus privilégios e consintam viver de uma forma igualitária com as mulheres e com menos privilégios. Isso não virá sem luta, sem mobilização, sem movimento feminista.

IHU On-Line – Quais são os problemas que mais se ocultam no mundo do trabalho feminino?

Helena Hirata – A questão do assédio sexual, por exemplo, é muito forte. Ao mesmo tempo, num mesmo lugar, pode haver tanto exploração econômica quanto opressão sexual. Em geral, o assédio sexual, moral, é exercido por chefes contra as mulheres no universo profissional, o que é muito grave, porque provoca traumatismos importantes do ponto de vista psicológico e até leva mulheres ao suicídio, à depressão. Isso é muito mais comum do que imaginamos, só que, em geral, fica oculto, porque as mulheres, em vez de denunciarem, se culpam, quando, na realidade, são vítimas. Esse problema pode se encontrar em todos os tipos de trabalhos em que mulheres estejam sob a hierarquia de homens. Não acontece com as mulheres diretoras ou presidentes de empresas, mas é um número ínfimo de mulheres que ocupam posições desse nível na sociedade brasileira e mesmo nas outras, como a francesa e japonesa.

IHU On-Line – O que está pesquisando atualmente?

Helena Hirata – Atualmente, estou pesquisando o desemprego nos três países, com equipes no Brasil, na França e no Japão. Os tipos de desempregados, os casos dos jovens que buscam seu primeiro emprego, o caso das mulheres que tiveram crianças pequenas e deixaram de trabalhar e depois voltaram ao mercado de trabalho, quando os filhos cresceram. Pesquisamos operários industriais que foram mandados embora por causa da

crise. Tentamos pesquisar a representação que essas pessoas fazem do desemprego, como elas o vivem e quais são as instituições que ajudam ou que são solidárias. Nesse momento, no caso do Brasil, identificamos que a Igreja é um sustentáculo. Ela apóia e respalda as pessoas em crise por falta de empregos. Há também escassos programas governamentais, mas que dão pouco respaldo material. E, fundamentalmente, a família, no Brasil, se mostra como a maior rede de solidariedade.

IHU On-Line – Uma mensagem para o Dia Internacional da Mulher.

Helena Hirata – Hoje em dia, graças ao avanço do nível de educação, as mulheres são mais escolarizadas e mais diplomadas do que os homens em todos os níveis. Esse nível de qualificação não corresponde ao tipo de emprego, de salários ao

que elas deveriam ter direito. Há um abismo muito grande entre a formação, cada vez maior, das mulheres em todo o mundo, inclusive no Brasil, e a falta de oportunidades em termos de empregos qualificados, valorizados socialmente, bem pagos etc. Acho que é fundamental uma reflexão das mulheres mais qualificadas, que leve em conta as diferenças entre homens e mulheres, de classe social e de etnias, porque, no Brasil, por exemplo, as mulheres brancas ganham mais do que os homens negros, então a reflexão tem que levar em conta a questão de gênero e também de raça. Todas as condições históricas e sociais começaram a existir um dia e podem deixar de existir, se houver uma reflexão e uma construção de estratégias contra esse estado de coisas. A igualdade pode ser uma utopia em direção à qual devemos nos dirigir.

Violência de gênero

Entrevista com José Fernando Dresh Kronbauer

*José Fernando Dresh Kronbauer é graduado em Comércio Exterior pela Unisinos e especialista em dois cursos pela Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro. O primeiro foi em Saúde Pública e o segundo, em Administração e Planejamento Hospitalar. Ele concluiu o mestrado em Saúde Coletiva na Unisinos. Além de professor, é administrador sanitário na Secretaria Estadual de Saúde. O professor José Fernando concedeu entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, em 30 de agosto de 2004.*

IHU On-Line – O que abrange o conceito de violência de gênero e que área particularmente o senhor pesquisa?

José Fernando Kronbauer – Violência de gênero é qualquer ato ou a sua intenção em que se possa identificar o poder, a força, a arbitrariedade ou o ato violento, propriamente dito, perpetrado contra a mulher. Inclui, por exemplo, a predileção por filho do sexo masculino e o direito a voto. Além disso, a maioria dos nomes das ruas prestam homenagens a homens por suas bravuras, a ciência é praticamente masculina e o prêmio Nobel também é masculino. Igualmente, devemos levar em consideração casos de estupro, sexo violento, prostituição, agressões físicas e psíquicas, assassinatos, cerceamento, cárcere etc. Há mais o que se falar... Em relação à área de pesquisa, estou concentrado na saúde coletiva, no intuito de subsidiar ações com vistas ao enfrentamento a este evento, por tratar-se de um problema de grande abrangência e magnitude.

IHU On-Line – Que diagnóstico o senhor poderia fazer da violência de gênero nos últi-

mos anos, no Brasil? Que elementos têm agravado esses problemas?

José Fernando Kronbauer – Praticamente muito pouco ou nada se faz neste país. Concordo que há prioridades maiores (fome, desnutrição, Aids), mas este é um evento tão ancestral quanto a própria humanidade e, no caso brasileiro, talvez por nossas heranças colonialistas e pelas culturas dos povos autóctones, sempre foi um direito masculino o de oprimir e uma condição feminina de ser oprimida – questões até então olhadas pelo crivo do patriarcado (o que mantinha este status). Porém, a partir do feminismo, passa-se a encarar tal questão pela visão do gênero, levando a mulher a rever sua situação e sua interface com a vida. Em relação à questão anterior, esqueci de mencionar as diferenças salariais entre homens e mulheres, mas aproveito agora: as características socioeconômicas, demográficas e de sexualidade, reprodutividade e de conjugalidade (e a minha pesquisa induz a isso) certamente agravam, predizem e agudizam esse problema.

IHU On-Line – De que forma as instituições poderiam contribuir melhor para apontar soluções? Que instituições públicas, especificamente, deveriam estar mais comprometidas? Que políticas públicas são necessárias formular ou reformular?

José Fernando Kronbauer – As soluções devem vir de todos e de todas, da sociedade conscientemente organizada. Talvez devesse começar pelas três esferas de governo – intersetorialmente estruturadas (saúde, educação, segurança, ministério público, justiça, trabalho, direitos humanos) –, produzindo, inicialmente, protocolos e rotinas

para o enfrentamento, bem entendida a necessidade de estudos e pesquisas prévios para tal embasamento. Sugiro, ainda, em caráter emergencial, a capacitação dos profissionais daqueles setores acima descritos para o efetivo manejo desta “chaga”.

IHU On-Line – Como acontece essa violência no mundo do trabalho?

José Fernando Kronbauer – Ela se mostra no que diz respeito ao poder, à arbitrariedade e à força, implícitos nas relações de trabalho, não esquecendo a violência e, tampouco, estes atos nas relações familiares e conjugais. Os cargos chaves são dos homens; os cargos políticos são dos homens. Nos ensinos fundamental e médio, há mais professoras. No nível superior, a maioria dos professores são homens. As mulheres preferem ginecologistas homens, e por aí vai...

IHU On-Line – Como a Universidade poderia conscientizar e colaborar mais na solução dos problemas de violência de gênero?

José Fernando Kronbauer – Produzindo conhecimento, promovendo pesquisa e ensino nesta área, subsidiando aqueles setores já mencionados e a própria comunidade de sua área de abrangência a enfrentar este evento.

IHU On-Line – Como a mídia, em geral, aborda a questão da violência de gênero?

José Fernando Kronbauer – Desculpem a franqueza, mas a mídia aborda esta questão de forma vergonhosa, como, por exemplo, o uso da mulher para vender cigarros, pacotes de turismo e carros, que surge da cabeça do criador da campanha (certamente masculina). Identifico muitos municípios litorâneos, cuja logomarca tem um corpo feminino; é motivo de estardalhaço nos jornais quando uma mulher se destaca na medicina, por exemplo; nenhum clube brasileiro tem um time de futebol feminino, porém elas foram competir nas Olimpíadas de Atenas em detrimento da seleção masculina que nem classificada foi; a grande atração do maior prêmio do cinema norte-americano é o de melhor ator (e deixado por último na cerimônia de entrega) e, assim, poderíamos analisar todas as interfaces das relações estruturais e interpessoais nas sociedades.

IHU On-Line – Algum outro aspecto que de-seje acrescentar e não foi perguntado.

José Fernando Kronbauer – Gostaria de salientar a importância da socialização das informações e conhecimentos sobre este assunto para que todas as pessoas conheçam a gênese e a etiologia desta “doença”, para, então, enfrentá-la, e que homens e mulheres possam desfrutar de tudo e do melhor nesta vida.

Movimentos feministas e filosofia

Entrevista com Celia Amorós

*Filósofa e teórica do feminismo, Celia Amorós é doutora em Filosofia e catedrática de Filosofia da Universidade Complutense de Madri. Até 1993, dirigiu o Instituto de Investigações Feministas. É autora do livro **Hacia una crítica de la razón patriarcal** (Barcelona: Anthropos, 1991) e de **Dez palabras clave sobre mujer** (Navarra: Eud, 1998), entre outros. Na entrevista concedida por Célia à **IHU On-Line**, 10 de novembro de 2003, ela apresenta um novo enfoque da filosofia sob a perspectiva de gênero, colocando em evidência seus traços androcêntricos e reivindicando uma revisão crítica da mesma por parte das mulheres.*

IHU On-Line – Quais foram as transformações mais significativas dos movimentos feministas nas últimas décadas?

Celia Amorós – É uma pergunta muito ampla, e somente posso dar alguns elementos de resposta. O movimento feminista que, em escala internacional teve uma grande importância, e segue sendo, em boa medida, nosso referente, é o que teve lugar na década de 1970. Sua grande ressignificação lingüística foi “o pessoal e político”. Trata-se de um uso lingüístico inovador, impactante e que, a princípio, soa como errôneo. Permite, entretanto, uma insólita ampliação da esfera da política convencional e o estudo sistemático do que antes aparecia como um enclave de naturalização no mundo do Contrato Social (o amor, a família...). O conceito do patriarcado como dominação masculina, que opera de forma sistêmica, foi possível a partir desta ressignificação lingüística com efeitos de “liberação cognitiva”, como dizem os teóricos dos movimentos sociais. A pressão deste movimento fez com que as instituições, cada vez em maior medida, aceitassem o que se chamou a

“perspectiva de gênero”, incorporada às políticas públicas. Na atualidade, terá que procurar novas fórmulas de aliança entre o movimento feminista e os movimentos antiglobalização. Esperemos que estas alianças não sejam as alianças ruins que teve o movimento feminista em outras fases de sua história: a experiência das sufragistas com o movimento abolicionista, o que se chamou o “desventurado matrimônio”, entre o marxismo e o feminismo ou a *liaison dangereuse* entre feminismo e pós-modernidade. Há todo um novo campo por teorizar e por experimentar.

IHU On-Line – Qual é a contribuição específica da mulher à filosofia?

Celia Amorós – Em primeiro lugar, não sei o que seja a “a mulher”. “A mulher” é uma heterodesignação patriarcal. Diz-se, por exemplo, nos títulos de um periódico: “A mulher entra no corpo de bombeiros”: quer dizer, entraram 3 ou 4 mulheres. Em troca, estes mesmos títulos nunca afirmam “A mulher é maltratada ou assassinada”. Assim sendo, ao menos na Espanha, este ano, contabilizamos mais vítimas da violência de gênero do que da violência do grupo terrorista ETA. Justamente, há muitos discursos filosóficos sobre “a mulher”: misóginos, patriarcais, sexistas ou androcêntricos, segundo as distintas modalidades das heterodesignações patriarcais. Preferimos, pois, falar de mulheres no plural, ou de feministas. A filosofia pretendeu dar forma teórica aos diversos modos como historicamente a espécie humana tomou consciência de si mesma. Como o censo a partir do qual se puderam levar a cabo estes processos reflexivos estava enviesado e incompleto, o discurso filosófico tradicional está cheio de fraudes. O feminismo filosófico trata de levar a cabo uma

crítica sistemática destas fraudes e das distorções teóricas que levam consigo. Por outra parte, pretende elaborar uma reconstrução das colocações históricas, de acordo com um universalismo que, como o diz Seyla Benhabib, não seja substitutivo, e sim interativo, no qual participem, verdadeiramente, todos os sujeitos sociais, culturais e políticos.

IHU On-Line – O que a filosofia tem para contribuir na crise civilizacional pela qual estamos passando?

Celia Amorós – Partirei da concepção da filosofia da feminista francesa Michèle Le Doeuff: a filosofia consiste em “pôr o mundo como tese de outro”. A filosofia, deste modo, é acima de tudo polémica. Os grandes filósofos não polemizam diretamente com o mundo como tal – isto é o que fazem os dementes –, mas, sim, com a irritante situação do mundo feita discurso e teoria pelo Outro. Marx, em *O capital*, não teoriza o funcionamento real do capitalismo como sistema depredador, e sim como mediação de sua implacável crítica da economia política, que racionalizava e legitimava este mundo (Adam Smith etc.) Assim, *O capital* leva o significativo subtítulo “Crítica da economia política”. A filosofia contemporânea não tem como seu referente polémico a nua realidade do novo modelo de desenvolvimento capitalista e seus efeitos devastadores, mas sim as múltiplas formas em que esta realidade se teoriza como inevitável, como a única possível. A filosofia, pois, quer colaborar

para que outro mundo seja possível, para que a categoria de possibilidade seja acreditável de novo, expondo uma polémica apaixonada por certas realidades contemporâneas transmutadas no único pensamento possível a respeito das mesmas.

IHU On-Line – Que aspectos destacará em sua conferência “movimentos feministas e ressignificações lingüísticas” durante o II Simpósio Internacional as Mulheres e a Filosofia?

Celia Amorós – Tratarei dos movimentos sociais como criadores de novas linguagens que dão forma a uma nova interpretação da realidade. Para mover a ação coletiva, é essencial que estes movimentos, mediante sua redefinição das normas e legitimações que aparecem em uma sociedade como o óbvio, gerem novos registros e novas formas de sensibilidade social. Ilustrarei esta função dos movimentos sociais como “laboratórios culturais” e criadores de conhecimento, mediante a análise da linguagem feminista das mulheres na Revolução Francesa. Contrastarei este fenômeno, que dá lugar a uma ampliação e uma radicalização dos significados da Revolução Burguesa postos em jogo, com a linguagem dos estóicos. A ressignificação por parte destes filósofos sapienciais das categorias sociojurídicas da *polis* gregas em termos puramente éticos – eticistas – tem como resultado uma mistificação dos referentes mesmos destas categorias.

“Ousar pensar sem apagar a força do enigma”

Entrevista com Jeanne Marie Gagnebin

Jeanne Marie Gagnebin é doutora e pós-doutora em Filosofia e professora na Unicamp e na PUCSP. É autora de **Walter Benjamin: Os cacos da História** (São Paulo: Brasiliense, 1982). A **IHU On-Line** conversou com a professora Jeanne Marie, em 11 de novembro de 2003, sobre a filosofia e as mulheres.

IHU On-Line – Por que é necessária a reflexão sobre as mulheres e a filosofia?

Jeanne Marie Gagnebin – Uma das características de nossa época consiste, sem dúvida, na emergência das mulheres como atores (atrizes?) sociais explícitos que reivindicam seus interesses e suas maneiras de ver o mundo (sempre foram atores, mas muito mais implícitos). As disciplinas científicas, em particular nas ciências humanas, não escapam dos questionamentos oriundos de tal emergência. Assim, a filosofia (mas também a história, a antropologia etc.) é interrogada naquilo que ela diz e naquilo que cala a respeito das mulheres e do feminino. O fato de a maior parte dos “grandes filósofos” terem sido homens não é uma exceção (ver cientistas, músicos etc. etc.) e remete, em primeiro lugar, à partilha social tradicional que dá aos homens, por causa do seu sexo, mais chances de formação e educação, isto é, mais chances (quase todas!) de tomar a palavra e o poder. Isso não remete nem a uma pretensa natureza feminina inferior nem a uma pretensa natureza masculina mais capaz ou mais cruel (não precisamos, portanto, fazer dos homens como seres sexuais masculinos nossos principais inimigos).

IHU On-Line – Qual é o aporte específico da filosofia à contemporaneidade?

Jeanne Marie Gagnebin – A questão é complicada, porque a filosofia, geralmente, definiu-se como um saber aistórico, no sentido preciso de que somente seguia os ditames da razão. A constituição histórica da própria razão como tal, histórica porque ligada a sua constituição lingüística e a seus pressupostos ideológicos, caracteriza toda a filosofia moderna a partir de Hegel, e, de maneira mais aguda ainda, a partir de Marx e de Nietzsche; questionamento que se torna mais premente com Freud e as transformações da definição clássica do sujeito. Assim, os aspectos históricos de desconhecimento e de ignorância, em relação às mulheres, mesmo de misoginia, são hoje, apontados nos textos filosóficos, e isso também acontece, naturalmente, com mais frequência desde que mais mulheres conquistaram também o reino do pensamento filosófico, refletindo sobre sua história, seus pressupostos, seu ensino.

IHU On-Line – Como os grandes filósofos conceberam as mulheres ao longo da história?

Jeanne Marie Gagnebin – Parece-me muito importante distinguir duas questões: em primeiro lugar, o que dizem os filósofos das mulheres (ou, até pior, porque isso naturaliza e substancializa a questão da mulher), muitas vezes, revelando com tranquilidade um “machismo” confiante; em segundo lugar, como o pensamento filosófico trata, na maior parte das vezes, de maneira implícita, poderíamos até dizer inconsciente, do problema maior da divisão em dois sexos da humanidade, um problema que a filosofia geralmente não tematiza – *et pour cause*. Explícito com o exemplo de Platão, que fala das mulheres de maneira contraditória: ele lhes concede os mesmos direitos

que aos homens na cidade ideal da República (o que contraria totalmente a educação vigente do seu tempo) e as menospreza profundamente, como se não fossem seres de *logos*, quando as descreve como fracas, choronas, emotivas, influenciáveis, enfim umas chatas. Agora, me parece muito mais interessante perceber como há, na filosofia de Platão, como que uma presença muito forte do enigma da divisão sexual, em particular da “produção feminina”: a atividade do pensamento filosófico sendo definida, metaforicamente, como atividade de geração e parto, por exemplo, em *O banquete*. Comparar as dificuldades do pensar às dificuldades da gravidez e do parto é, aliás, uma metáfora mestra da filosofia até Nietzsche. Como se o pensamento filosófico, que não reflete sobre sua determinação, não só pela história, mas também pelas formas vigentes de divisão sexual, quisesse assumir uma pseudo-universalidade humana, acima do masculino e do feminino, na prática integrando (e reduzindo sua diferença) a produção feminina mais específica (gravidez e parto) dentro da atividade masculina posta como universal (a produção do pensamento). Pessoalmente, acho muito mais instigante refletir sobre essas formas de aparição do enigma feminino/masculino no pensamento filosófico do que denunciar o machismo de tantos filósofos.

IHU On-Line – Qual seria o grande perigo na leitura feminista da história da filosofia?

Jeanne Marie Gagnebin – O grande perigo da crítica feminista me parece a tentação de recair em

reivindicações que repousam sobre determinações essencialistas, naturalizando um “ser mulher” (vítima ou portador de uma paz utópica) em oposição a um “ser homem” (opressor em si). Porque em nossa cultura – na filosofia em particular – existem domínios ditos tipicamente femininos como emoção, corporalidade, passividade, natureza? Esboço de resposta: não porque são características ditas naturais ou essenciais da(s) mulher(es), mas muito mais porque a elas foram atribuídas numa organização social baseada na eficácia e na técnica, no domínio e na dominação sobre, justamente, as emoções, os corpos, a natureza – e as mulheres (e os velhos, as crianças, os loucos, todos aqueles que não produzem – hoje – segundo os ditames do capital). Que homens foram, quase sempre, os porta-vozes de tal organização, os responsáveis dessa escolha, sem dúvida; mas outros homens também dela foram vítimas, como algumas mulheres dela se aproveitaram. Hoje, no pensamento filosófico contemporâneo, muitos/as pensadores/as tentam esboçar uma nova reflexão sobre essas dicotomias do pensamento que, tantas vezes, são associadas à dicotomia primordial que marca o gênero humano em seres de sexo feminino e seres de sexo masculino; uma dicotomia, repito, que a filosofia clássica não pensou, talvez, possamos dizer, preferiu recalcar, e que não se trata de “resolver”, mas, muito mais, de respeitar como enigma que nos interroga (o outro grande enigma sendo a morte). Ousar pensar sem querer apagar a força desse enigma, eis uma tarefa filosófica e feminista também!

A pobreza na América tem rosto feminino e negro

Entrevista com Maricel Mena-López

*Maricel Mena-López é teóloga católica, doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, na área de Bíblia, Antigo Testamento. Nessa universidade, também fez seu mestrado em Novo Testamento. Sua tese doutoral traz o título Raízes afro-asiáticas nas origens do povo de Israel: uma proposta de reconstrução histórico-feminista. Publicou artigos na área de teologia negra e feminista e prestou assessoria nesta área em vários países da América Latina. Trabalha com organizações negras e feministas. Atualmente, é professora de Antigo Testamento na Escola Superior de Teologia em São Leopoldo. É também pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio Grande do Sul – FAPERGS. Maricel concedeu entrevista à **IHU On-Line** em 8 de março de 2004.*

IHU On-Line – Quais são os principais desafios que se apresentam às mulheres negras na América Latina hoje?

Maricel Mena-López – Acho que a periódica e crescente reivindicação dos direitos das populações negras dos movimentos de consciência negra na América Latina e no Caribe tiveram um grande impacto. No Brasil, especialmente na última década. Estes movimentos, além de denunciarem qualquer tipo de discriminação e xenofobia cometida contra cidadãs e cidadãos negros, têm desmascarado todo um sistema de exclusão, marginalização e pobreza contra as comunidades de afrodescendentes. Nesse processo, as mulheres negras desvelaram todo um sistema macabro, caracterizado por uma crescente “feminização da pobreza”. Elas descobriram que a pobreza na América Latina e no Caribe, além de ter rosto feminino, tem rosto negro, quer dizer, rosto de mulher pobre

e negra. Essa constatação levou não somente ao fortalecimento de grupos de consciência negra e feminista, como também ao incremento deste debate nas academias e inclusive dentro da vida política. Neste panorama, acredito que entre os principais desafios propostos pelas mulheres está o “desencobrimto” de ideologias machistas e sexistas no interior da cultura, especialmente no interior daquelas de origem africana, pois, de fato, os movimentos de homens negros, ao longo do continente, não se perguntaram pela naturalização de assimetrias sociais impostas pela cultura com raízes na saudosa “África profunda”. Somente com a parceria e a consciência de nossos companheiros, o sonho por uma cidadania digna para as mulheres negras será possível.

Outros desafios que considero pertinentes são: reivindicar o direito a um salário digno, visto que, segundo dados do IBGE, ainda continuamos sendo as que menos ganhamos pela nossa mão-de-obra; analisar e discutir a nossa participação histórica nas lutas populares, a fim de criar maior consciência política especialmente com as nossas jovens cidadãs; verificar e reivindicar o nosso direito às cotas estipuladas pelo governo federal; continuar fazendo história, já que a maioria das mulheres que estão ocupando postos e ganhando títulos nas faculdades são pioneiras. Portanto, a nossa responsabilidade maior é continuar abrindo caminho para as nossas futuras descendências e promover encontros de reflexão, valorizando o aporte das mulheres no âmbito popular como “acadêmico”. Ciente de que estes são somente alguns dos desafios, o nosso compromisso é continuar participando dos diversos processos organizativos em prol de uma vida justa para todas as mulheres. Queremos continuar trabalhando pela erradicação de

qualquer forma de discriminação, inclusive exigindo as devidas reparações dos Estados, às quais temos direito como consequência da escravidão e suas seqüelas.

IHU On-Line – Como é pensada e compreendida a divindade e a religiosidade da mulher negra?

Maricel Mena-López – A nossa experiência mística vai além daquela apresentada pela oficialidade, transcendendo os limites do estipulado pelas religiões oficiais. Buscamos, antes de tudo, um relacionamento com a divindade muito mais humano, quer dizer, além dos fundamentalismos de nossas tradições. Acreditamos no divino como fonte de vida e vontade. E, nesse processo, o nosso corpo se apresenta como espaço sagrado onde acontece a revelação do divino. Em contraposição a uma religião oficial e a uma sociedade que demarcou nosso corpo, vendo-o como “a cor do pecado”, como ainda é chamado na telenovela da Globo, isto é, espaço da tentação e do pecado.

IHU On-Line – Quais seriam os elementos fundamentais para fazer uma Hermenêutica Negra Feminista de Libertação?

Maricel Mena-López – Considero que o primeiro elemento a ter em conta é a identificação e o reconhecimento da urgência de uma hermenêutica comprometida com a vida das mulheres negras. Reconhecer também que, no processo histórico de reivindicação da voz teológica das mulheres, as vozes das mulheres brancas não recolheram a polifonia de vozes e rostos indo-afro-americanos. Este, certamente, é um passo importante para um diálogo sadio com as demais teologias de libertação. Para uma hermenêutica negra feminista de libertação, é importante partir do lugar de dor de exclusão e marginalização das mulheres, mas também é importante a valoração de sua resistência e de seu aporte teológico da sua cotidianidade. Somente assim poderemos desmascarar os mecanismos sutis de marginalização implícitos na linguagem bíblico-teológica que promovem assimetrias sociais até os dias de hoje.

IHU On-Line – Como acontece na teoria e na prática o diálogo entre as religiões afros e as cristãs?

Maricel Mena-López – Na vida cotidiana das comunidades afro-brasileiras, não há uma preocupação com a questão do diálogo inter-religioso, pois mais do que diálogo ele se apresenta como uma comunhão irmanada. Na verdade, não temos problemas na aceitação de Jesus Cristo como salvador, assim como também podemos assumir Oxum como criador e a Maria ou Iemanjá também como salvadoras. É por isso que as comunidades negras estão desafiando hoje as práticas hegemônicas e centralizadoras das nossas igrejas e nos desafiam a um diálogo descentralizado nas comunidades eclesiais e a uma reflexão sobre o cristianismo que pregamos.

A pluralidade cultural e religiosa traz problemas para a igreja, instituição que acredita que somente ela salva e vê as outras práticas religiosas não cristãs como demoníacas. Mas vale a pena apontar para os desafios, pois eles transcendem as barreiras hegemônicas da tradição bíblico-teológica e apontam para o fim dos preconceitos, racismos, sexismos e anti-semitismos que estão camuflados nas religiões oficiais. A teologia do pluralismo reconhece que vivemos em sociedades perpassadas por relações interculturais e que essa interculturalidade deve ser marcada por novas relações que respeitem o direito de ser e de sentir. Assim, vemos que a teologia oficial é chamada a rever os seus conceitos e pressupostos. Creio que o desafio colocado pelas mulheres nas comunidades afros para o debate do diálogo inter-religioso está no fato de que, nessas comunidades, as mulheres são mediadoras do sagrado, isto é, têm poder, têm visibilidade. O corpo da mulher é sagrado; seus ciclos de fertilidade são sagrados. Creio que o desafio está na reivindicação de espaços sagrados para as mulheres. Nossa crítica principal ao cristianismo está relacionada à culpabilização das mulheres como tentadoras e fonte de pecado.

IHU On-Line – Quais são as releituras bíblicas que mais destacaria na perspectiva do lugar da mulher negra na Bíblia?

Maricel Mena-López – Na verdade, são muitos textos que acompanham a nossa caminhada, mas, por limitação, vou nomear somente alguns. A história da escrava egípcia Agar (Gn 16), de Séfora (Nm 12), a mulher de Moisés, a rainha de Sabá (1Rs 10) a rainha Candace (At 8), a Sulamita (Cânt 1), do *Cântico dos Cânticos*, são histórias importantes para nossa releitura, bem como textos nos quais os direitos das mulheres foram negados (Jz 19), ou textos onde experiências de sacerdócio, curas, milagres aparecem. Quer dizer, a nossa releitura não se preocupa somente com a vi-

sibilidade de figuras femininas, mas com o estudo comparado de experiências, omissões e silêncios presentes nos textos bíblicos.

***IHU On-Line* – Uma mensagem pelo Dia Internacional da Mulher?**

Maricel Mena-López – Quero reivindicar o princípio da vida em abundância para todas as mulheres. Ainda sonho com um mundo mais inclusivo, tolerante e descentralizado. Somente assim é possível a abertura e o diálogo igualitário entre semelhantes.